

LIVRO BREVE HISTÓRIA DOS BATISTAS

J. REIS PEREIRA



Edição da Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção
Batista Brasileira
Casa Publicadora Batista – Rio de Janeiro
2ª edição 1979



Sumário

Meia Palavra.....	5
I – Origem dos Batistas.....	9
A Igreja	
Neotestamentária.....	11
As Grandes Doutrinas Cristãs.....	12
II – Como se Desviaram as Igrejas Primitivas.....	17
O Testemunho da Patrística.....	18
O Novo Testamento.....	19
III – A Resistência à Corrupção nos Primeiros séculos.....	25
Aéreo.....	27
Joviniano.....	28
Vigilância.....	29
Os Cristãos Britânicos.....	31
Alguns Outros Movimentos.....	32
Excursão: Como os Cristãos se Tornaram Idólatras.....	35
IV – A Resistência à Corrupção na Idade Media.....	41
Cladio de Turim.....	42
Berengário de Tours.....	42
Pedro de Bruys e Henrique de Lausanne.....	42
Pedro	
Valdo.....	43
João Wycliffe.....	43
João Huss.....	44
Muitos Outros.....	44
V – A Reforma que não foi Completa.....	47
Martinho Lutero.....	49
Zuínglio.....	50
VI – Os Caluniados da História.....	53
Os Verdadeiros Anabatistas.....	55
Como Surgiram os Anabatistas.....	56
Alguns Vultos Importantes.....	57

Excursão: A Tragédia de Muster.....	63
VII – Os Batistas na Inglaterra.....	67
John Smith, o (Se-Baptist)	67
Thomas Helwys	68
Os Batistas Particulares	70
VIII – Os Batistas na América do Norte.....	73
John Clarke	74
Perseguições	75
Expansão Noutras Colônias	76
Os Batistas e a Constituição Norte-Americana.....	77
A Obra Missionária	77
A Convenção Batista do Sul	78
IX – Os Batistas no Brasil	81
Os Colonos de Santa Bárbara	81
O Missionário Pioneiro	82
A Primeira Igreja Batista Brasileira	83
A Primeira Igreja do Rio	83
Novas Igrejas	83
Salomão, Entzminger e Nelson	84
Tomaz Costa, Teodoro Teixeira e F.F. Soren	85
A Convenção Batista Brasileira	86
Trinta Fatos Importantes.....	87
X – Os Batistas no Mundo	93
João Geraldo Oncken	93
Os Batistas na Rússia	94
A Aliança Batista Mundial	95
Epílogo	97
Apêndice I – Uma Confissão de Fé Batista.....	101
Bibliografia Sumária	109

I

A ORIGEM DOS BATISTAS

De onde vêm os batistas? Quem fundou esse grupo evangélico? Por que razão foi fundado e quando? Eis algumas perguntas comuns que ouvimos, cada vez com mais frequência, à proporção que as igrejas batistas se multiplicam no solo brasileiro.

Podem-se distinguir três teorias a respeito da origem dos batistas. A primeira é a teoria JJJ ou Jerusalém-Jordão-João. A segunda é a do parentesco espiritual com os anabatistas do Século XVI. E a terceira é a teoria da origem dos separatistas ingleses do Século XVII. Vamos dar um rápido resumo dessas teorias.

A primeira diz que os batistas vêm em linha ininterrupta desde os tempos em que João Batista efetuava seus batismos no rio Jordão. Foi esposada por historiadores como Thomas Crosby, que escreveu, entre 1738 e 1740, uma **História dos Batistas Ingleses**¹, em quatro volumes. Outro historiador, G. H. Orchard escreveu, em 1855, uma **História Concisa dos Batistas Estrangeiros**² defendendo a mesma idéia. Perfilharam o mesmo ponto de vista J. M. Cramp, professor na Nova Escócia, que publicou, em 1868, uma **História Batista: Desde os Princípios até o Fim do Século XVIII**³, e John T. Christian, professor do Instituto Bíblico, hoje Seminário Batista de New Orleans que escreveu, em 1922, uma **História dos Batistas**⁴ Adota também

¹ Thomas Crosby, The History of the English Baptists from the Reformation to the Beginning of the Reign of King George I (London, 1738-40)

² G.H. Orchard, A Concise History of Foreign Baptists (Nashville, 1855)

³ J.M. Cramp, Baptist History from the Foundation of the Christian Church (Philadelphia, 1868)

⁴ John T. Christian, A History of the Baptists (Nashville, 1922)

essa teoria um opúsculo largamente difundido no Brasil sob o título O Rastro de Sangue, da autoria de um pastor batista, J. M. Carrol.

A teoria do parentesco espiritual com os anabatistas do Século XVI foi defendida por David Benedict, que publicou, em 1848, uma **História Geral da Denominação Batista na América e em Outras Partes do Mundo**⁵ por Richard Cook, que publicou, em 1884, uma **História dos Batistas em Todos os Tempos e Países**⁶, por Thomas Armitage, que publicou uma **História dos Batistas**⁷ em 1889. O grande historiador batista Albert Henry Newmann concorda com essa teoria na sua **História do Antipedobatismo**⁸ publicada em 1897, o mesmo acontecendo com o famoso iniciador do Cristianismo Social, o pastor e professor Walter Rauschenbusch.

A terceira teoria afirma que os batistas se originaram dos separatistas ingleses, especialmente aqueles que eram congregacionais na eclesiologia e insistiam na necessidade do batismo somente de regenerados. Advogam essa teoria o notável teólogo Augustus Hopkins Strong e o historiador Henry C. Vedder, professor do Seminário Teológico Crozer, na Pensilvânia, de 1894 a 1927. Em sua **Breve História dos Batistas**⁹, publicada em 1907, Vedder declara que depois de 1610 temos uma sucessão ininterrupta de igrejas batistas, estabelecidas com provas documentais indubitáveis. Também adota essa teoria o mais recente e respeitado dos historiadores batistas, Robert G. Torbet, ex-presidente da Convenção Batista Americana, cujo livro **História dos Batistas**¹⁰ foi publicado em 1950, precedido de um prefácio de outro grande

⁵ David Benedict, A General History of the Baptist Denomination in America and Other Parts of the World (New York, 1848)

⁶ Richard B. Cook, The Story of the Baptists in All Ages and Countries (Baltimore, 1884)

⁷ Thomas Armitage, A History of the Baptists; Traced by Their Vital Principles and Practices, from the Time of Our Lord and Saviour Jesus Christ to the the Year 1889 (New York, 1889)

⁸ Albert H. Newman, A History of Anti-pedobatism (Philadelphia, 1897)

⁹ Henry C. Vedder, A Short History of the Baptists (Philadelphia, 1907)

¹⁰ Robert G. Torbet, A History of the Baptists (Philadelphia, 1950)

historiador batista, Kenneth Scott Latourette, professor da Universidade de Yale. Torbet resume as razões por que aceita essa teoria: 1º Ela não violenta os princípios da exatidão histórica, como fazem os que procuram afirmar uma continuidade definida entre as seitas primitivas e os batistas modernos. 2º Os batistas não partilham com os anabatistas a aversão destes pelos juramentos e pelos cargos públicos e nem adotaram doutrinas anabatistas, como o pacifismo, o sono da alma e a necessidade de sucessão apostólica para a ministração do batismo.

Nós, entretanto, dizemos que é possível aproveitar alguma coisa de cada uma dessas teorias. É preciso ter em mente que o nome «Batista» é um rótulo, uma designação cômoda, um apelido adotado por inimigos do povo batista, com o objetivo de melhor caracterizá-los. Não nos deixemos perturbar pelo nome. Lembremo-nos também que para Jesus Cristo essas designações humanas não têm importância. Para ele seus discípulos são seus filhos. Importa ao discípulo que seja fiel, importa ao discípulo que seja obediente. Temos, então, que examinar o problema histórico do ponto de vista da obediência e da fidelidade a Jesus Cristo.

A IGREJA NEOTESTAMENTÁRIA

A Igreja Católica Apostólica Romana, cuja organização formal nesse caráter de suzerana sobre as demais igrejas só vieram a acontecer seis ou sete séculos depois de Cristo, e muitas igrejas protestantes afirmam que têm origem em Jesus Cristo, na Igreja neotestamentária. Os batistas podem afirmar o mesmo. Resta ver quem pode, diante do Novo Testamento, comprovar a alegação. Nossa tese é a seguinte: os discípulos de Jesus Cristo, que a partir dos Séculos XVII e XVIII passaram a ser conhecidos como Batistas, têm as mesmas doutrinas e práticas das igrejas cristãs do primeiro século de nossa era. Mais ainda: as igrejas batistas de hoje podem resistir a uma comparação com as igrejas cristãs do primeiro século. Acrescente-se que, através destes vinte séculos de história do cristianismo, muitos discípulos de

Jesus mantiveram essa identificação com o cristianismo neotestamentário. Não tinham o nome de batistas, mas, pela comparação, se pode verificar um estreito parentesco entre eles e os batistas de hoje. Por isso dissemos que o nome não nos deveria perturbar. (11) No decorrer desta obra iremos comprovar o que acabamos de dizer. Neste primeiro capítulo nos limitaremos ao cotejo mencionado.

Esse cotejo deverá ser feito em matéria de doutrina e prática. Observe-se, entretanto, desde logo, que em matéria de prática haverá coisas que, usadas no primeiro século, já não são de uso hoje e outras que, usadas hoje, eram desconhecidas no primeiro século. Trata-se, entretanto, de pormenores de caráter secundário. Para exemplificar: no primeiro século era de uso, nos banquetes ou refeições, beberem vários ou todos de um mesmo copo. Na celebração da Ceia Jesus e os discípulos procederam assim. Hoje as modernas concepções de higiene não permitem que tal se faça. Mas na Ceia o símbolo não perde em nada quando a cerimônia é realizada com cálices individuais: o que importa é beber o vinho; o vinho é que simboliza, é que recorda o sangue de Cristo, e não o copo. Nas igrejas batistas de hoje se usa o cálice individual na celebração da Ceia. Mas, na observância da Ceia, elas procedem como as igrejas primitivas, conforme instruções deixadas por Jesus, e expostas e comentadas por Paulo no capítulo 11 da Primeira Epístola aos Coríntios. Outro exemplo: nas igrejas batistas de hoje há uma organização denominada Escola Bíblica Dominical, destinada ao estudo da Bíblia por diversos grupos — crianças, jovens, adultos — aos domingos. Não havia tal organização nas igrejas primitivas. Mas nestas se estudava a Palavra de Deus. O método moderno de estudar as Escrituras através da Escola Bíblica Dominical não viola, em absoluto, o espírito das igrejas primitivas. O importante é estudar a Bíblia. Os métodos podem variar. Basta que se tome cuidado em que, adotando novos métodos, não sejam infringidos princípios. Que se tenha também o cuidado de conservar como base de qualquer prática a boa doutrina

11— O autor batista Frank S. Mead faz esta comparação: «Havia muitos democratas antes de Tomaz Jefferson, mas o Partido Democrático começou com Jefferson » Também podemos dizer que havia muitos batistas antes que esse nome começasse a ser usado pelo povo.

cristã do Novo Testamento. Pois o essencial é que a doutrina permaneça a mesma. Que não se invente um outro evangelho para alicerçar práticas esdrúxulas, caindo, assim, na veemente condenação escrita por Paulo na Epístola aos Gálatas: "Se alguém vos anunciar outro evangelho além do que já recebestes, seja anátema" (1.8).

AS GRANDES DOUTRINAS CRISTÃS

Feitas essas advertências, vamos ver agora a comparação proposta, primeiramente em matéria de doutrina. Principiamos pela doutrina de DEUS. Os cristãos primitivos criam em um só Deus, que se manifestava em três pessoas distintas, Pai, Filho e Espírito Santo (Mat. 28.19; II Cor. 13.13). Criam num Deus que é Espírito e que deve ser adorado em espírito e verdade (João 4.24). Criam num Deus que poderia ser alcançado pelas orações dos fiéis, através de Jesus, o único mediador entre Deus e os homens (João 14.13; 16.24; I Tim. 2.15). Crêem os batistas de hoje nisso? Perfeitamente. É essa, aliás, a razão porque condenam o uso de imagens e o culto a elas prestado, qualquer que seja o nome que tenha; é por isso que não aceitam nenhum outro mediador, seja humano seja super-humano, seja um padre, seja um santo, entre Deus e os homens. É por essa razão que fazem sempre suas orações em nome de Jesus.

Em segundo lugar, temos a doutrina das ESCRITURAS. As igrejas primitivas criam nas Escrituras Sagradas como a fonte da Revelação divina. Nelas criam como suficientes para a orientação espiritual do homem. Consideravam-nas inspiradas por Deus, e por isso mesmo a única autoridade escrita em matéria religiosa. É o que podemos ver pela leitura cuidadosa dos seguintes textos: Mateus 7.24-27; 28.18-20; Lucas 1.1-4; 16.27-31; João 5.39; 15.15 20.30,31; Atos 1.1; 20.21-27; I Coríntios 4.6; Gálatas 1.7; II Pedro 1.20,21; II João 9,10; Apocalipse 22. 18,19. As igrejas batistas de hoje crêem o mesmo e é por isso que timbram em não se desviar de determinadas posições, apesar de todas as críticas recebidas. Para

exemplificar: dizendo as Escrituras que a salvação é pela fé, as igrejas batistas não aceitam a idéia de que a salvação é pelas obras; dizendo as Escrituras que somente os que crêem devem ser batizados, as igrejas batistas não aceitam para o batismo pessoas que não sejam capazes de manifestar sua fé, noutras palavras, as igrejas batistas não batizam criancinhas ainda incapazes de um gesto voluntário, espontâneo, de decisão religiosa, mesmo porque não estão ainda em condições de compreender a religião. Observe-se ainda que, para os batistas, as Escrituras representam a autoridade escrita final em matéria de religião. Não aceitam os batistas, de maneira nenhuma, a autoridade da tradição, que, segundo o ensinamento católico romano, é formada pelos escritos dos chamados Pais da Igreja e pelos decretos de papas e concílios. Esses escritos e decretos são meramente humanos; a Escritura é divina.

Em terceiro lugar, temos a doutrina de JESUS CRISTO. Os cristãos primitivos criam em Jesus como o Salvador; Jesus Cristo era para eles o Filho de Deus. Criam nele não somente como Salvador, mas como o único Salvador. Não havia outro caminho para o homem desejoso de salvação. É o que se encontra nos Evangelhos, é o que se lê com absoluta constância nos escritos neotestamentários. Podem ser consultados, entre muitos outros, os seguintes textos: Mateus 1.21; 18.11; Lucas 2.11; 19.10; João 4.42; 14.6; Atos 5.39; 15.23; I Timóteo 2.5; II Timóteo 1.10; Tito 1.4 e II Pedro 1.1. Os batistas de hoje crêem e pregam a mesma coisa. Por isso é que não podem admitir a idéia de uma coredentora, que seria Maria. Com todo o respeito que têm pela mulher admirável, bendita entre as mulheres, a que foi escolhida para ser a mãe da humanidade de Jesus Cristo, não podem admitir que ela tenha esse papel de coredentora. Jesus Cristo, aquele que morreu na cruz, o Cordeiro de Deus imaculado, é o único redentor da humanidade. Só nele pode haver esperança.

Como decorrência da anterior, temos a doutrina da SALVAÇÃO. Esta, como dissemos antes, efetua-se pela fé, e não pelas obras. Ao homem cabe arrepender-se de seus pecados e voltar-se com fé para Jesus Cristo. Era isso

que ensinava a igreja cristã primitiva. Os textos são abundantes: Marcos 1.50; 2.5; 16.16; Lucas 7.50; 8.12; 8.50; João 8.16,17; 5.24; Atos 2.41; 16.31; Romanos 1.16; 3.27,28; 4.4,5; 8.13; 10.9,10; 11.6; I Coríntios 14.20; Gálatas 2.10,16; Efésios 2.8; I Tessalonicenses 1.3; 5.8; II Tessalonicenses 1.11; Hebreus 5.13,14; 6.9-14; Apocalipse 14.13. É a mesma coisa que ensinam os batistas hoje. Nada mais exigem senão o arrependimento sincero dos pecados cometidos e que, por ser sincero, vem sempre acompanhado de frutos, «os frutos dignos do arrependimento» e a fé em Jesus Cristo como Salvador. Não Oréem os batistas em obras para a obtenção da salvação, mas crêem, como também os cristãos primitivos, que todo aquele que é salvo pela fé demonstra pelas obras que foi salvo. Em primeiro lugar a f é e depois IIN obras como consequência. Nunca o contrário.

A seguir, e finalmente, temos a doutrina da IGREJA. Igreja nos primeiros séculos era uma comunidade local. O termo não tinha sentido geral. Não se fala de uma igreja cristã do 1º século, mas, sim, da Igreja de Jerusalém, da Igreja de Antioquia, da Igreja de Filipos, da Igreja de Filadélfia, da Igreja de Laodicéia, etc. Fala-se de igrejas que se reuniam em casas de pessoas, como se pode ver em Colossenses 4.15 e Filemom 2.

Eram comunidades locais, formadas de crentes batizados, que se reuniam para o louvor de Deus, para a celebração das duas ordenanças estabelecidas por Jesus, para a edificação mútua e para a pregação do evangelho. Esses termos, aliás, definem o que era uma igreja cristã do primeiro século. Os seguintes textos confirmam o que estamos asseverando: Mateus 18.17; Atos 8.1; 13.1; 14.23; 20.17; Romanos 16.1,5; I Coríntios 1.2; 16.19,30; Apocalipse 2 a 3. Nada mais longe do pensamento dos escritores neotestamentários que a idéia de uma Igreja Católica, eficientemente organizada, com um chefe terreno que fosse o substituto de Jesus Cristo. Há a idéia de uma Igreja composta de todos os crentes. Em Mateus 16.18 temos Jesus usando o termo “igreja” nessa acepção. Aí igreja pode ser considerada sinônimo de cristianismo. Cristianismo verdadeiro, bem entendido. Tem como chefe Jesus Cristo, não tem outros ministros senão ele, não tem sombra de

organização humana e só se reunirá inteira após o juízo final. No mais, temos igrejas cristãs, reunindo-se em diversos lugares, com seus bispos e diáconos, os únicos cargos eclesiásticos a que o Novo Testamento faz referência. Os bispos também são chamados pastores e presbíteros, três termos para uma só função, a indicar as diferentes responsabilidades a ela inerentes. Os bispos têm muita importância, objeto que são de uma vocação especial. Devem ser sustentados pelas igrejas respectivas, mas sobre elas não exercem poder ditatorial, mesmo porque os assuntos de interesse das igrejas são resolvidos democraticamente pela comunidade. Os diáconos são auxiliares dos bispos, devendo ter determinadas qualidades espirituais para a realização de sua missão. Mais estes outros textos podem ser consultados para se ver que tudo quanto dissemos linhas atrás, é confirmado pelo Novo Testamento: Atos 11.30; 14.23; 15.2,4, 6, 22,23; 16.4; 20.17,28; 21.13; Efésios 4.11; Filipenses 1.1; I Timóteo 3.1,2; 5.17,19; Tito 1.5,6; Hebreus 13.20; Tiago 5.14; I Pedro 2.25; 5.1-5; II João 1; III João 1. As igrejas batistas de hoje são também assim: comunidades de crentes batizados, que se reúnem em determinado lugar para cultuar a Deus, celebrar as ordenanças do batismo e da ceia, para a edificação mútua e a pregação do evangelho. São lideradas espiritualmente pelos seus pastores; têm também seus diáconos, que auxiliam aos pastores.

Enquanto falamos de igreja podemos acrescentar mais o seguinte: as igrejas primitivas respeitavam os governos constituídos e só não lhes reconheciam o direito de interferir em seus assuntos internos. É a doutrina da separação entre Igreja e Estado, que se tornou um florão de glória na história das igrejas batistas modernas, como se irá ver depois. Os textos são os seguintes: Lucas 20.25; Atos 4.19,20; 5.29; Romanos 13.1-9; Tito 3.1; I Pedro 2.13,17.

As igrejas primitivas recebiam membros por meio do batismo, que era assim como que a porta de entrada para a igreja, embora não fosse, como não é, a porta de entrada para o Reino de Deus. Assim procedem as igrejas batistas de hoje, que não reconhecem no batismo nenhum mérito para a

salvação, mas consideram-no um ato de obediência e testemunho, por meio do qual uma pessoa convertida, que tem fé em Cristo, entra para uma igreja de Cristo. Examinem-se os textos: Mateus 28.19; Atos 2.38,41; 8.36-38; 9.19; 10.47; 16.33.

Há mais ainda: a forma de batismo no Novo Testamento era a imersão n'água. Nem podia ser de outra maneira, porque é isso que significa, em grego, a palavra baptismos: imersão, mergulho, e não simplesmente aspersão de água. Esse é um fato hoje aceito pelos estudiosos honestos das Escrituras e da História, da língua grega e dos documentos primitivos. A própria Igreja Católica Romana adotou durante muitos séculos essa forma correta de batismo, e, se fosse necessária comprovação, aí estão os batistérios de Pisa e Ravena, verdadeiras piscinas. A Igreja chamada Ortodoxa até hoje adota a imersão como forma de batismo. Deve-se observar, aliás, que o batismo, na sua forma correta, contém algo de simbólico que somente nessa forma pode ser compreendido. O batismo simboliza que a pessoa, ao ser imersa na água, está morrendo para o mundo e o pecado e, ao emergir da água, está nascendo para uma vida nova em Cristo. O texto de Paulo, no capítulo 6 da Epístola aos Romanos, é decisivo: "Fomos sepultados com ele, pelo batismo, na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida". Timbrando em seguir o Novo Testamento, as igrejas batistas de hoje só poderiam efetuar o batismo por imersão.

Vimos, assim, as doutrinas fundamentais das igrejas cristãs primitivas e reafirmamos que as igrejas batistas modernas têm essas mesmas doutrinas. Ninguém estranhe não ter encontrado nessa relação de doutrinas qualquer referência ao purgatório, à confissão auricular, à eucaristia e outros sacramentos; ninguém estranhe a ausência de referências ao limbo, ao culto das imagens, aos santos e a Maria. É que nada disso existe no Novo Testamento. Tais doutrinas da Igreja Católica Romana derivam de tradições posteriores aos primeiros séculos, são influências do paganismo, quando o cristianismo começou a desviar-se dos padrões originais. Os batistas,

entretanto, não seguem as incertas tradições dos homens e só querem seguir as Escrituras, que permanecem para sempre.

Falta agora dizer alguma coisa sobre a prática, isto é, o modo de proceder das igrejas cristãs primitivas. O que verificamos no Novo Testamento é que elas realizavam cultos com muita simplicidade. Nestes havia a leitura das Escrituras e comentários sobre a leitura feita havia cântico, orações, celebração da Ceia, e eventualmente batismos. Havia profundo amor entre os irmãos componentes das igrejas. Mas, por outro lado, se alguém deixava de proceder de acordo com os padrões morais e espirituais estabelecidos, era excluído da comunidade. (12) Quem quiser, pode examinar o procedimento de uma igreja batista de hoje. Verá se não é assim mesmo que elas realizam suas reuniões ou cultos. A mesma simplicidade, o mesmo respeito pelas Escrituras, o mesmo amor entre os irmãos, o mesmo zelo pela conservação de um padrão moral e espiritual elevado. Nada de cerimônias pomposas, nada de luxo nem de suntuosidade. Por essa razão é que o escritor francês Salomão Reinach declarou, num dos seus livros, que, de todos os grupos cristãos atuais, os batistas são, talvez, o único grupo onde um cristão do ano 100 não se sentiria muito desambientado¹³ Achamos apenas que o autor poderia ter sido mais positivo e omitir o “talvez”.

12Vejam-se estes textos: Mateus 18.17,18; ATOS 1.15-26; 2.41-47; 12.5,12; Romanos 16.17,18; 1 Coríntios 5.11,14; Efésios 5.19; colossenses 3.16.

¹³ S. Reinach, Orpheus, p. 525

II

COMO SE DESVIARAM AS IGREJAS PRIMITIVAS

Demonstramos, no capítulo anterior, que as igrejas batistas de hoje podem ser comparadas, em doutrina e prática, às igrejas cristãs primitivas e resistem bem à comparação. Não se pode dizer o mesmo da Igreja Católica Apostólica Romana. A diferença entre o romanismo atual e o cristianismo primitivo é abismal. Mas essa transformação do cristianismo de Atos dos Apóstolos no cristianismo de Roma não se fez da noite para o dia. É o resultado de um lento processo, que se arrastou por séculos e que ainda está em desenvolvimento.

Os autores católicos costumam dizer que a Igreja tem o poder de fazer modificações e por isso mesmo evoluiu; que não é necessário estabelecer a identidade entre o cristianismo de hoje e o do primeiro século. Defende-se a Igreja Romana escorando-se na tradição, isto é, nos decretos dos papas e dos concílios e nas afirmações dos chamados Pais da Igreja. A tradição é colocada, assim, em pé de igualdade com a Bíblia e muitas vezes posta acima da Bíblia. Entretanto, se lermos João 20.30,31, vamos encontrar lá que aquelas palavras foram escritas para a salvação dos homens, sendo para isso suficientes, sem necessidade de nenhum acréscimo. Diz também o apóstolo Paulo, como que antevendo desvios posteriores, que, se alguém, até mesmo um anjo do céu, pregasse outro evangelho, deveria ser anátema (Gál. 1.8,9). Chama o apóstolo de insensatos os crentes da Galácia porque se estavam desviando. Da mesma insensatez são culpados aqueles que seguem um evangelho que contraria ao que Jesus Cristo ensinou. É fora de dúvida que foi prometida por Jesus a orientação do Espírito Santo para sua Igreja. Mas é óbvio que essa orientação

do Espírito não pode contrariar o que se encontra nas Escrituras. Deus não entra em contradição consigo mesmo. Desse modo, se as Escrituras falam da existência de um único Deus e que o culto a ele prestado deve ser «em espírito e verdade», segue-se que está desde logo condenado esse verdadeiro politeísmo prático do romanismo, inclusive com a entronização de uma deusa-mãe, e que está igualmente condenada a sua Idolatria.

A pergunta a que pretendemos responder neste capítulo é: Como se processou o desvio da igreja primitiva? Pode-se demonstrar com a História que se deram os desvios e como e quando? É o que pretendemos fazer, limitando-nos, entretanto, aos primeiros erros aceitos pelos cristãos, porque seria muito longo o relato de vinte séculos de infidelidades, que foram surgindo, ganhando corpo e, finalmente, sendo aceitas pela cristandade, exceptuada a Resistência cristã.

O TESTEMUNHO DA PATRÍSTICA

A Patrística, isto é, as obras dos chamados “Pais da Igreja”, tem muito valor para esse estudo. São especialmente úteis os chamados “Pais Apostólicos”, a saber, aqueles que escreveram pouco depois dos apóstolos, dentre os quais salientamos Barnabé, Clemente Romano, Inácio, Hermas, a “Didache” e a Epístola a Diogneto. Há, também, antes do Concílio de Nicéia, os apologistas: Atenágoras, Aristides e Justino; os polemistas: Tertuliano, Ireneu, Hipólito e Cipriano; os escritores mais profundos, verdadeiros filósofos do cristianismo nascente: Clemente de Alexandria e Orígenes. Após o Concílio de Nicéia temos Ambrósio, Agostinho, Crisóstomo e Jerônimo. São eles os principais escritores cristãos dos cinco primeiros séculos.

As obras desses escritores são muito interessantes, porque nos revelam a situação do cristianismo no tempo em que viveram. Não representam, entretanto, para nós, batistas, autoridade em matéria de religião. Para nós essa autoridade está exclusivamente no Novo Testamento. E nem precisamos de outra autoridade, porque o Novo Testamento contém tudo quanto nos é necessário para a salvação, instrução e norma de vida, bem como para o

governo e a atuação das igrejas. Aqueles escritores podem ser eventualmente, muito interessantes. Mas não é para eles que apelamos, quando surge qualquer dúvida, e muito menos apelaríamos para eles nos pontos em que se mostrem em desacordo com os ensinamentos do Novo Testamento. Duas razões são suficientes para justificar esta nossa posição relativamente aos Pais da Igreja. Eles não eram inspirados no sentido em que o foram os autores bíblicos, não transmitiram como não podiam transmitir nenhuma Revelação, desde que esta se encerrou com o livro do Apocalipse; em segundo lugar, como homens, eram falíveis e se contradizem freqüentemente. O famoso filósofo medieval Abelardo escreveu um livro a que intitulou *Sic et Non*. Deu-se ao trabalho, nesse livro, de enumerar uma série de contradições dos Pais sobre importantes temas teológicos. Esse é um exercício fácil de fazer-se. E a própria Igreja Católica, que canonizou alguns desses Pais, não aceita hoje muita coisa que eles escreveram. Devemos observar, de passagem, que eles mesmos, os Pais, sempre deram testemunho acerca da importância decisiva e final da Bíblia em matéria de religião. Eles nunca pretenderam substituir a Palavra de Deus nem acrescentar nada a ela. Enganavam-se, às vezes, nas suas doutrinas e práticas, mas não se jactavam de poder modificar o que estava determinado no Livro por excelência. Por outro lado, deve-se observar também que não havia nos escritos dos Pais aquela autoridade universal característica das Escrituras. O que dizia um escritor como Ireneu, por exemplo, no fim do 2º século, não comprometia todas as igrejas cristãs do tempo.

Quando muito, representava o pensamento dominante numa determinada região. No caso de Ireneu essa região era a Gália meridional. No caso de Agostinho, dois séculos mais tarde, seu centro de influência era o Norte da África. Esses escritores e outros menores iam interpretando a Bíblia, fazendo homilias e obras edificativas, e depois, do que eles escreveram, pôde-se fazer, como se fez, uma dogmática cristã. Era preferível, entretanto, que essa dogmática se baseasse exclusivamente no Novo Testamento, deixando de seguir as rotas tantas vezes inseguras de muita vã lucubração humana. Foi

aisim, por seguir o que homens falíveis diziam ou escreviam, com desprezo pelo que ensinava a infalível Palavra de Deus, que certo cristianismo se foi desviando da norma realmente apostólica, neotes-lamentária. A grande massa de cristãos, à proporção que o analfabe-IIHmo se alastrava, ia seguindo as opiniões dos seus doutores, sem se dar ao trabalho de consultar os Livros de Deus. Era a atitude antibere-ana, responsável por grande número de males.

O NOVO TESTAMENTO

Não podemos deixar de lembrar aqui que o chamado Cânone do Novo Testamento, os 27 livros que compõem essa segunda parte das Escrituras Sagradas, só foi fechado em fins do Século IV. Mas é fato reconhecido que todos os seus livros já eram respeitados como Palavra inspirada desde o princípio daquele século, conforme o testemunho de Munásio e Eusébio de Cesaréia. E seus principais livros, como os Evangelhos, os Atos e as Epístolas Paulinas, já eram bem conhecidos e reconhecidos desde o 1º século. A consciência cristã a respeito da Inspiração divina desses 27 livros era tal que, embora a decisão canônica fosse tomada num sínodo local, em Cartago, logo foi ratificada por todas as igrejas cristãs, sem necessidade de pronunciamento de nenhum concílio ecumênico. De passagem, observe-se, também que o bispo de Roma nada teve a ver com isso. A Igreja Católica afirma, a pés juntos, que o bispo de Roma era o papa desde o princípio, a suprema autoridade da Igreja. Mas ele nem foi ouvido a respeito de uma decisão tão importante como o encerramento do Cânone do Novo Tsstamento. Encerrado o Cânone do Novo Testamento, não há mais outra autoridade escrita para os cristãos. Nós cremos na Inspiração do Espirito também para esse ato final com respeito ao Novo Testamento. E nem há discrepância quanto a isso em toda a cristandade.

O Novo Testamento lem servido, naturalmente, como bússola para retificação de rumos tanto dos cristãos Individualmente considerados como das igrejas cristãs. Por isso mesmo, muitos há que, depois da leitura do Novo Testamento, verificam estar errados completamente em matéria religiosa e

arrepiam caminho. Há, entretanto, os que persistem no erro, pecando contra a luz.

Entre os que erraram, afastando-se da norma neotestamentária, estão muitos cristãos do passado que se desviaram por seguir doutrinas de homens. Podemos dizer, em resumo e em relativa ordem cronológica, os erros mais graves que principiaram a corromper as igrejas cristãs a partir do segundo século de nossa era. Foram eles: o desenvolvimento do episcopado, o sacramentalismo, o sacerdotalismo e, sobretudo, a substituição da idéia apostólica da salvação pela fé, sendo posta em seu lugar a idéia pagã da salvação pelas obras. Vejamos esses desvios, um por um.

O DESENVOLVIMENTO DO EPISCOPADO. Como dissemos anteriormente, só havia, nas igrejas do Novo Testamento, dois cargos: o de pastor e o de diácono. O pastor era também chamado presbítero e bispo, como se pode ver pela comparação dos seguintes textos: Atos 20.17,28; Filipenses 1.1; I Timóteo 3.1,8; Tito 1.5,7; I Pedro 5.1. A razão por que havia três títulos para a mesma função se explica assim: pastor era um termo de ternura, indicando o carinho especial com que as ovelhas cristãs deveriam ser tratadas. Foi o termo que Jesus usou a respeito de si mesmo em João 10 e que o autor anônimo da Epístola aos Hebreus lhe atribui quando o chama de “grande pastor das ovelhas” (Heb. 13.20) e que Pedro chama de “pastor e bispo de vossas almas” (I Ped. 2.25) e depois de “Sumo Pastor” (I Ped. 5.4). Presbítero quer dizer, no original, ancião, e indicava respeito, reverência. Embora os pastores não fossem nem devessem ser necessariamente homens idosos, eles, pelas suas virtudes, saber e autoridade, deveriam merecer o respeito dos fiéis. O termo presbítero foi mantido pela Igreja Romana e serve para designar o padre comum: em francês e inglês o termo original deu os atuais prêtre e priest, que designam o sacerdote comum. Entre os presbiterianos há uma distinção entre presbíteros docentes (os pastores) e presbíteros regentes, distinção derivada de uma interpretação um tanto ou quanto fantasiosa de I

Timóteo 5.17. O termo bispo, grego episkopos, queria dizer superintendente, é um título administrativo. Ao homem investido das funções pastorais cabia também administrar materialmente a comunidade, ser o presidente da assembléia. Pois bem, muito cedo alguns cristãos começaram a estabelecer diferenças entre os três termos. Começaram a julgar que o termo bispo, sem dúvida, por significar superintendente, indicava importância maior. Como nas igrejas primitivas era, às vezes, grande o número de pastores numa só igreja, veio a idéia de que um deveria ser o bispo dos pastores. Daí proveio a hierarquização dos cargos, de modo a ser estabelecida mais tarde uma ordem, principiando pelos diáconos, passando pelos presbíteros e chegando, finalmente, ao mais alto posto, o de bispo. Pode-se afirmar com segurança quando começou esse desvio? Não se pode dizer quando principiou, mas as primeiras idéias nós as encontramos nas epístolas de Inácio, escritas em fins do 1º século.

Observe-se, entretanto, que Inácio representava uma corrente, uma tendência, e não se pode dizer que todas as igrejas cristãs com ele concordavam. Basta dizer que os demais "Pais Apostólicos", inclusive Policarpo, amigo de Inácio e Bispo de Esmirna, não fazem referência a essa autoridade episcopal que Inácio tão bem procura defender. Há suspeita de interpolações nas cartas inacianas, justamente para fazê-lo defensor da autoridade episcopal. É fato possível, porque a paixão do poder é responsável por muita falsificação em documentos cristãos nestes 20 séculos de História. Mas podemos, no entanto, afirmar que no 4º século, em 325, quando se reuniu o Concílio de Nicéia, foram bispos que se reuniram para decidir a primeira questão doutrinária de grande monta surgida no cristianismo. Mais tarde vai surgir um bispo superior aos outros bispos, o arquiépiscopo, o arcebispo. E um determinado bispo, o da igreja cristã de Roma, mercê de várias circunstâncias favoráveis, vai estabelecendo seu domínio sobre os demais bispos da terra, até que, no sétimo século, se torna mesmo o primeiro dos bispos, o bispo dos bispos, o papa, pelo menos para o mundo ocidental.

O SACRAMENTALISMO. Sacramento era um termo latino usado em Roma para designar o penhor deixado no templo pelas partes numa demanda judicial ou, então, usado para designar o juramento de fidelidade de um soldado ao seu comandante. Sabe-se que o vocabulário cristão está cheio de termos latinos, mercê da atuação de muitos pais da igreja e da influência de Roma e seus costumes sobre a Igreja. No vocabulário cristão, sacramento significa o rito ou cerimônia que confere uma determinada graça ou benefício espiritual. Não encontramos essa idéia no Novo Testamento. Neste, em inúmeras passagens, os cristãos são exortados a buscarem constantemente o favor de Deus através da oração, da leitura das Escrituras e da dedicação pessoal. Mas não fala de atos exteriores como conferidores de qualquer graça. A participação na Ceia não conferia graça, era tão-somente um memorial do sacrifício do Senhor; o batismo não conferia graça, era apenas um ato de obediência e testemunho de cristãos que tivessem professado a fé. Assim entenderam os cristãos primitivos, como se pode ver pelos textos. Mas já em meados do segundo século, um curioso livro, cheio de alegorias e visões, intitulado O Pastor, escrito por certo Hermas, cristão romano, fala do batismo como meio de graça. Justino, o Mártir, um pouco mais tarde, cai no mesmo erro. Aliás, não são poucos os erros em que incorrem tanto Hermas como Justino, e os próprios comentaristas católicos reconhecem isso, o que é mais uma indicação de que tais autores não podem ser considerados autoridades para os cristãos. Observe-se também e sempre que esses autores, naqueles tempos de reduzida divulgação de livros, não eram conhecidos mais do que por uma pequena parte do cristianismo. Fazemos essa observação para dizer que não podemos afiançar a aceitação do sacramentalismo quanto ao batismo já no 2º século. A fixação do erro levou mais tempo. Sendo uma tendência tão concorde com a natureza humana, que busca mesmo sempre algo de mágico nas coisas, ela acabou dominando de modo a se estabelecerem tanto a ceia como o batismo como sacramentos. Observe-se que os dois credos mais primitivos, o de Nicéia e o chamado dos Apóstolos, não fazem referência a essas ordenanças na função sacramental. Mas é possível que no fim do 4º século o sacramentalismo estivesse vitorioso quanto à ceia e ao

batismo. Ao catolicismo medieval e, particularmente, a Pedro Lombardo, se deve o estabelecimento dos sete sacramentos, hoje aceitos tanto pela Igreja Romana como pela Igreja Ortodoxa.

O SACERDOTALISMO. O sacerdotalismo está intimamente ligado com a perversão anteriormente comentada. E compreende-se por que: desde que haja no cristianismo meios especiais de graça, é necessário também que haja pessoas qualificadas para distribuir esses sacramentos, pessoas dotadas de tanto poder que devem mesmo formar uma casta à parte, semelhante ao sacerdócio judaico. É verdade que, segundo a Epístola aos Hebreus, não há mais sacerdote nenhum para os cristãos, a não ser Jesus Cristo. Mas quando se entra pelo caminho da corrupção, uma corrupção a mais não faz muita diferença. Desse modo, os pastores e os bispos cristãos passaram a formar uma casta privilegiada de cristãos, aos quais, no correr dos tempos, foi atribuído um poder realmente mágico, espetacular, o poder da transubstanciação. A idéia sacerdotal começou a ganhar corpo nas igrejas primitivas com o supracitado Inácio, defensor e propagandista das prerrogativas episcopais. Mais tarde, Tertuliano segue-lhe nas águas. Mas, entre os Pais Antenicanos, é principalmente Cipriano quem equipara os pastores e bispos cristãos aos sacerdotes judaicos. A idéia do sacerdócio judaico deveria estar sempre presente no pensamento dos líderes cristãos, apesar da existência da Epístola aos Hebreus. Mas é bem possível que tivesse influência preponderante na determinação do comportamento cristão o aparecimento e atuação da seita dos mani-queus, em meados do 3º século. Segundo o sistema maniqueu, seus fiéis estavam divididos em duas classes: os eleitos ou perfeitos e os ouvintes. Os eleitos eram verdadeiros sacerdotes, que intercediam pelos ouvintes e obtinham-lhes as graças desejadas. Não seria esse o único caso de influência maniquéia no cristianismo e, em particular, no cristianismo romanista.

A Salvação pelas Obras. Cremos que esse foi o mais grave de todos os erros das igrejas posteriores ao 1º século. O Novo Testamento ensina claramente a salvação pela fé, sendo as obras o fruto da vida daquele que é

salvo. Já tivemos ocasião de mencionar grande número de textos que afirmam a salvação pela fé, não sendo necessário repetilos agora. Fazemos justiça a Clemente, bispo romano, que, em carta à Igreja de Corinto, em fins do 1º século, afirma a boa doutrina cristã. Mas já o documento anônimo conhecido como "Didache", cujo título completo é o "Ensino dos Doze Apóstolos", falsamente atribuído aos apóstolos de Jesus Cristo e que teria sido escrito na primeira metade do 2º século, afirma que as esmolas servem para anular pecados. É a primeira afirmação desse gênero que temos na literatura cristã. A autoridade da "Didache", seu respeito pelos cristãos primitivos era bastante limitado, mas depois autores como Tertuliano e Cipriano acrescentaram outras obras meritórias, que teriam valor para melhorar a situação espiritual de quem as praticasse. É possível afirmar que no princípio do 3º século essa doutrina pagã já estava estabelecida nos grandes centros cristãos. E daí a pouco vai começar o ascetismo monástico, que é um dos seus resultados. A idéia da salvação exclusivamente pela fé era uma autêntica novidade trazida pelo cristianismo. Todas as religiões pagãs acreditavam numa salvação obtida pelas obras. Daí os elaboradíssimos sistemas sacrificiais e sacerdotais. O cristianismo era diferente. Mas os cristãos não souberam resistir à pressão externa do paganismo. E, quando os pagãos começaram a intrar indiscriminadamente para as igrejas cristãs, quando se tornou um bom negócio ser cristão, então as últimas muralhas de resistência se esboroaram, a ponto de quase desaparecer no cristianismo a boa doutrina da justificação pela fé, até que Lutero, no Século XVI, a apresentasse novamente como uma bandeira de renovação.

Agora perguntamos: Mas por que houve esses desvios? A maldade humana, o orgulho humano, a indolência espiritual, contra os quais o Novo Testamento nos previne, seriam explicação suficiente. Mas parece-nos que, realmente, a explicação principal é que os cristãos não souberam resistir à influência pagã que os cercava por todos os lados. Os casos que acabamos de citar têm todos correspondência no paganismo. Neste havia sacerdotes e não deixa de ser interessante recordar que o título sumo pontífice, usado pelo papa, era um título pagão em Roma, o Pontifex Maximus; a idéia sacramental também era bem pagã, isto é, a noção de que a prática de determinados atos

de devoção poderia conferir bens espirituais. A dolorosa verdade é que os cristãos, especialmente depois que deixaram de ser perseguidos, não resistiram ao paganismo, assim como o catolicismo brasileiro não resistiu à Influência da macumba.

III

A RESISTÊNCIA À CORRUPÇÃO NOS PRIMEIROS SÉCULOS

Nunca será demais acentuar que os desvios mencionados no capítulo anterior não contavam com a aprovação integral dos cristãos do tempo. Eram idéias que surgiam aqui e ali, em diferentes lugares, sob a responsabilidade de pregadores e escritores diversos, e que só mais tarde, em alguns casos muito mais tarde, foram incorporadas, num sistema de dogmas, à doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana. Nem mesmo essa Igreja existia, como já observamos, nos primeiros séculos. O que havia eram igrejas cristãs, espalhadas pelo mundo, muitas das quais se deixavam levar pelo ensino inadequado de seus pastores, mas nem todas.

Será oportuno chamar a atenção para o fato de que o termo "Igreja Católica" aparece pela primeira vez numa das epístolas de Inácio, com o sentido próprio de "geral" ou "universal". Diz ele, na sua Epístola aos Esmirnianos: "Aonde quer que o bispo compareça, ali deve estar a multidão, do mesmo modo como a Igreja Católica está onde Jesus estiver". A palavra aparece também noutros dois documentos, a epístola da Igreja de Esmirna à Igreja em Filomela e no Fragmento Muratoriano, e neles tem o significado de "ortodoxo", em oposição a "herético". Segundo o historiador Walker, no fim do segundo século o termo já se tornara de uso corrente. No Credo dos Apóstolos aparece a expressão "Creio na Igreja Católica". Depois foi acrescentado o adjetivo "Santa". Mas não se trata da Igreja Católica Apostólica Romana. Esta é uma criação mais posterior, vai aparecer justamente quando certos erros já se haviam cristalizado entre o 5º e o 7º séculos de nossa era.

ESSAS coisas devem ser pacientemente explicadas não só para que se entenda a situação do cristianismo nos primeiros quatro séculos da era cristã, como também para desfazer muita confusão que os autores católicos romanos propositadamente estabelecem para dela tirar partido.

Dizíamos, então, que certos erros surgidos em determinados lugares foram se espalhando, foram contagiando outras igrejas, até mais tarde serem organizados num sistema doutrinário. Isso levou tempo, e podemos afirmá-lo baseados em documentos.

Entre esses documentos, sem falar no Credo dos Apóstolos, há os credos promulgados pelos Concílios de Nicéia e de Calcedônia, respectivamente, nos anos de 325 e 451. Embora esses Concílios tivessem sido convocados, o primeiro para determinar as relações existentes entre as pessoas da Trindade e o segundo para definir a crença cristã a respeito da pessoa de Cristo, eles elaboraram credos que são exposições doutrinárias. O Credo de Nicéia abrange mesmo quase toda a doutrina cristã do tempo e o Credo de Calcedônia expressa com clareza a crença existente a respeito da pessoa de Cristo. Haveria oportunidade, nesses credos, para fazer referência a qualquer das práticas ou crenças que consideramos errôneas, mas que já se manifestavam em alguns lugares. Não fazem, entretanto, referência nem ao poder sacerdotal, nem ao aspecto sacramental do batismo e da ceia, nem à salvação pelas obras, nem a outras doutrinas, como a transubstanciação, o purgatório, o culto a Maria, o culto aos Santos, o uso de imagens ou a supremacia papal. E ficamos à vontade para declarar isso, porque não aceitamos inteiramente às decisões do primeiro desses Concílios. Não aceitamos a que diz respeito à primazia de algumas igrejas primitivas, se bem que isso é um argumento a mais, contrário à idéia da supremacia da Igreja de Roma e de seu pastor. Com base, pois, nesses credos, solenemente adotados por Concílios bem representativos, podemos dizer que no 4º e 5º séculos os abusos graves a que temos feito referência, com exceção do episcopado, ainda não tinham conquistado a maioria dos cristãos. Esse é um ponto de referência extremamente importante. Descobrir o surgimento de determinados vícios e a

sua final aceitação pela cristandade é um trabalho de pesquisa muito interessante, a desafiar a paciência de verdadeiros detetives históricos.

Há algumas outras indicações e outros pontos de referência que convém considerar.

Sabe-se, por exemplo, que a extrema corrupção, em matéria de costumes, que grassava em algumas comunidades cristãs pouco resistentes às influências mundanas determinou um movimento de reação denominado monaquismo. Cristãos sinceros, mas de pouca ciência, entenderam que o único meio de se guardarem da corrupção do mundo seria abandoná-lo, fugir, recolherem-se a grutas, florestas ou desertos, para ali cultivarem a vida piedosa e viverem na contemplação de Deus. Dissemos “de pouca ciência” porque esse abandono do mundo era inteiramente contrário ao ensinamento de Cristo. A vontade do Mestre era que os cristãos, seus discípulos, permanecessem no mundo, guardando-se de sua corrupção e agindo como luz e como sal. Os discípulos tinham como têm ainda hoje, a missão específica de, como sal, preservar o mundo e, como luz, iluminá-lo mediante a revelação das Escrituras. Retirando-se os cristãos, tiram do mundo qualquer esperança de salvamento. A atitude dos primeiros ascetas que abandonaram o mundo poderia ser sincera, mas era errada. Revelava, entretanto, um protesto contra a corrupção, que ameaçava invadir as próprias igrejas. Posteriormente, esses mesmos ascetas, que conseguiam manter-se puros em matéria de costumes, entraram no caminho da corrupção em matéria de doutrina. A falta de contato com a realidade da vida, o excesso de meditações e lucubrações sem objetivo, teria sido a causa de mais de um desvio doutrinário, de conseqüências lastimáveis para o cristianismo. Esses homens, todavia, contavam com o bafejo oficial, pois a igreja já se havia tornado a grande força do Império Romano, depois de vencidos os anos amargos da perseguição. Assim, uma reação antimonástica, desejosa de restituir o cristianismo ao vigor primitivo, não foi bem recebida. Encontrou a oposição feroz dos próprios ascetas, em defesa própria, e encontrou a perseguição do Estado, aliado às igrejas. Alguns nomes chegaram até nós e merecem referência, neste exame rápido, que

estamos fazendo, de uma luta que durou séculos. São os nomes de Aéreo, Joviniano e Vigilância.

AÉREO

Aéreo era um presbítero na cidade de Sebaste, Ásia Menor, na segunda metade do Século IV, quando as igrejas, livres da perseguição e tendo o apoio das autoridades, estavam crescendo mais depressa do que seria para desejar. Nesse tempo, a supremacia episcopal já tinha ganho aceitação em todo o mundo cristão. Os ensinamentos de Inácio tinham, finalmente, levado a palma. Assim, em Sebaste havia um bispo de quem Aéreo dissentiu. Havia corrupções sérias em matéria de doutrina e prática naquela região, e Aéreo propugnava pela volta ao cristianismo primitivo. Encontrou pela frente o seu bispo desejoso de manter o **status quo**. Aéreo foi, assim, obrigado a renunciar às suas funções. Os que com ele simpatizavam, e que não eram poucos, foram excluídos das respectivas igrejas e severamente perseguidos por anos a fio. Reuniam-se em lugares retirados, em esconderijos nas florestas e montanhas da Ásia Menor. E, mais tarde, se diluíram em qualquer outro grupo de cristãos que tinha idéias semelhantes. Que ensinava aéreo? O cristianismo puro, como se pode ver neste resumo de seus ensinamentos: (1) Bispos e presbíteros devem ter autoridade igual nas Igrejas de Cristo; (2) Não devem ser feitas orações aos cristãos já mortos, embora tivessem vivido uma vida santa e pura; (3) Não havia razão para oferecer a cerimônia da ceia aos mortos, pois que estes nada mais poderiam fazer pelos vivos; (4) Não havia base nas Escrituras para as leis existentes a respeito da prática do jejum; (5) Os cristãos deveriam cuidar de não se submeterem a uma escravidão legalista, em troca da magnífica liberdade cristã. Percebe-se que Aéreo se insurgia contra erros que são o germe de doutrinas antibíblicas vigentes agora no catolicismo romano: o episcopado, o sacerdotalismo, o culto aos santos, as orações pelos mortos, as missas pelos defuntos, os jejuns com vistas a benefícios espirituais, todo legalismo cerimonial. Em lugar de atenderem às suas razões, tão justificadas, o que encontrou foi a perseguição mais atroz. Fenômeno local, mas típico: à proporção que o cristianismo ia ganhando força, estabelecia o sistema

sacerdotal e organizava os recursos para reprimir até a destruição os que porventura se rebelassem.

JOVINIANO

Joviniano foi um cristão romano que viveu em fins do 4º século e que, levado pelas tendências do ambiente, também quis fugir do mundo, para viver com retidão a vida cristã. Cedo, entretanto, se convenceu de que as práticas monásticas não eram a melhor forma de observar a doutrina de Cristo. Assim, abandonou-as e denunciou corajosa e francamente os que desse modo procediam, a principiar pelo famoso Jerônimo, que era o grande líder do ascetismo nesse tempo. Jerônimo era um polemista tão vigoroso quanto inescrupuloso, que não temia adversários nem deixava sem resposta nenhuma provocação. Na sua gruta de Belém, exercia um impressionante magistério sobre o mundo cristão. Todos respeitavam sua pena acerada e freqüentemente temperada em fel. Assim, arremeteu ele contra Joviniano, e, como não tinha escrúpulos, atacou não somente a doutrina do adversário, mas também a sua pessoa. Chamou-o, por exemplo, de epicurista no sentido pejorativo do termo, como que a insinuar que Joviniano abandonara aquela vida de renúncia porque não pudera resistir às tentações do mundo. Temos, entretanto, na pessoa de outro grande escritor da época, Agostinho, um defensor de Joviniano na sua integridade pessoal. Agostinho acusa-o apenas de erros doutrinários: não aceitava, como outro cristão do tempo, Helvidio, a idéia da virgindade perpétua de Maria, mãe do Senhor. Os primeiros passos no caminho da mariolatria estavam sendo dados nesse tempo, mas Jerônimo e Agostinho ficariam abismados se pudessem antever a que extremos chegou o culto a Maria.

Uma observação muito importante a fazer aqui é que as informações que temos sobre Joviniano e Vigilância vêm-nos através das obras de Jerônimo. As obras dos dois valentes cristãos não chegaram até nós. E essas

informações ex-parte de Jerônimo são suspeitíssimas. O seu jeito de escrever não nos anima a ter confiança nele. Mas, lendo as acusações de Jerônimo, podemos ter uma idéia de pureza do pensamento cristão de seus adversários. É da obra de Jerônimo, *Adversus Jovinianum*, que extraímos as informações a respeito das opiniões do ex-monge romano. Para Jerônimo havia nas idéias de Joviniano quatro venenosas proposições, nas quais se podia ouvir o silvo da serpente... Nós, lendo-as hoje, diríamos: Nem tanto. Porque as quatro proposições letais são estas: (1) As mulheres cristãs, sejam virgens, sejam casadas, sejam viúvas, têm mérito igual diante de Deus desde que sejam cristãs fiéis. Isto é, o fato de uma mulher se conservar solteira não aumenta sua consideração diante de Deus. Jerônimo, defensor ferrenho dos méritos da virgindade e do celibato, ficava furioso ao saber de tais idéias. E, para confirmar sua doutrina ascética, dá uma interpretação absolutamente fantasiosa, para não dizer ridícula, à Parábola do Semeador. Segundo o mestre de Belém a referência de Jesus aos frutos da semente que caiu na boa terra aplica-se ao estado civil das mulheres cristãs: cento por um é o prêmio das solteiras, sessenta por um é a recompensa das viúvas que não se casam de novo, trinta por um o prêmio modesto das casadas... (2) A segunda heresia de Joviniano era a idéia de que os cristãos batizados não podiam ser vencidos pelo diabo. Os que o fossem estavam indicando que tinham sido batizados apenas na água, e não no Espírito. O batismo era, para Joviniano, o símbolo externo de uma transformação interior determinada pela fé. Vemos, assim, que a heresia venenosa não é mais do que uma maneira de expressar a doutrina evangélica da perseverança dos santos, muito bem fundamentada nas Escrituras, pois estas garantem a vida eterna para aqueles que verdadeiramente creem. (3) A terceira heresia era a idéia de que não havia diferença entre os que jejuavam e os que comiam, rendendo graças a Deus. Joviniano repudiava a idéia de que morrer de fome fosse sinal de santidade. (4) Finalmente, Joviniano ensinava que todos os crentes teriam recompensa no céu, não havendo distinções na salvação. Era essa a sua maneira de protestar contra a idéia que já começava manifestar-se entre os cristãos de que alguns mais santos do que outros poderiam interceder no céu pelos que

permaneciam na terra. Era o culto aos santos que estava sendo combatido por Joviniano no nascedouro, como já o fora por Aéreo. Temos, portanto, que, embora combatido ferozmente por Jerônimo e pela maioria dos líderes cristãos da Itália, Joviniano era um cristão fiel, que se cingia ao ensinamento das Escrituras. Foi perseguido juntamente com seus discípulos. Um sínodo em Roma, realizado em 390 A.D., o condenou, e os jovinianistas foram refugiar-se nos vales alpinos, lugar até onde não podiam chegar seus perseguidores, e ali permaneceram muito tempo, nesse abrigo secular de todos os perseguidos. Outros a eles foram juntar-se mais tarde.

VIGILÂNCIO

Vigilância foi um cristão de fins do Século IV, nascido na Gasconha, ao que parece. Era de início, servo de Sulpício Severo, um dos mais renomados líderes do ascetismo nesse século. Dadas as aptidões que demonstrou, Vigilância foi libertado por seu senhor e obteve a instrução possível no seu tempo e ambiente. Em 390, precisamente no ano em que Joviniano foi condenado pelo sínodo romano, Vigilância foi consagrado ao presbiterato e quatro anos depois foi enviado pelo seu protetor ao Oriente e à Itália, a fim de visitar os grandes ascetas, numa espécie de curso de aperfeiçoamento. Para conhecer o movimento mais intimamente, chegou a residir algum tempo com Jerônimo em Belém. Do prolongado contato com esses pioneiros do monasticismo Vigilância regressou muito mal impressionado. Poderia dar testemunho semelhante ao de certa freira que, depois de 40 anos de convento, declarou: "Tendo vivido tanto tempo entre 'santos' que compreendi por que é que Jesus preferia a companhia dos pecadores..." Talvez tivesse sido no seu contato com Jerônimo que Vigilância ficou conhecendo as idéias de Joviniano, que tão bem casavam com as suas. O fato é que, regressando à Gália, segundo uns, ou a Barcelona, segundo outros, Vigilância começou a falar contra aquele tipo de religião cristã que tinha tido o desprazer de encontrar no Oriente. Suas pregações foram muito bem aceitas pelo povo e sua popularidade crescia constantemente. O próprio Sulpício

Severo achou que fora bem gasto o tempo em que seu protegido passara longe. Mas Jerônimo, o cão de caça dos herejes, não dormia. Através de viajantes e correspondência, soube do que Vigilância andava pregando. Escreveu primeiro uma carta ao presbítero Riparius a fim de certificar-se melhor do que estava acontecendo. Ao receber informações mais precisas e, inclusive, alguns escritos de Vigilância, ficou possesso e desabou sobre o jovem presbítero com um tratado “Adversus Vigilantium”, que é um compêndio de polêmica inescrupulosa. Infelizmente não chegaram até nós as obras de Vigilância e, como no caso anterior, só sabemos de seus ensinamentos pelas citações de Jerônimo. Mas como diziam os antigos “ex ungue leonem”: Por essa amostra podemos fazer idéia do cristianismo autêntico professado por Vigilância. É necessário, entretanto, destrinchar as idéias vigilancianas do aranzel de Jerônimo, que descambou para o ataque pessoal contra o adversário, chamando a Vigilância de monstro, trocando seu nome para Dormitando, declarando-o possuído de espírito imundo, acusando-o, por ser filho de um taverneiro, de adulterar o vinho puro da verdade como adulterava antes o vinho das vinhas, atribuindo-lhe baixas intenções quando combatia o culto à virgindade e ao celibato. Quais as idéias de Vigilância que tanto provocaram a ira do monge de Belém? As que chegaram até nós através desse canal imperfeito de comunicação são as seguintes: (1) Não havia razão para prestar homenagens especiais aos mártires cristãos e suas relíquias. Invocações feitas a eles não tinham nenhum valor. As peregrinações feitas a seus túmulos eram prática condenável. (2) Era puro paganismo o costume de acender velas durante o dia em honra dos mártires conhecidos. (3) O celibato dos presbíteros e o ascetismo representavam covardes fugas à responsabilidade cristã. (4) O hábito de remeter esmolas para Jerusalém era reprovável. Serviam elas apenas para sustentar monges preguiçosos. Era muito melhor aplicar esse dinheiro acudindo às necessidades da própria pátria. Não sabemos qual o fim de Vigilância, embora saibamos que a agressão de Jerônimo teve seus resultados. É possível que ele e seus discípulos se tenham unido aos discípulos de Joviniano e encontrado sossego nos Alpes suíços. Que as suas idéias continuaram a exercer influência sabemos através de uma

referência encontrada na obra de um certo Fausto de Régio, que viveu em fins do 5º século.

OS CRISTÃOS BRITÂNICOS

Observamos a esta altura que não encontramos nesses primeiros séculos apenas esses casos de resistência à corrupção. Nós temos documentos que comprovam a existência de um grande grupo de cristãos que mantinha as práticas neotestamentárias, sem precisar defendê-las, porque até lá não haviam chegado ainda às corrupções a que fiz referências. São os cristãos que habitavam as Ilhas Britânicas. No início do cristianismo nessas ilhas continua a ser um mistério para os historiadores. Deixando de lado a lenda pitoresca de José de Arimatéia e o famoso Santo Gral, cremos que foi, provavelmente, através de algum missionário anônimo que o cristianismo chegou até lá. Parece-nos menos provável que tivesse sido introduzido por soldados romanos ou por comerciantes. O fato é que em 314 quando foi realizado, por ordem de Constantino, o Concílio de Aries compareceram diversos bispos ingleses. Constantino mesmo os teria convidado porque ele conhecia bem a Inglaterra e foi em Eboracum, a atual York, que seus soldados o consagraram Imperador. É possível também que tenha sido na Inglaterra que o imperador veio a conhecer o Cristianismo mais de perto e que sua mãe, Helena, se tenha convertido.

Um dos mais ilustres cristãos ingleses foi um certo Patrício, mais tarde abusivamente transformado em santo católico romano, sendo considerado o padroeiro da Irlanda. Patrício tem uma história interessantíssima de conversão e viveu no 5º século, tendo nascido aí por volta do ano 400, na Escócia, possivelmente. Seu pai era diácono numa igreja cristã, e seu avô, presbítero. Raptado por piratas que o levaram para a Irlanda, então chamada Hibérnia, tomou-se de amores por aquela terra e sua gente, de modo que, depois de libertado, resolveu espontaneamente regressar ao sítio de seu cativo para ali pregar o evangelho. Diz que sua comissão veio diretamente de Deus e não proveio de nenhuma autoridade humana. A Igreja Católica, a partir do 9º século, construiu uma biografia absolutamente fantasiosa de Patrício, cheia de

anacronismos e falsas afirmações, a fim de torná-lo santo católico. É mais um exemplo dessas famosas “fraudes pias” em que se notabilizaram tantos escritores católicos medievais. Mas Patrício deixou duas obras: uma autobiografia e uma carta aos cristãos governados por Coroticus, um régulo irlandês. Nessas duas obras podemos verificar aquilo em que criam Patrício e seus contemporâneos ingleses. Descobrimos o seguinte: (1) Grande atenção e respeito pelas Escrituras; (2) ausência de episcopado diocesano; (3) obra missionária; (4) humildade e simplicidade de vida. Os cristãos ingleses se escandalizaram com a pompa e a ostentação dos missionários católicos romanos lá chegados em fins do Século VI; (5) batismo pela imersão trina; (6) celebração das festas, especialmente a páscoa, em época diferente da que era observada no Continente; (7) nenhuma referência ao culto a imagens; (8) nada de culto aos santos e à Virgem Maria. A propósito desse zelo missionário referido, dois grandes missionários daqueles tempos partiram desse grupo de cristãos. Foram Columba, nascido por volta de 520 e que evangelizou os pictos do norte, fundando um estabelecimento cristão na Ilha de Iona, verdadeiro santuário da História missionária, e Columbano, nascido por volta de 545 e que foi pregar o evangelho na Burgúndia, em pleno Continente, entrando em choque com o clero gaulês, o que motivou sua expulsão para a Suíça e o norte da Itália. Com a chegada de Agostinho e seus companheiros, enviados pelo Papa Gregório I, a fim de pregar o cristianismo nas Ilhas Britânicas, no ano 596, vai começar a era da perseguição daqueles cristãos simples e fiéis, que mantinham as normas do Novo Testamento. Há dúvidas, entretanto, sobre se a perseguição romanista conseguiu exterminar por completo esse velho cristianismo. As resistências, que, de quando em quando, surgiam em solo inglês contra o Papa e que vão culminar no movimento de Wycliffe e os lolardos e, posteriormente, na aceitação tão fácil das idéias reformadas no Século XVI, parecem indicar que um resíduo de evangelho puro sempre existiu na Ilha.

ALGUNS OUTROS MOVIMENTOS

A esta altura acho conveniente dar uma explicação antes que ma peçam. Não mencionei, entre as resistências à corrupção nos primeiros séculos, os movimentos denominados Montanismo, Novacionismo e Donatismo, movimentos que muitas vezes são até apresentados como os Batistas da idade primitiva. Há grave engano, entretanto, nisso. O exame dos referidos movimentos nos leva a classificá-los como cisões verificadas em igrejas cristãs de determinados lugares, não se prendendo, entretanto, essas cisões a questões doutrinárias sérias. Não era uma reação contra abusos e desvios doutrinários. Os montanistas surgiram na Frigia aí pelo ano 140, graças à liderança de um certo Montano. A Frigia era uma região muito curiosa do mundo antigo. Seus moradores eram considerados simplórios. A religião dominante era o culto à deusa Cibele, culto sensualista, determinante de êxtases místicos, com muito apreço aos sonhos e a fantasmagorias de várias espécies. Colossos, Laodiceia e Hierápolis eram cidades da Frigia. Há quem julgue que na sua Carta aos Colossenses Paulo advirta os cristãos de lá contra as tendências ou influências dominantes do ambiente. Dizem que Montano tinha sido primitivamente um sacerdote mutilado da deusa Cibele. Convertendo-se ao cristianismo, encheu-se de zelo fanático. Tinha êxtases sonambúlicos. Considerava-se o órgão inspirado do Paráclito e acentuava a importância da doutrina do Espírito Santo, admitindo novas revelações comunicadas pelo Espírito. Anunciava a segunda vinda próxima, com o estabelecimento do reino milenial, a nova Jerusalém, ali na Frigia. Defendia a outorga de dons miraculosos pelo Espírito: profecias, êxtases, línguas estranhas. "O homem em êxtase", disse ele, "é um instrumento musical em que o Espírito toca suas melodias". Fez logo um grande número de discípulos, que se chamavam de "espirituais" (pneumatikoi), ao passo que os outros cristãos eram "carnais" ou "psíquicos". Duas mulheres, Priscila e Maximila, que abandonaram seus maridos e tornaram-se profetisas do movimento, o ajudaram no angariamento de adeptos. O que deu certa importância ao montanismo foi a posterior adesão de Tertuliano: esse africano temperamental e ardente, tão cheio de altos e baixos e que tão boas contribuições trouxe à teologia e à apologética cristã, impressionou-se com os perseguidos

montanistas e fez causa comum com eles, embora não tivesse incorrido nos excessos de Montano. Os montanistas podem ser considerados os antepassados dos pentecostais, mas não dos batistas, e o movimento que realizaram não tem valor como resistência às primeiras corrupções que ameaçavam o cristianismo. O mesmo pode-se dizer do Novacionismo surgido em Roma aí pelo ano 251, após a perseguição do Imperador Décio. O ponto de partida do movimento foi mera questão disciplinar e que revela um espírito talvez anticristão: Novaciano não podia admitir a volta às igrejas dos lapsi, dos que tinham abjurado a fé no tempo da perseguição. Queria ser mais cristão do que Jesus, que perdoou a Pedro. O grupo que seguiu Novaciano em Roma considerava-se puro, o que é mais um caso de orgulho e pretensão espiritual. Rebatizavam os que vinham de outras igrejas, eram anabatistas, portanto. Mas não batistas. Criaram a idéia da distinção entre pecados e achavam que a abjuração era um pecado mortal tão grande que o pecador não podia ser perdoado pela Igreja. Quanto aos Donatistas, que surgiram em 413, no norte da África, o ponto de partida foi mera questão administrativa: questionaram a consagração episcopal de um certo Ceciliano pela Igreja de Cartago. Como a briga se tornasse grave, os dois partidos apelaram para o Imperador Constantino, o qual primeiro entregou o caso a uma Comissão, de que fazia parte o bispo de Roma, e depois convocou o Concílio de Aries, já mencionado. Como nas duas instâncias os Donatistas foram condenados, resolveram apelar diretamente para o imperador. Constantino também não lhes deu ganho de causa. Zangaram-se, então, e desfraldaram a bandeira da separação entre Igreja e Estado. Muito tarde, entretanto. Apenas porque foram frustrados em seus desejos. Pelo fato de serem também anabatistas (aliás, atribuíam ao batismo valor sacramental e achavam que o próprio Jesus tinha que ser batizado) e por dizerem, após a condenação, que o imperador nada tinha a ver com a Igreja, não podemos, entretanto, dizer que eles eram os batistas do Século IV. Batistas nesse tempo eram todos os cristãos fiéis — muitos felizmente — que procuravam seguir os ensinamentos do Novo Testamento.

EXCURSO I

COMO OS CRISTÃOS SE TORNARAM IDÓLATRAS IDÓLATRAS

Acredito que o objetivo dos capítulos anteriores ficou bem manifesto: demonstrar que havia no cristianismo primitivo duas tendências atuantes no seio das igrejas. A primeira dessas tendências era o abandono progressivo de determinadas doutrinas e práticas neotestamentárias, substituindo-as por concepções pagãs ou por simples resultados de lucubrações humanas. A segunda era de correção dos desvios, de retorno constante às fontes neotestamentárias. Era reação salutar, mas que com o passar dos tempos se ia cada vez mais enfraquecendo. A conseqüência foi, em geral, a vitória da primeira tendência, resultando num afastamento generalizado do cristianismo de suas origens neotestamentárias. É muito forte o poder da corrupção. Por outro lado, a igreja oficializada se tornou perseguidora e os cristãos, que resistiram bem à perseguição pagã, não resistiram com a mesma perseverança à perseguição dos próprios cristãos. Além disso, concomitantemente com esse poder cada vez maior da Igreja, assistimos, na Idade Média, a um crescimento impressionante do analfabetismo, o que é uma das razões por que a Idade Média é chamada de "Idade das Trevas". Com o analfabetismo, temos o abandono ou o simples desconhecimento das Escrituras e seus conseqüentes males. Os erros se cristalizaram, o cristianismo primitivo esmaeceu e, por isso mesmo, perdeu a sua força transformadora de homens e sociedades.

Os desvios que foram mencionados podem ser estudados, detidamente, um por um, sendo apontadas as fontes de informação como verdadeiros marcos miliários na estrada da corrupção. Já tive a oportunidade de fazer um

estudo assim, de que resultou meu livro *Da Ceia do Senhor à Transubstanciação*¹⁴. Pensei em fazer outros livros do mesmo tamanho, tratando de outras doutrinas sérias do catolicismo romano, tais como os dogmas marianos, o purgatório, a supremacia papal, mas, até o momento, limitei-me a coletar dados e escrever um ou outro capítulo. Quero dar, em capítulo extra, um exemplo de como se verificou esse fenômeno de progressiva corrupção até a aceitação pelos cristãos de algo que no princípio repudiaram com todas as forças. Vou contar como os cristãos, detentores de uma religião magnífica, em que Deus era adorado em espírito e verdade, se tornaram, no curso de oito séculos, os mais comprometidos idólatras. Vamos, então, por partes.

1 — Os cristãos do primeiro século não tinham imagens nem quaisquer figuras nos seus lugares de culto. Pelo fato de não terem nenhuma imagem, causavam pasmo nos romanos, que não podiam entender tão estranha religião. Entre as razões por que os imperadores romanos perseguiram os cristãos, estava o que chamavam de "ateísmo". E por que os cristãos eram considerados ateístas? Porque não tinham Imagens ou, pelo menos, a imagem do seu Deus nos cultos que realizavam. Religião sem imagem visível era religião sem deus para os romanos. Os apologistas gastaram longo tempo procurando demonstrar que os cristãos não eram ateus, procurando ensinar aos romanos o que era um culto espiritual exclusivamente. As obras de Justino, Atenágoras e a grande apologia de Tertuliano apresentam argumentos engenhosos e que deveriam ser convincentes a respeito da matéria. Mas parece que não mereceram grande atenção. Um historiador católico, grande e insuspeito, Hefele, diz a respeito do assunto: "A primitiva igreja não tinha imagens de Cristo porque muitos cristãos daquele tempo ainda aderiam ao mandamento de Moisés (Êx. 20:4); o costume, tanto dos cristãos gentios como dos judeus, proibia todo uso de imagens para os últimos, a exibição e a

¹⁴ J. Reis Pereira — *Da Ceia do Senhor à Transubstanciação*, Casa Publicadora Batista, Rio.

veneração de imagens seria, naturalmente, uma abominação e, para o pagão neoconvertido, poderia ser uma tentação para recair na idolatria. Além disso, a Igreja estava obrigada, para sua própria honra, a abster-se de imagens e, particularmente de qualquer representação do Senhor, para que não fosse olhada pelos incrédulos simplesmente como uma nova espécie de paganismo e de culto à criatura”. Percebe-se na declaração de Hefele que ele procura explicar demais, preparando o caminho para as modificações que depois se verificaram e que ele terá de esclarecer. Mas o que importa não são as suas explicações mal alinhavadas, mas o fato que descreve.

2 — Os autores cristãos não se limitavam a explicar a espiritualidade do culto cristão. Armando-se de coragem, iam mais longe e criticavam severamente os pagãos pelo uso que estes faziam das imagens. E como procedeu Minúcio Felix, Tertuliano, Arnóbio e Lactando, os dois primeiros do segundo século, Lactâncio do 3º e Arnóbio do 4º século. Lactâncio, aliás, preservou para nós a resposta dos pagãos a tais críticas: “Não tememos as Imagens propriamente, mas os seres que eles representam e por cujos nomes elas são consagradas” (De Origine Erroris, II, 2). Essa é mais ou menos a resposta católica às nossas alegações hoje.

3 — Pelo segundo século começaram a aparecer pinturas modestas e toscas, a título de ornamentação, nas paredes das catacumbas. Era de uso ornamentar assim as paredes dos lugares públicos. Os cristãos começam a fazer o mesmo em quadriláteros de estuque nas paredes pétreas. Plantas, flores, borboletas, pássaros e até mesmo motivos pagãos, mais ou menos inocentes, começaram a ser usados. Mais tarde começa a aparecer uma figura que vai se tornando comum: a de um pastor levando sobre os ombros uma ovelha. Não havia primitivamente a idéia de que isso fosse representação de Jesus Cristo e não havia, em absoluto, qualquer idéia de culto.

4 — O objetivo era inocente: ornamentação. Ornamentar um local de culto é o supérfluo que se torna necessário. Não há mal em ornamentar para embelezar, para tornar mais agradável um lugar de reuniões. Mas alguns cristãos começaram a ver perigo nisso. Tanto assim que num Sinodo realizado na

cidade espanhola de Elvira, no ano 305, ficou estabelecido, no seu 36º cânone, que “não deveria haver pinturas nas igrejas”. Por esse tempo as igrejas já haviam ultrapassado a fase das catacumbas, já tinham os seus templos. O mesmo desejo de ornamentação levava alguns a colocar nas paredes nuas daqueles templos, já de si tão simples, mera reprodução das basílicas romanas, alguma coisa. Os cristãos presentes em Elvira, entretanto, resolveram cortar futuros males pela raiz. A decisão de Elvira, entretanto, servia somente para as igrejas da Espanha e não se tem notícia de outro Concílio no mesmo século que também tomasse em consideração o assunto. Não sabemos também até que ponto se estendera a prática das igrejas.

5— O Bispo de Chipre, Epifânio, escrevendo na segunda metade do 4º século, isto é, aí por volta de 360, declarou que o uso de imagens era “prática ateísta e antiescriturística”. Não nos esclarece, entretanto, o bom Bispo se algum culto era prestado a essas imagens. Anote-se, entretanto, o seu depoimento.

6— A partir do 5º século, depois que o cristianismo se tornou a igreja oficial e que os pagãos começaram a entrar indiscriminadamente para as igrejas, a prática, ou melhor, o uso de imagens se foi tornando cada vez mais abusivo. Temos um dado interessante: Severo, Bispo de Marselha, no sul da Gália, aí por volta de 600, mandou destruir as imagens existentes nas igrejas de sua diocese. Gregório I, Bispo de Roma e superior incontestado de todos os bispos do Ocidente, sabendo do fato, escreveu uma carta a Severo, censurando-o pelo excesso de zelo demonstrado e ao mesmo tempo explicando que as imagens poderiam ser instrutivas. Só seria condenável o culto que, porventura, lhes fosse prestado. Verifica-se, pois, que a esse tempo já havia, pelo menos em alguns lugares, uma outra idéia, além da ornamentação: a de que a imagem poderia instruir os fiéis. Como, não é explicado.

7— Cabe aqui uma observação: os chamados Concílios Ecumênicos até o 8º século não tratam da matéria nem por ilação. Até 680 foram realizados seis concílios, chamados ecumênicos: o de Nicéia, em 325; o de Constantinopla,

em 381; o de Éfeso, em 431; o de Calcedônia, em 451; o 2º de Constantinopla, em 553 e o 3º de Constantinopla, em 680. Todos eles versaram questões doutrinárias e as imagens nas igrejas não foram objeto de consideração.

8— No início do 7º século surge na questão um elemento estranho ao cristianismo: Maomé. Como é sabido, em 622 começou oficialmente o maometanismo e em 630 o profeta entrou em Meca. Ao entrar na sua cidade santa, Maomé dirigiu-se, incontinenti, à Caaba, o templo tradicional dos árabes, curvou-se diante da pedra sagrada que, branca no princípio, se tornara negra por causa dos pecados dos homens, e em seguida mandou destruir os 360 ídolos tribais ali existentes. Sua religião era exclusivamente espiritual. E embora tivessem guardado a pedra negra, os maometanos mantiveram-se através dos séculos tão fiéis aos ensinamentos de seu profeta que não admitem, de nenhuma maneira e sob nenhum pretexto, a reprodução da figura humana. O artista maometano não tem muita liberdade: o máximo que pode fazer são os arabescos que foram os inimigos de muito adolescente refratário ao desenho. Além dos arabescos, as letras e palavras escritas passaram a ser também motivos ornamentais nas edificações dos maometanos. Mas nunca a reprodução da pessoa humana. Nem de quaisquer outras figuras. Com tal severidade, eram naturais os choques entre maometanos e cristãos. Estes se exasperavam quando eram ridicularizados por aqueles em virtude da idolatria.

9— Muitos bispos cristãos orientais achavam razão na atitude dos maometanos, porque os cristãos estavam, realmente, abusando. Esses bispos exerceram influência preponderante na pessoa do Imperador Leão, o Isauriano, que começou a reinar em 718 (718-741). O próprio Leão achava que o culto que no seu tempo se estava prestando às imagens era não somente uma abominação em si, mas também um empecilho à conversão dos maometanos e dos judeus. Julgou que, abolindo esse culto, ele conseguiria mais unidade em seu império, mas também estabelecer uma espécie de coexistência pacífica com seus agressivos vizinhos maometanos. Assim, num primeiro edito, publicado em 726 e procedendo com moderação, Leão proibiu

aos seus súditos cristãos que se prosternassem ante as imagens; ordenou também que elas fossem colocadas tão alto nos templos que não pudessem ser beijadas. Aconteceu, entretanto, que muitos, animados pela atitude do imperador, começaram a quebrar imagens, daí se originando conflitos sangrentos. Os quebradores de imagens foram chamados iconoclastas, de kláo, quebrar. Leão encontrou ferrenha oposição do patriarca de Constantinopla, Germano, e o resultado disso foi a deposição do patriarca pelo imperador, em 730. Também se opôs às suas medidas o Bispo de Roma, Gregório II, o que levou Leão a ameaçá-lo com sérias represálias, que, realmente fez, transferindo o sul da Itália e a Grécia da soberania romana para a do patriarca de Constantinopla. É oportuno observar que entre os opositores de Leão estavam, em geral, os monges. Além das práticas supersticiosas freqüentemente desenvolvidas nos mosteiros, havia, ao que parece, sérios interesses econômicos envolvidos: os monges eram grandes fabricantes de imagens e obtinham desse comércio pingues lucros. É essa uma inesperada reprodução do problema enfrentado por Paulo em Éfeso, sendo que agora os cristãos é que defendem os ídolos...

10 — O filho de Leão, Constantino V, denominado pelos seus inimigos injuriosamente Coprônimo, tomou medidas mais violentas ainda que as paternas. Convocou um concílio em Constantinopla, um concílio de 338 bispos, pelos quais o culto de imagens foi proibido como contrário a toda doutrina cristã. Os monges continuaram, entretanto, a reagir energicamente contra as decisões tomadas por seus superiores civis e eclesiásticos. Então medidas sérias foram tomadas também contra o sistema monástico: mosteiros foram fechados e tanto monges como freiras foram obrigados a casar. Foi nessa ocasião que, vendo as coisas mal paradas, o Bispo de Roma abandonou o imperador do Oriente e buscou a proteção de Pepino, rei dos francos. Temos que, no governo de Constantino, cujo reinado foi de 740 a 775, o culto às imagens foi proibido tanto pelo Estado como pela igreja no Oriente, enquanto no Ocidente a situação era um tanto ou quanto indefinida.

11— Com a morte de Constantino V, subiu ao trono seu filho Leão IV. Este governou inteiramente sob a influência de sua mulher, Irene, e após apagado reinado morreu, em 780, deixando o trono a seu filho Constantino VI, que tinha apenas dez anos nessa ocasião. Sua mãe ficou como regente, mas mesmo depois de sua maioridade Irene é quem continuou a governar. Irene foi uma dessas terríveis mulheres que tiveram tanta influência nos assuntos religiosos durante a Idade Média. Inteiramente em desacordo com o belo nome que lhe deram, foi muito pouco pacífica nas suas atitudes e tudo procurou fazer para atender a uma insaciável vontade de poder. Era secretamente favorável ao culto de imagens, embora tivesse muito politicamente ficado calada durante a vida de seu marido. Morto Leão IV, ela entrou em ação. Colocou gente de sua confiança nos principais postos da Igreja e, particularmente, no patriarcado de Constantinopla. E assim, com um dispositivo religioso bem organizado, depois de uma tentativa frustrada, conseguiu convocar para Nicéia um concílio que é também denominado ecumênico, o sétimo da lista. Irene impôs sua vontade a esse Concílio e o culto às imagens foi restabelecido, bem como o culto às relíquias. Foi nessa ocasião estabelecida uma subtil distinção entre os diversos cultos: o culto de latria só podia ser prestado a Deus, o culto de hiperdulia era o devido a Maria e o culto de dulia o que deveria ser prestado aos santos. O quanto vale essa distinção na prática podem dizer muito bem todos os que já foram católicos.

12— O 2º Concílio de Nicéia condenou, mas não exterminou os iconoclastas. Durante muitos anos o império bizantino continuou dilacerado por lutas entre os quebradores e os adoradores de imagens. E o Imperador Leão V, chamado o armênio, que reinou de 813 a 820, voltou a tomar medidas contra o culto de imagens. Seu assassinato, entretanto, fez que tudo voltasse à situação do tempo de Irene e, em 842, uma outra mulher, a Imperatriz Teodora, deu o golpe de misericórdia nos iconoclastas, convocando um Sínodo em Constantinopla, que decidiu, em definitivo, a questão para o Oriente. Daí por diante, entre os chamados ortodoxos, não se discute mais o assunto: os monges venceram em toda a linha, aliados a duas mulheres, Irene e Teodora,

que pelo nome não se percam. É estabelecida a distinção a que já fizemos referência na espécie de culto e também fica estabelecido, o que até hoje se observa entre os ortodoxos, que os artistas deveriam seguir os modelos tradicionais quando desejassem representar os personagens que recebiam a honra dos altares e, por outro lado, só podiam fazer pinturas. A igreja ortodoxa não admite esculturas. Essa é uma das diferenças entre as igrejas ortodoxas e as romanas.

13— Resolvido o assunto no Oriente, faltava a manifestação do Ocidente. Neste lado do mundo não tinha havido muitos problemas. As imagens estavam nas igrejas, mas, talvez, pelo menor contato com os maometanos ou mesmo por maior discrição dos fiéis, não tinham surgido lutas. Mas quando Carlos Magno soube das decisões do II Concílio de Nicéia, ficou seriamente indignado. Ordenou aos seus letrados que escrevessem uma espécie de refutação das decisões tomadas em Nicéia. Essa refutação foi feita, vindo a formar os chamados 4 Livros Carolinos. Os livros foram preparados por uma equipe liderada pelo famoso Alcuíno e foram terminados em 790. O Bispo de Roma era Adriano. Favorecendo a idolatria, este procurou conciliar os dois pontos de vista. Por essa razão, Carlos Magno convocou um sínodo dos bispos francos, que se reuniu em Frankfurt em 794. Esse sínodo manteve o ponto de vista dos Livros Carolinos e, depois da morte de Carlos Magno, em 825, foi realizado um sínodo em Paris, que confirmou o que havia sido decidido em Frankfurt. Essas decisões detiveram, por algum tempo, no Ocidente, a onda da idolatria. O Bispo de Roma, entretanto, tinha seus recursos, e, dentro de algum tempo, os Livros Carolinos desapareceram por completo. No desconhecimento desse documento importante, a idolatria veio a florescer livremente no Ocidente, com ampla liberdade dos artistas, e podendo ser colocadas nas igrejas tanto pinturas como esculturas. Só por ocasião do Renascimento é que os Livros Carolinos foram descobertos por um estudioso. Mas era tarde demais; a idolatria já estava profundamente enraizada na Igreja Romana. O que aconteceu foi que os Livros de Carlos Magno, apesar de todo o respeito que a Igreja lhe vota, foram colocados, em 1564 no Index Librorum Prohibitorum... A

Igreja não se arrisca. Os argumentos medievais de Alcuíno, caso conhecidos do publico, poderiam abalar muitas convicções.

Este relato pode ser tedioso, mas é expressivo. Foi dessa maneira que entrou para o corpo de doutrinas e práticas da Igreja Católica Apostólica Romana todo esse enorme acervo anti-escriturístico que conhecemos. Mas de início era muito pouca coisa. No caso que estudamos, simples pinturas, muito mal feitas, mais símbolos que representações. Agora essa infinidade de imagens que cobre o mundo católico e ortodoxo. E o povo adorando essas imagens, apesar de todas as advertências e sibillnas distinções teoricamente apresentadas.

Uma das vantagens de estudar a História do Cristianismo é ver como começaram os erros; acompanhá-los desde o tímido e pequenino nascedouro até o desaguar violento nesse mar de corrupção que é a doutrina católica. Algum teólogo prudente de Elvira poderia ter encontrado um adversário a lhe dizer que estava preocupado com pouca coisa e que não havia razão para temores. Severo foi censurado pelo seu excesso de zelo. Mas o resultado justificava todos os temores de um e os cuidados do outro.

Haverá talvez coisas mais sérias nos desvios católicos romanos. Apresentei este caso, por permitir uma exposição mais breve e por ser bem típico.

IV

A RESISTÊNCIA À CORRUPÇÃO NA IDADE MÉDIA

Há quem pense que na Idade Média o domínio da Igreja Católica Apostólica Romana foi absoluto e incontestável. Engano.

É verdade que a Igreja Romana, nesse período da História, teve a força do seu lado; os reis e senhores sempre se dispuseram a cumprir suas decisões, especialmente depois de Carlos Magno. A Igreja esteve nesse tempo mais do que unida ao Estado: ela fez do Estado seu servo. Estado, nesse caso, poderia ser o Império Romano ou o reino da França ou qualquer senhorio feudal. A Igreja contava com a solidariedade quer da monarquia absoluta, cujo direito divino sustentava, quer do feudalismo. Muitas vezes era uma autêntica “societas sceleris” essa união. No caso das Cruzadas, por exemplo, a Igreja uniu-se a reis, imperadores e senhores feudais para extirpar maometanos em nome de Cristo, o Deus de amor e de misericórdia!

Contudo, essa Igreja todo-poderosa não foi senhora absoluta, não foi a representante exclusiva do cristianismo nesse período ominoso da História da humanidade. Nesse tempo o cristianismo verdadeiro não sumiu da face da terra. Ele continuou representado por pessoas e grupos humildes e fiéis, que, dentro ou fora da Igreja, tiveram a concepção exata do que deveria ser o cristianismo e reagiram contra a corrupção. Via de regra, a Igreja Romana, poderosa e altiva, usava da violência contra esses grupos e pessoas. Tentava calá-los pela tortura ou pela morte. Acrescentou mártires à história do cristianismo. Essa Igreja poderosa e rica, que mata ferozmente os que dela

dissentem, não é mais aquela Igreja que sofria às mãos dos perseguidores nos primeiros séculos da era cristã.

Desses grupos e pessoas que não permitiram ao cristianismo medieval sofrer colapso completo, vamos mencionar alguns casos mais expressivos. Servirão eles para desmentir a idéia de que na Idade Média a Igreja de Roma foi absoluta, tendo unido todos os cristãos do mundo sob sua égide. É preciso, aliás, que se note que os cristãos do Oriente, que obedeciam à orientação do patriarca de Constantinopla, repudiavam o domínio de Roma. Mas não é disso que desejamos falar, e, sim, daqueles que nos tempos e lugares de evidente soberania romana, nos lugares onde Roma punha e dispunha, procuraram viver a proclamar o cristianismo na sua pureza primitiva. É uma galeria ilustre.

CLÁUDIO DE TURIM

Viveu nos Séculos VIII e IX, tendo morrido no ano 832. Foi bispo em Turim, a grande cidade do norte da Itália. Discípulo de Agostinho na teologia opôs-se, entretanto, ao sacerdotalismo: para ele havia possibilidade de relação imediata entre Deus e o crente, dispensando o intermediário sacerdotal. Mais ainda: tirou as imagens de suas igrejas; condenou o hábito da invocação aos santos; não aprovou o costume das orações pelos mortos; combateu o nascente culto da cruz, que considerava uma forma de idolatria. Para que se tenha uma idéia do valor da posição assumida por Cláudio, basta lembrar que o II Concílio de Nicéia, o sétimo ecumênico, realizado no ano 787, havia oficializado o culto prestado às imagens.

BERENGÁRIO DE TOURS

Aparentemente, Cláudio de Turim não sofreu perseguição em virtude de suas idéias. Naquele tempo, no início do 9º século, a Igreja ainda não tinha suficiente força. Tanto mais que era grande ainda a confusão política conseqüente da partilha do império de Carlos Magno. Mas já não foi assim com

o nobre Berengário de Tours, no Século XI. Era ele um mestre da Escola de Chartres, na França, que, em 1045, chegou à conclusão de que era superstição vulgar a idéia já então corrente de que o corpo de Cristo estava presente na eucaristia. Por causa de suas idéias, foi julgado por dois concílios e forçado a retratar-se, para não morrer queimado vivo ou linchado pela população. “Estranho composto de coragem moral e covardia física”, diz Schaff, “se tivesse morrido como mártir, sua doutrina teria ganho força; mas suas repetidas retratações prejudicaram sua própria causa e promoveram a vitória da transubstanciação”. Mas, sem julgar Berengário, desde que não experimentamos as provações pelas quais ele passou, regozijamo-nos com o fato de que muitos outros encontraram forças para resistir e proclamaram até o fim a verdade das Escrituras.

PEDRO DE BRUYS E HENRIQUE DE LAUSANNE

Ambos surgiram na França, no início do Século XII. O primeiro foi queimado vivo cerca de 1124 e o segundo morreu na prisão aí por volta de 1148. Mas deixaram discípulos conhecidos como “petrobrusianos” e “henriquianos”. Suas doutrinas eram as mesmas. Advogavam a existência de um cristianismo simples, mas poderoso no seu efeito sobre a vida dos homens. Insistiam na necessidade da fé para a salvação e rejeitavam o batismo infantil. Combatiam o uso de quaisquer imagens no culto cristão. Não consideravam a eucaristia senão como um ato memorial comemorativo da morte do Senhor Jesus. Insistiam na autoridade das Escrituras sobre os Pais da Igreja na determinação daquilo que deveriam ser a vida e a doutrina cristãs. A Igreja usou da força e da violência contra eles. Fez o mesmo com seus discípulos. Mas não conseguiu liquidar a todos. E muitos se aglutinaram sob a orientação de um outro líder que a Igreja não conseguiu prender.

PEDRO VALDO

Quando a Igreja, depois de ter afastado de seu caminho a Pedro de Bruys, pretendia fazer o mesmo com Henrique de Lausanne, nascia aquele que deveria ser ainda mais notável que seus predecessores. Chamava-se Pedro Valdo. Dedicando-se ao comércio na cidade de Lyon, no centro da França, tornou-se muito rico. Tinha muito pouca instrução, mas um dia, ouvindo a leitura dos Evangelhos, se converteu e resolveu dar aos pobres metade dos seus bens e dedicar sua vida à pregação do evangelho. Logo se aglomeraram multidões para ouvi-lo. Suas pregações, cheias de simplicidade, mas tão fiéis às Escrituras, além de serem alicerçadas numa vida correta, impressionavam profundamente. Seu ensino, entretanto, desagradou à hierarquia católica. Vieram, então, as proibições e perseguições. Pedro Valdo, entretanto, não cedeu. E seus discípulos com ele. Fugindo de um lugar para outro, a fim de escapar à sanha dos perseguidores, eles permaneceram. De Valdo, supõe-se que, escapando à fogueira, morreu tranqüilamente na Suíça. Seus discípulos, com o nome de «valdenses» permaneceram até o dia de hoje. No exame de suas doutrinas, verificamos que eles só batizavam adultos capazes de manifestar sua fé; não criam na presença real do corpo de Cristo na eucaristia; não tinham imagens nem cultuavam a Virgem Maria e os santos; só reconheciam, em matéria de fé e costumes, a autoridade das Escrituras.

JOÃO WYCLIFFE

Nascido na Inglaterra aí por volta de 1320, foi, a princípio, um defensor extremado dos direitos do povo inglês contra as pretensões papais. Nesse tempo a sede do papado estava em Avinhão e foi ainda durante a vida de Wycliffe que se deu o cisma papal, quando a cristandade católica romana ficou dividida entre dois e até entre três papas. Talvez por se ter primeiro rebelado contra a cobiça dos papas, que estavam praticando verdadeiras extorsões na Inglaterra, é que Wycliffe começou a estudar, mais a fundo, as pretensões da Igreja, tendo chegado à conclusão de que lhes faltava autoridade bíblica. Tratou, portanto, de traduzir a Bíblia e de divulgá-la em sua terra. Atacou fortemente a corrupção do clero, negou a autoridade papal, condenou o

sacerdotalismo, rejeitou a teoria da transubstanciação na eucaristia. Quando morreu, em 1382, a perseguição voltou-se contra seus discípulos, os chamados lolardos. Mas não foi possível extingui-los e, através do Século XV eles permaneceram dando seu testemunho. E até no Século XVI existiam lolardos, porque há notícia de perseguição contra eles no tempo de Henrique VIII.

JOÃO HUSS

João Huss foi um discípulo checo ou boêmio de Wycliffe, embora só tenha conhecido o mestre inglês através dos livros deste. Era professor na Universidade de Praga. Concluiu que o mal de que padecia o cristianismo era a negligência no estudo da Bíblia. Tratou, assim, de pregar a Bíblia a seus alunos. Combateu e condenou as corrupções e fraudes existentes nas igrejas de sua terra. Num livro que escreveu, apresentou seu ponto de vista acerca do que deveria ser a Igreja de Jesus Cristo. Embora já excomungado pelo Papa, em 1413 foi intimado a comparecer perante o Concílio de Constança. Muniu-se de um salvo-conduto fornecido pelo Imperador, mas nem sequer pôde falar ao Concílio. Foi preso e condenado à morte na fogueira, onde deu o bom testemunho de Cristo em julho de 1415. Tinha um salvo-conduto que lhe permitia ir a Constança e regressar a Praga, mas os teólogos do Concílio diziam que a palavra dada a um herege ou a um infiel não precisava ser mantida... Huss também deixou discípulos, que continuaram a pregar suas doutrinas.

MUITOS OUTROS

O espaço limitado desta obra não nos permite falar de muitos outros mais que, na Idade Média, esforçaram-se por seguir o cristianismo do Novo Testamento e não acompanharam as inovações de Roma. Não podemos contar a história de homens como Arnaldo de Brescia, João de Wessell, Jerônimo de

Praga, Marsílio de Pádua, dos chamados irmãos da vida comum e de muitos outros, em diferentes lugares da Europa, que reagiram contra as corrupções romanistas e se esforçaram, com as luzes que tinham, para um retorno ao cristianismo primitivo.

Representam eles “uma grande e venerável” nuvem de testemunhas que mantiveram acesa a chama da fé, em tempos de profundas trevas espirituais, e que, com seu sangue, muitas vezes selaram sua fidelidade ao Senhor, alistando-se entre os sete mil que não dobraram seus joelhos a Baal. A imagem bíblica é muito bem apropriada: Elias julgava-se sozinho em Israel, pensava que todo mundo estava servindo a Baal e havia sete mil que ele ignorava. Assim, muita gente pensa que a Idade Média européia era completamente dominada pela Igreja Romana, que não havia dissidência nenhuma e havia, entretanto, milhares de cristãos fiéis a Cristo e adversos a Roma. O protestantismo é herdeiro desses heróis da fé. Como diz Merle d'Aubigné, “o protestantismo do Século XVI recebeu a Bíblia do protestantismo de todos os séculos”.

É dessa gente cristã e fiel, que a tudo resistiu em tempos de opressão, é dessa gente que os batistas receberam a tocha da verdadeira fé que conduz o homem aos caminhos da salvação. Filiam-se, assim, os batistas a essa ininterrupta cadeia que, através de vinte séculos de História do mundo, vem dando o bom testemunho de Cristo.

V

A REFORMA QUE NÃO FOI COMPLETA

É fato hoje admitido francamente, pelos próprios autores católicos romanos, que a situação da Igreja de Roma no fim da Idade Média era lamentável sob vários pontos de vista. O mal vinha de longe e derivava dos erros e desvios a que já fizemos referência nos capítulos anteriores. Perdendo a nítida cor cristã, adotando práticas pagãs, permitindo o ingresso indiscriminado de não-convertidos, aceitando a oficialização pelo Estado e passando de perseguida a perseguidora, a futura Igreja Católica Apostólica Romana preparou o caminho para toda sorte de corrupções, despersonalizando-se como Igreja de Cristo.

Não se diga que nossa referência a autores católicos seja destituída de comprovação. O professor alemão Karl Adam, num livro que escreveu precisamente para advogar a idéia da união cristã, presta estes depoimentos insuspeitos e expressivos :

“Lembremos também as ações indignas, os envenenamentos e a devassidão de Alexandre VI e de seu filho César Bórgia, impulsionados ambos por uma fome diabólica de crimes e poderio... Júlio II esgotou-se em negócios puramente políticos, em guerras de toda sorte. E, enfim, o governo faustoso de Leão X, que dava muito mais importância à caça e ao teatro que a Lutero e suas preocupações religiosas. Tudo isso, sem mencionar muitas outras culpas, arrastou o prestígio da Santa Sé para o pó e para a lama¹⁵”.

¹⁵ Karl Adam — Vers l'Unité Chrétienne — Le point de vue catholique — Traduit par F. de Bourbon-Busset — Aubier — Paris — 1949 — p. 29.

“Exceptuados os raros eclesiásticos formados Jias universidades, a maior parte contentava-se com modestos conhecimentos de religião, latim e liturgia. Sua moralidade não era mais brilhante que seus conhecimentos teológicos. Mas como também esperar deles moral mais elevada que a de seus superiores? Assim, segundo relatam os documentos da época, a rudeza dos costumes, a embriaguez, o jogo, a cupidez, a simonia e a superstição, estavam grandemente espalhados e ntre eles. Para se assegurar a subsistência eles exigiam, mesmo dos mais pobres, para os menores serviços eclesiásticos, um pagamento extremamente elevado. A ministração da extrema-unção atingia tal preço, que era chamado o 'sacramento dos ricos'. O concubinato estava tão generalizado no clero que o Imperador Sigismundo achou bom propor, nos Concílios de Constança e Basiléia, a supressão do celibato¹⁶”.

“Verdadeiramente, fazia-se noite em grande parte da cristandade e foi Roma, em primeiro lugar, que espalhou as sombras da noite sobre a Igreja. Eis o resultado final de nosso estudo sobre o fim do Século XV: no povo uma decadência assustadora da verdadeira piedade, tendendo para o materialismo religioso e a histeria malsã; no alto e no baixo clero o espírito mundano e o esquecimento do dever; e nos pastores supremos da Igreja uma vontade diabólica de poder e um abuso sacrílego pelas coisas santas. Importa que o povo e o clero exclamem: mea culpa, mea culpa. E Roma deve acrescentar, bem a propósito: mea máxima culpa¹⁷”.

O depoimento é severo. Com Karl Adam outros autores católicos reconhecem que a situação da Igreja Romana no Século XVI era deplorável. Concordam em que era urgente uma reforma bem séria. Mas, para não darem o braço inteiramente a torcer, condenam Lutero porque, tendo iniciado uma Reforma, provocou uma cisão.

¹⁶ Op. cit. p. 34

¹⁷ Op. cit., pp. 42 e 43.

Como se poderia fazer uma Reforma? Tinha que ser, naturalmente, de iniciativa dos líderes da Igreja. Tinha que vir de cima. Um papa ou um concílio poderia promovê-la. Mas por esse tempo papas e concílios andavam às turras, para saber quem tinha a preeminência, numa contenda de séculos. Desprestigiavam-se mutuamente. Pouca gente sabe que no ano em que Lutero pregou suas famosas 95 teses, um Concílio Ecumênico estava em curso, em Roma, o V Concílio de Latrão. Ninguém lhe dava importância. E o papa era aquele Leão X, a quem já foi feita referência, não por nós, linhas atrás. O edifício da Igreja Romana estava abalado profundamente.

Na impossibilidade de se processar a Reforma de cima para baixo, partida de uma liderança realmente espiritual e interessada no bem-estar do mundo cristão, tinha que surgir de baixo para cima, resultando de um impulso irresistível do povo, desejoso de respirar melhores ares.

Noutro capítulo já nos referimos aos esforços reformadores de muitos em plena Idade Média. Ninguém pense que nessa idade, que alguns denominam a “Idade da Fé” e outros a “Idade das Trevas”, a Igreja Católica Romana teve domínio absoluto. Sempre houve quem lutasse pela manutenção dos padrões do cristianismo primitivo. Em meio àquela treva havia pontos luminosos. Não puderam fazer muito, porque a Igreja, unida a outras forças de opressão, como o Império, as monarquias absolutas e o feudalismo, sempre pôde desfazer-se dos dissidentes pela tortura, pela prisão ou pela fogueira. Mas a passagem desses heróis da fé ficou indelevelmente marcada na História do mundo. Foram as testemunhas fiéis que não deixaram apagar-se a luz da verdade evangélica.

MARTINHO LUTERO

Em tal situação religiosa intolerável é que surgiu Lutero. Ele tipifica bem o católico fiel, desejoso de viver uma vida espiritual elevada e que se vê impedido pela própria Igreja. Já de algum tempo Lutero vinha-se preocupando com certas deficiências do sistema católico. O vergonhoso tráfico das

indulgências foi a gota que fez transbordar o cálice. Essa idéia de comprar a salvação, de comprar o céu com alguns florins, era especialmente repugnante para aquele monge austero e conhecedor da Bíblia. Manifestou-se contra a venda das indulgências na Alemanha, mas é de se observar que, no início, ele não está contra a autoridade papal. Ele quer simplesmente debater a idéia. Ele quer esclarecer. Está convicto de que o Papa, em Roma, não age porque não está bem informado. Trata a Leão X, não só nessa ocasião, mas em algumas obras posteriores, com todo o respeito. Mas a resposta papal foi a mesma dos tempos medievais: ou a retratação ou a excomunhão. Lutero se enrijece e não se retrata. Vem, então, o raio, outrora potente, da excomunhão. Mas os tempos agora são outros e esse raio já não assusta ninguém. Lutero fica ainda mais indignado e rompe, em definitivo, com a Igreja de Roma, provocando a cisão tão lamentada por autores católicos como o citado Karl Adam.

Mas que é que Lutero podia fazer? O dilema que lhe foi proposto era férreo: ou retratação ou excomunhão. Como se retrataria sem ser convencido de erro? Isso era modo de tratar um católico sincero, dedicado à causa da Igreja e que até então só merecera louvores pelo seu comportamento, quer como monge quer como professor de teologia? Quereriam os católicos que ele se retratasse e se recolhesse ao isolamento de um claustro, sufocando a voz da consciência, que clamava contra os abusos? Fizesse ele isso e a situação do mundo cristão seria hoje muito pior. Porque é preciso notar que a própria Igreja Católica se beneficiou com a obra de Lutero.

O que restava a Lutero fazer, em face da atitude incompreensiva e intolerante do Papa, era aquilo mesmo: romper com a Igreja Romana e divulgar as suas idéias, que, aliás, tinham a melhor aceitação por parte do povo espoliado e oprimido da Alemanha.

Todos devemos muito a Lutero: foi ele que desfraldou corajosamente o estandarte da revolta contra aquela situação anticristã, propugnando a Reforma. Nas suas águas seguiram muitos outros, mas não lhe ofuscaram a glória.

Mas, infelizmente, os quinze anos de convento, bem como o severo catolicismo de sua infância, marcaram a vida de Lutero. Muita coisa do catolicismo ainda permaneceu nele. Tendo visto claro num ponto fundamental, a doutrina da justificação pela fé, noutros pontos, entretanto, conservou o que tinha aprendido e praticado durante tanto tempo.

Nessas condições a igreja que ele acabou por estabelecer ainda não era a Igreja cristã evangélica em toda a sua pureza. Para que a Igreja fosse pura, era necessário ser composta de pessoas regeneradas. Seria preciso selecionar os seus elementos componentes. Lutero pensou, aliás, em fazer isso como se depreende de certos trechos de sua correspondência. Mas não o conseguiu, e então se conformou com a Igreja, que depois veio a chamar-se luterana. Fez mais: tratou com a maior intolerância aqueles que, também tendo o ideal de uma igreja pura, tomavam as providências cabíveis para consegui-lo. Eram os anabatistas.

ULRICO ZUINGLIO

Algo de parecido aconteceu com o reformador suíço Ulrico Zuinglio, contemporâneo de Lutero. Ele era apoiado em suas idéias reformadoras pelo Conselho da Cidade de Zurique. Caminhou um pouco mais que Lutero. No que diz respeito, por exemplo, à Ceia do Senhor, tirou-lhe o aspecto sacramental e, fiel ao Novo Testamento, considerava-a uma cerimônia memorial, e não um meio de graça. Mas quando chegou à questão do batismo, instado a que condenasse o batismo infantil, Zuinglio recusou. Sua Igreja, como a de Lutero, era uma «igreja do povo», isto é, de todo o mundo. Para fazer parte dela, bastava a pessoa nascer em Zurique e ser logo batizada. Vários jovens amigos de Zuinglio e estudiosos do Novo Testamento chegaram à conclusão que o batismo só poderia ser ministrado a pessoas regeneradas, e só estas, portanto, poderiam ser membros da Igreja. Zuinglio ficou contra esses amigos. Se os favorecesse, o Conselho inteiro da cidade precisaria ser batizado, desde

que seus membros dessem prova de regeneração. Era muito para Zuinglio. Ele e o Conselho condenaram os dissidentes e assim, ali em Zurique, surgiram os primeiros, que foram chamados anabatistas.

Porque manteve o batismo infantil além de outras doutrinas e práticas oriundas do romanismo ou nele inspiradas é que dizemos que a Reforma do Século XVI não foi completa. Lutero e Zuinglio, bem como Calvino e os anglicanos mais tarde, não tiveram folego moral e espiritual para percorrer todo o caminho de volta ao cristianismo do 1º século. Detiveram-se antes de terminar a jornada.

VI

OS CALUNIADOS DA HISTÓRIA

Enquanto Lutero e Zuínglio iam organizando os movimentos reformadores que haviam desencadeado, diversos grupos de cristãos surgiam, em vários lugares, não somente na Suíça, mas também na Alemanha. Eram pessoas, em geral, simples e piedosas. Não havia entre eles líderes da estatura intelectual e do prestígio dos dois reformadores antes mencionados. Parecia terem eles um traço comum: a insistência de um novo batismo para aqueles que desejassem entrar nas suas igrejas ou sociedades. Por isso foram chamados de anabatistas, os que batizam de novo. Eles não acatavam nem a Igreja Católica nem a Luterana nem a Zuingliana. Nessas condições, eram malvistas e malquistos pelas três, que os perseguiram com requintes de crueldade incriveis de se relatar. Mas não acatavam aquelas autoridades humanas pela mesma razão por que Lutero não acatou as autoridades católicas. Como se sabe, o monge revoltado perante a Dieta de Worms proclamou sua fidelidade à Bíblia. Pois essa fidelidade à Bíblia é que levou os anabatistas a repudiar os reformadores como haviam repudiado a Igreja Católica. Para eles, Lutero e Zuínglio efetuaram uma reforma incompleta porque ainda mantiveram, em suas igrejas, muitos erros de Roma.

Mas com isso, de não apoiarem nem Lutero nem Zuínglio nem o Papa, viram-se perseguidos de todos os lados. E, o que é pior, foram vitimados pela generalização, tão fácil em tais circunstâncias. Noutras palavras: quem quer que se levantasse ao mesmo tempo contra os líderes reformadores e contra Roma, era logo taxado de anabatista. Tal generalização torna difícilíssimo o estudo dessas comunidades, que brotaram com tanta profusão na Europa do

Século XVI. Um exemplo típico é o de Tomaz Münzer, chefe da Revolta dos Camponeses havida em 1524. Durante muito tempo ele foi classificado como anabatista. Mas era apenas um visionário, um falso profeta, que em algum tempo recomendou o rehatismo dos seus adeptos, mas, realmente, não dava muito valor à cerimônia e estava em contradição com os verdadeiros anabatistas, pois pregava uma guerra sanguinolenta, quando os anabatistas eram pacifistas.

Há que distinguir, portanto, entre os verdadeiros e os pseudo-anabatistas. Aqueles podem ser identificados por determinadas características, que iremos mencionar um pouco mais adiante.

Antes convém observar que durante mais de três séculos os anabatistas tiveram má publicidade. Durante três séculos e meio foram responsabilizados pelos excessos da Revolta dos Camponeses e pela loucura do chamado Reino de Münster. Foram confundidos com outros grupos surgidos naquele caldeirão borbulhante de idéias em que se convertera a Alemanha na segunda década do Século XVI. Devemos a um padre católico romano que, por sinal, abandonou a Igreja após a promulgação do dogma da infalibilidade papal, em 1870, os primeiros estudos sobre a verdadeira identidade dos anabatistas. Chamava-se esse padre Carl Adolf Cornélius. Publicou em 1855 um livro sobre os anabatistas:, em lugar de repetir o que outros haviam dito ele procurou fontes ainda não exploradas. Tais fontes são, por exemplo, a correspondência entre os personagens do Século XVI, as confissões de fé anabatistas, os livros e opúsculos por eles publicados, os autos dos processos em que eles foram julgados, as sentenças condenatórias dos seus mártires.

Partindo dos estudos de Cornélius, os estudiosos foram desencavando dos arquivos informações preciosas sobre os anabatistas e outros movimentos do Século de Lutero. Entre outras coisas, foi possível distinguir a existência de, pelo menos, quatro grupos religiosos que não estavam ligados nem à Reforma e nem a Roma. Eram os inspiracionistas ou espiritualistas, que criam em revelações diretas do Espírito Santo, dando-lhes mais importância do que à

Bíblia. Tomaz Münzer foi um deles, bem como os responsáveis pela tragédia de Münster. Um segundo grupo era o dos racionalistas, os que procuravam retirar da Bíblia o elemento miraculoso ou de difícil compreensão. Não podiam aceitar, por exemplo, a doutrina da Trindade, que lhes parecia irracional. Segundo o Prof. Fritz Blanke, de Zurique, esse grupo, conquanto estimulado pela Reforma, era mais fruto intelectual do humanismo. Pertenceram a ele os italianos Lelio e Fausto Socino (daí socinianismo) e o malogrado Miguel Servet que, depois de ter escapado da Inquisição Católica, caiu nas mãos dos calvinistas de Genebra. Um terceiro grupo era o dos libertinos. Deram trabalho a Zúínglio em Zurique e depois a Calvino em Genebra, embora não tenhamos recursos para estabelecer ligação orgânica entre os libertinos zuriquianos e os genebrinos. Caracterizava-os uma compreensão errônea da liberdade referida no Evangelho. Essa liberdade, interpretada por eles, era mera licença. Consideravam-se livres não somente das exigências penitenciais católicas, mas também da disciplina evangélica.

OS VERDADEIROS ANABATISTAS

Mas nesse emaranhado muitas vezes sombrio de grupos diversos havia résteas luminosas, os que realmente poderiam ser chamados anabatistas. Seus característicos principais eram os seguintes:

1) As igrejas deveriam ser formadas somente de crentes regenerados e batizados após profissão de fé. Conseqüentemente rejeitavam o batismo infantil, o qual consideravam «a primeira e maior das abominações papais». Entendiam eles que uma criança não está em condições de passar por uma experiência tão séria como a regeneração; uma criança não pode saber o que seja uma profissão de fé. Ora, como o batismo é para ser ministrado àqueles que crêem em Cristo e que em virtude dessa fé foram regenerados, segue-se que não deve ser ministrado a crianças. Por outro lado, pessoas adultas que foram batizadas na infância deveriam reconhecer que esse ato não tinha significado nenhum. Como o batismo era um sinal a ser recebido pelos

regenerados, eles então batizavam àqueles que se juntavam às suas comunidades e nelas confessavam a sua fé. Para eles, só esse batismo era autêntico, legítimo, lógico. O batismo ministrado na infância não tinha valor nenhum. Assim não se consideravam rebatizadores e não aceitavam o apelido de anabatistas que lhes davam os adversários. Mas, como sói acontecer com os apelidos, este ficou.

2) As igrejas anabatistas eram livres e autônomas, isto é, separadas do Estado e independentes entre si. Eram organizadas na base da voluntariedade, sem nenhuma interferência estatal, traço característico das igrejas livres.

3) A ceia era considerada um ato memorial da morte do Senhor Jesus; constava de pão e vinho dados aos fiéis e era reservada aos que foram batizados após a regeneração.

4) As Escrituras eram a autoridade suprema em matéria de fé e prática.

5) Como já dissemos, os anabatistas eram pacifistas e adeptos da não violência. Conseqüentemente condenavam a guerra e o uso de armas.

Observe-se que esses são característicos, isto é, doutrinas e práticas próprias dos anabatistas. Outros pontos importantes, como a justificação pela fé — a bandeira de Lutero — a rejeição das imagens e do culto aos santos, a não aceitação do papado, dos sacramentos e do purgatório, eles tinham em comum com os outros evangélicos. Aquilo que era próprio dos anabatistas representa o restante do caminho para o Cristianismo Neotestamentário que Lutero e Zuínglio não quiseram andar, detendo, assim, sua reforma quando tanto já haviam feito. Muitos anabatistas foram, a princípio, admiradores ou adeptos de Lutero e Zuínglio. Mas decepcionaram-se quando os viram parar. É de se imaginar o que teria sido o movimento luterano se nele houvesse a preocupação de formar igrejas somente com pessoas regeneradas. Sabemos, aliás, que Lutero sonhou isso. Pensou em formar uma igreja constituída só de pessoas íntegras, que confessassem o Evangelho não somente com suas palavras, mas também com suas vidas. Abandonou entretanto, essa idéia e

prejudicou sua Reforma. Algo de semelhante pode-se dizer quanto a Zuínglio. Calvino, anos mais tarde, vai proceder de maneira idêntica. A Reforma Inglesa, por sua vez, copia Lutero e Calvino. Assim, não fossem os anabatistas e permaneceria no olvido, guardado apenas por umas poucas pessoas, em silêncio, o ideal cristão, sintetizado nestas frases: Uma Igreja Cristã é uma comunidade de pessoas regeneradas, que vivem a vida nova em Cristo. Ninguém nasce cristão nem é feito cristão por vontade de outrem. Torna-se cristão voluntariamente quando pela fé em Jesus Cristo recebe a salvação e passa a gozar dos privilégios da vida abundante, que principia neste mundo e perdura para todo o sempre.

COMO SURGIRAM OS ANABATISTAS

Há várias teorias acerca da origem dos anabatistas. Foram diferentes os grupos que surgiram na Alemanha e na Suíça, na segunda década do Século XVI e que depois se irradiaram para outros países da Europa, como a Itália, a Holanda, a Morávia, a Inglaterra.

Uma primeira teoria tem como representante graduado o historiador luterano alemão Mosheim. Para ele, “a verdadeira origem dessa seita, que adquiriu a denominação de anabatista, porque administra de novo o rito do batismo àqueles que vêm à sua comunhão (...) está escondida nas profundezas da antiguidade e é, portanto, extremamente difícil de ser verificada¹⁸”. O historiador se impressiona com o fato de que os anabatistas surgiram como que de repente, em vários lugares do Continente europeu, sem ligação aparente com a Reforma. Daí julgar ele que os anabatistas se originaram em tempos bem afastados, tendo-se mantido em secreto, possivelmente, através da Idade Média, até apontar, em súbita e abundante floração, em pleno Século XVI. Dada a importância de Mosheim no terreno da História Eclesiástica, é interessantíssima a sua afirmação da permanência de grupos assim através dos tempos.

¹⁸ Mosheim — An Ecclesiastical History, vol. II, part III, chap. III.

Uma segunda teoria faz os anabatistas descenderem em linha direta dos movimentos pré-reformadores medievais. Dentre esses movimentos há, em particular, o dos valdenses já referidos neste livro. O historiador Ludwig Keller afirmava existir íntima conexão histórica entre os anabatistas e os valdenses. Considerava os anabatistas os perpetuadores dos movimentos medievais adversos a Roma.

Há, finalmente, a idéia de que os anabatistas começaram em Zurique, na Suíça, quase paralelamente com a Reforma de Zuínglio e que dali suas idéias se espalharam pela Europa toda.

O justo, porém, é combinar as três idéias. Pela graça de Deus, houve sempre os que não dobraram seus joelhos a Baal. Nos tempos mais obscuros, de maior afastamento das Escrituras por parte da Igreja dominante, sempre houve os que permaneceram fiéis, como já tivemos oportunidade de ver. Os anabatistas foram os herdeiros dessa fidelidade muitas vezes até a morte. A Reforma também deve muito a esses seus predecessores e Lutero foi dos que reconheceram esse débito, referindo-se, especialmente, a João Huss. Há uma ligação, conquanto não orgânica, entre os anabatistas e os movimentos pré-reformadores medievais. O espírito era o mesmo, as idéias eram as mesmas. Quando falamos de “resistência cristã”, podemos alinhar nomes como Pedro de Bruys, Pedro Valdo, João Wycliffe, João Huss, Conrado Grebel, Baltasar Hubmaier, que não estamos fazendo nenhuma violência.

Mas, por outro lado, temos de reconhecer que, ao surgir o anabatis-mo em Zurique, ficamos mais à vontade para estudar sua história e a história de seus principais líderes. Quanto à Alemanha, se não podemos traçar uma história completa, podemos, entretanto, também acompanhar os passos de seus líderes.

ALGUNS VULTOS IMPORTANTES

Quando Ulrico Zuínglio começou a Reforma em Zurique, teve grande apoio num grupo de jovens, seus alunos, que, além de admirarem o mestre, se empolgavam com suas idéias. Dentre esses jovens estava Conrado Grebel, filho de pessoa importante no Cantão, ex-estudante das Universidades de Viena e de Paris, um doidivanas a princípio, mas que, nos seus contatos com Zuínglio, veio a ter uma profunda experiência religiosa. Convertendo-se a Cristo, teve a vida transformada e resolveu dedicá-la ao serviço do evangelho. Era sincero e diligente no seu estudo da Palavra de Deus e por isso veio a dissentir de seu mestre e amigo. Quando descobriu que só pessoas realmente convertidas podem fazer parte de uma igreja cristã, apressou-se a dizer isso a Zuínglio. Com a sofreguidão própria de um jovem que descobre a verdade, tratou de falar a outros e não titubeou em discutir mesmo com aquele que havia sido seu mentor religioso. Como outros aderissem às idéias de Grebel, e como comesçassem a fazer reuniões em separado para estudar a Bíblia, a cidade principiou a preocupar-se. Daí a pouco foi convocada uma discussão pública, cujo objetivo era levar Zuínglio a convencer os jovens dissidentes. Zuínglio não o conseguiu, mas o Conselho da cidade deu-lhe ganho de causa e condenou Grebel e seus companheiros. Severas penas ameaçavam os que contrariassem as decisões tomadas. Indiferentes às ameaças, Grebel e seus companheiros continuaram a pregar o Evangelho, acentuando que o batismo infantil era um erro e que só pessoas em condições de professarem a fé e realmente regeneradas poderiam ser batizadas. Alguns batismos foram feitos pelos membros do grupo, mas o Conselho da cidade agiu depressa. Os que eram estrangeiros foram banidos de Zurique. Os naturais da cidade foram presos e condenados. Um dos condenados foi um dos mais íntimos companheiros de Grebel, Felix Manz. Sob a acusação de que desobedecera às determinações do Conselho e ensinava o anabatismo, foi afogado no rio Limmat, que cruza a cidade de Zurique, em 5 de janeiro de 1527. Sorte igual teria Conrado Grebel se não tivesse morrido antes, de doença não determinada, depois de ter sido preso mais de uma vez. Pormenor curioso e característico: quando esteve preso, Conrado Grebel escreveu um opúsculo em que refutava as idéias de Zuínglio sobre o batismo. Desejava imprimi-lo, para

ter um debate com seu antigo professor. A propósito desse debate escreveu: “Se Mestre Ulrico vencer, eu estou pronto a ser queimado, mas se eu, Conrado, vencer não vou exigir que Zuínglio seja queimado”. Essa tolerância os anabatistas passaram aos batistas.

Na Alemanha, entre muitos outros nobres anabatistas, queremos mencionar as figuras de Miguel Sattler e Baltasar Hubmaier, pois, fazendo-o, não somente homenageamos esses nobres cristãos, mas temos uma idéia de como procediam os adversários do anabatismo. No caso foram os católicos.

Miguel Sattler nasceu em Friburgo, na Alemanha, em 1490. Foi frade num convento beneditino, onde chegou a ocupar a função de prior. O estudo das espístolas de Paulo levou-o a duvidar das coisas que aprendera e praticava no convento. Um certo dia abandonou o mosteiro e se casou. Em 1525 vamos encontrá-lo em Zurique, fugindo da perseguição que havia na Áustria contra os luteranos. Caindo em Zurique sob a influência dos anabatistas, tornou-se logo um ativo evangelizador, o que chamou a atenção das autoridades locais, que o expulsaram. Seguindo, então, para Friburgo, de lá também foi expulso. Passou por outras cidades e quando os anabatistas tiveram uma Conferência em Schleithem, na Suíça, em fevereiro de 1527, Miguel Sattler estava lá. Nessa Conferência foi votada pelos presentes uma espécie de Confissão de Fé, constituída de sete artigos. Sattler é considerado o redator desses artigos, o que dá uma idéia de sua importância no movimento. A Confissão de Schleithem é um documento muito importante na história anabatista. Embora não completa, demonstra claramente que os anabatistas não professavam as idéias estranhas que muitos lhes atribuíam. Ao voltar da Conferência, Sattler foi preso em Rotemburgo. Submetido a julgamento, foi condenado. É interessante saber quais as razões por que foi condenado. Como já dissemos, essas sentenças e processos nos ajudam a compreender quem eram os anabatistas. Segundo o processo, as acusações contra Miguel Sattler foram estas:

1. Ação contrária ao decreto imperial.

2. Ensinar e crer que o corpo e o sangue de Cristo não estão presentes no sacramento.
3. Ensinar e crer que o batismo infantil não dá salvação.
4. Rejeição do sacramento da unção.
5. Desprezar e aviltar a mãe de Deus e condenar os santos.
6. Declarar que os homens não devem jurar diante do magistrado.
7. Começar um novo costume a respeito da Ceia do Senhor, colocando o pão e o vinho num prato, comendo e bebendo deles.
8. Ter-se casado contrariamente às regras.
9. Ter dito que, se os turcos invadissem o país, não se lhes deveria oferecer resistência e que, se ele aprovasse a guerra, ficaria antes contra os cristãos do que contra os turcos.

Essas acusações eram, em vários casos, distorção do pensamento anabatista. Mas Sattler fez uma brilhante defesa. Observe-se a acusação número 5, que ainda hoje é, muitas vezes, assacada aos protestantes. O ponto de vista dos anabatistas, como o protestante hoje, era simplesmente que não se devia prestar culto a Maria e aos santos. Isso era considerado insulto pelos católicos, mas a base evangélica da posição anabatista e protestante é invencível.

Por essas acusações, entretanto, Miguel Sattler foi condenado à morte. A sentença proferida contra ele e cumprida à risca é das mais monstruosamente cruéis na história do cristianismo. Eis os seus termos:

“Miguel Sattler deverá ser entregue ao carrasco. Este o levará até a praça e aí primeiro lhe cortará a língua. Depois o amarrará a uma carroça e com tenazes incandescentes tirará, por duas vezes, pedaços de seu corpo. Em seguida, a caminho do lugar da execução fará isso cinco vezes mais e depois queimará seu corpo até o pó como um aqui-herexe”

No dia 20 de maio de 1527 Miguel Sattler foi executado na cidade de Rotemburgo. Como lhe tivessem cortado apenas um pedaço da língua, ainda conseguiu falar ao povo e orar a Deus em voz alta. Quando, já na fogueira, as

chamas queimaram as cordas que lhe prendiam os pulsos, ele levantou os dedos indicadores: era o sinal combinado com os irmãos para indicar que aqueles sofrimentos eram suportáveis. Sua esposa, que resistiu a todos os esforços para que se retratasse, foi afogada, oito dias depois, no rio Neckar.

BALTASAR HUBMAIER, possivelmente o mais culto dos anabatistas, nasceu aí por volta de 1480, na cidade alemã de Friedberg. Estudou em Augsburgo e formou-se pela Universidade de Friburgo, na Alemanha. Seu doutorado em teologia foi obtido na Universidade de Ingolstadt, na Baviera, em 1512, o mesmo ano em que Lutero se doutorou em Wittemberg. Em 1515, Hubmaier foi escolhido para as funções de Vice-Reitor da Universidade. Mas no ano seguinte passou a ocupar a importantíssima posição de pregador da recém-inaugurada Catedral de Ratisbona. Algo aconteceu, entretanto, na vida de Hubmaier, porque em 1521 transferiu-se para uma cidade bem mais modesta, Waldshut. Antes de se mudar, Hubmaier tinha principiado um estudo muito sério das Escrituras, especialmente das epístolas paulinas. Algo o preocupava, porque logo depois fez uma visita a Erasmo, em Basiléia, quando observou, de perto, o progresso da Reforma na Suíça. Em 1523 foi a Zurique entrevistar-se com Zuínglio. Em outubro desse ano, estava ao lado do reformador *no* seu debate público com os católicos. Retornando a Waldshut iniciou ali também um programa de reforma: pregava a doutrina da justificação pela fé, aboliu a missa, condenou o celibato clerical e casou-se, e removeu as imagens da Igreja. Tais medidas irritaram o rei Fernando, irmão de Carlos V, e a vida de Hubmaier começou a correr perigo. Por esse tempo, quando os perseguidores procuravam prendê-lo, ele escreveu um pequeno livro **A Respeito dos Herejes e seus Queimadores**. Redefiniu nesse livro a palavra “hereje”, aplicando-a aos próprios perseguidores e, sobretudo, estabeleceu o princípio da liberdade religiosa. Assim, o livrinho de Hubmaier, adiantadíssimo sobre seu século, é um ponto elevado na história do pensamento humano. Naquela época de perseguição, de intolerância, de martírios cruéis, em que corriam parilhas católicos e protestantes, os

anabatistas, representados em Hubmaier, foram a luminosa exceção. Em 1525 Hubmaier aderiu firmemente ao anabatismo, solicitando o batismo a um pregador anabatista, Guilherme Reublin, que havia sido expulso de Zurique. Na páscoa desse ano, Hubmaier batizou 300 novos convertidos e celebrou a ceia segundo o paradigma apostólico: a missa havia desaparecido de Waldshut. As forças de Fernando marcharam, então, sobre Waldshut e Hubmaier atravessou a fronteira, a fim de poupar sofrimentos à população. Em Zurique foi preso e condenado a retratar-se ou abandonar a cidade. Retratou-se premido pelo sofrimento. Depois retratou-se da retratação. Torturado, retratou-se novamente, mas foi expulso da cidade. Mais tarde contou sua fraqueza, pediu o perdão a Deus e suplicou-lhe que o ajudasse a vencer se se visse em circunstâncias semelhantes outra vez. Deus ouviu-o, porque, preso pelos católicos na Áustria, permaneceu firme e foi condenado à fogueira, tendo testemunhado de Jesus Cristo com firmeza. Seu suplício se deu em Viena em 10 de março de 1528. Três dias depois, sua mulher, com uma pedra atada ao pescoço, foi afogada no rio Danúbio.

Um terceiro nome a mencionar é o de **Meno Simons**. Era ele sacerdote católico, tendo nascido na Holanda em 1498. Várias peripécias o levaram a descobrir a verdadeira religião de Jesus Cristo. Deixou, então, a Igreja Católica e pediu batismo a um pregador anabatista. Logo depois começou a pregar com tanta disposição e fervor que foi grande o número de pessoas convertidas. As perseguições nesse tempo eram terríveis, conseqüentes do domínio espanhol na Holanda. Mas ora na Holanda ora na Alemanha do Norte, Meno Simons prosseguiu na sua missão. Seus discípulos vieram a ser chamados de “menonitas”, tanta foi sua influência. Tendo conseguido escapar à sanha dos perseguidores, morreu tranqüilamente em 1561. Sua mensagem continuou, entretanto, e seus seguidores permaneceram. Os menonitas existem até nossos dias e é justamente entre eles que vamos encontrar alguns dos melhores historiadores da vida, dos costumes, das doutrinas e dos sofrimentos dos anabatistas do Século XVI.

EXCURSO II

A TRAGÉDIA DE MÜNSTER

Já vimos que hoje um historiador sério não lança mais à culpa dos anabatistas a Revolta dos Camponeses, verificada na Alemanha, em 1524. Essa insopitável explosão de ódio recalcado há séculos, essa revolta desesperada contra um regime de opressão e humilhações irresistíveis teve causas sociais como as que provocaram outros movimentos anteriores na própria Alemanha e também na Inglaterra e na França. Esse movimento, que se degradou em crueldade e violências indefensáveis, não poderiam contar com o apoio de homens que amavam e buscavam a paz, pois tais eram os anabatistas.

Permanece, entretanto, o caso do Reino de Münster, a macular a memória dos anabatistas, sendo que durante muito tempo lhes comprometeu o testemunho. Vamos, pois, historiar o episódio e convidar o leitor a observar nossas conclusões. Vamos, pelo menos, reduzir esse caso às suas verdadeiras proporções.

MELQUIOR HOFMANN, ex-pregador luterano, anabatista duvidoso e falso profeta, nasceu na Suábia aí por volta do ano de 1495. Pouco se sabe de sua vida antes de se tornar um dos mais ardorosos adeptos de Lutero, quando andava pelos trinta anos. De profissão era peleteiro, mas quando aderiu à Reforma começou a pregar por conta própria, de modo a despertar, no início, alguma simpatia por parte do Reformador. Pregou com grande aceitação na Suécia, na Dinamarca, na Holanda e no norte da Alemanha. Mas quando se propôs a ocupar permanentemente um púlpito na Dinamarca, Lutero se opôs e

declarou que Hofmann não tinha competência nem vocação divina para pregar. Mas foi o próprio rei da Dinamarca, Frederico X, que o intimou a ir pregar noutra freguesia, pois ficara incomodado com os efeitos da pregação escatológica de Hofmann. Assim, em 1530, Melquior Hofmann deixou, decepcionado, os luteranos e foi encontrar os anabatistas em Estrasburgo.

Estes o receberam e o batizaram em 23 de abril de 1530. Iriam ter a mesma desilusão e a mesma atitude de Lutero com relação ao homem. Mas Hofmann, cheio de entusiasmo, continuou a pregar. Entrando na Holanda, batizou um certo Jan Mathys, e este, rompendo logo depois com Hofmann, enviou, por sua vez, discípulos a batizar e a pregar. Estava Hofmann na Holanda, pregando e batizando, quando um seu colega, metido a profeta, procurou-o para dizer-lhe que deveria retornar a Estrasburgo, onde seria preso por seis meses.

Findo esse tempo, Jesus Cristo voltaria e Hofmann, libertado, dirigiria vitoriosamente os anabatistas em procissão através do mundo... Hofmann acreditou na profecia, porque ele mesmo imaginava coisa semelhante. Assim, voltou a Estrasburgo e se apresentou, como o Profeta Elias, a primeira das duas testemunhas citadas em Apocalipse II, prenunciador da Segunda Vinda de Cristo. Estrasburgo seria a Nova Jerusalém. Como as autoridades não lhe estivessem dando muita importância, Hofmann praticamente se ofereceu à prisão, a fim de que a primeira parte da profecia se cumprisse.

Um fato interessante a observar é que Hofmann havia instruído seus discípulos a não serem batizados nem batizarem por espaço de dois anos. Deveriam permanecer na Igreja Romana, aguardando ordens, os anabatistas legítimos condenaram as idéias de Hofmann, inclusive sua negação do batismo, e Hofmann, por sua vez, criticou severamente os anabatistas porque não o acompanhavam. Era um anabatista a seu modo, desligado da fraternidade. Num debate realizado em Berna, em 1538, os "irmãos suíços" testemunharam que Hofmann nunca tinha sido considerado irmão entre eles e que eles contrariaram seus ensinamentos com toda a firmeza. Metido, pois, na prisão, a seu próprio pedido, Hofmann lá ficou, aguardando a Segunda Vinda

do Senhor, que deveria ocorrer dentro de seis meses, isto é, em novembro de 1533. Mas muitos novembros passaram sem que nada tivesse acontecido. O infeliz profeta ficou na cadeia, em precárias condições, durante dez anos, até que morreu, em 1543. A esta altura é interessante abrir um parêntesis: trezentos anos precisamente após a morte de Melquior Hofmann, um outro falso profeta, o ex-pregador batista William Miller, nos Estados Unidos, também andou anunciando a Segunda Vinda de Cristo. Cristo não veio, mas o movimento adventista começou. Vamos dizer que Miller era batista e vamos responsabilizar os batistas por suas falsas profecias e demais loucuras? Não está previsto na Bíblia o aparecimento dos falsos profetas? E o teste do falso profeta não é exatamente o fracasso de suas profecias? Não têm surgido falsos profetas em todos os grupos cristãos? O repúdio às suas pregações não exime a maioria de responsabilidade? Estabelecemos a correlação entre esses dois fatos históricos para que melhor se compreendam as razões por que afastamos Melquior Hofmann da verdadeira corrente anabatista, como William Miller está fora da corrente batista.

Tratemos, agora, de **Jan Mathys**, discípulo brigado de Hofmann. Padeiro inicialmente empolgou-se com as idéias de Hofmann, fez-se batizar por ele e depois resolveu trabalhar por conta própria. Ordenou doze apóstolos, que levavam adiante suas idéias. Nesse ínterim a cidade de Münster, na Renânia, tinha-se libertado do jugo feudal de seu bispo. Um pregador luterano, Bernardo Rothmann, tornara-se senhor da situação, mas, logo depois, um partido mais radical tomou o poder. Levada a notícia a Jan Mathys, ele viu nisso sua grande oportunidade de inaugurar a Nova Jerusalém na terra. Tal glória se teria transferido de Estrasburgo, que aprisionava os profetas, para Münster. Mathys apresentou-se em Münster como a segunda testemunha de Cristo, Enoque pôs-se à frente da cidade revoltada, inclusive nas obras de defesa contra as tropas do bispo que a tinham cercado. Certo dia, numa sortida, Jan Mathys foi morto. Então um dos seus "apóstolos" mais ousados, Jan Bockelson, que passou à história com o nome de João de Leyde, assumiu o governo da praça sitiada. Já antes havia sido decretado o batismo obrigatório

dos adultos, o que, sem nenhuma dúvida, era uma distorção do anabatismo, em que o batismo era ato absolutamente voluntário. Depois João de Leyde, denominando-se o rei Davi, instituiu a poligamia e tratou de formar seu harém particular. Seu fanatismo impressionava tanto que conseguiu manter alto o moral dos habitantes apesar das agruras do assédio. Finalmente, em 24 de junho de 1535, após um ano mais ou menos de “reinado”, Münster foi tomada pelas tropas episcopais. João de Leyde foi executado um ano e meio depois com dois de seus auxiliares e os três cadáveres foram colocados em gaiolas de ferro suspensas na fachada de uma das igrejas da cidade. Assim terminou o Reino de Münster. Podemos responsabilizar os anabatistas pelo que lá se verificou? Atentemos para os seguintes pontos:

1. Melquior Hofmann não era, a rigor, um anabatista. Passou pelo anabatismo como havia passado pelo catolicismo, pelo luteranismo e pelo zuínglianismo. Mas sua religião era o “melquiorismo” própria, pessoal, peculiar, sem base escriturística, a religião de um fanático. Os anabatistas o repudiaram.

2. Os discípulos de Hofmann, que herdaram suas idéias, também incorreram na condenação dos anabatistas autênticos.

3. A profecia, no sentido de vaticínio, nunca aparece na atividade dos verdadeiros anabatistas. Não a encontramos em Conrado Grebel, em Miguel Sattler ou em Baltasar Hubmaier. Estes estavam mais interessados em pregar o evangelho para a salvação de almas.

4. Os anabatistas eram adeptos da não violência. Estabelecer um reino terreno e defendê-lo pelas armas era uma verdadeira aberração para um anabatista legítimo.

5. Entretanto a fama de que Münster era uma cidade livre e feliz bem pode ter atraído muitos anabatistas das regiões mais próximas. É preciso lembrar que eles eram perseguidos e escoraçados em todos os lugares. A 2ª - Dieta de Espira, realizada em 1529, havia decretado a pena de morte para todo aquele que não apresentasse seus filhos ao batismo logo depois do nascimento. A notícia da existência de um lugar onde o clima político seria tão completamente diferente era um invencível atrativo e Münster se tornou uma

armadilha para os incautos. Não há hoje muitos jovens idealistas e sinceros que acreditam na existência do paraíso cubano ou moscovita?

6.A ordem de batismo compulsório de todos os adultos de Münster é aberrantemente contrária aos princípios anabatistas. Basta isso para notar-se que o regime dominante em Münster não era anabatista.

7.Já vimos a facilidade com que era aplicado o rótulo “anabatista”. Hoje em dia também há alguns que se chamam “batistas”, mas procedem em desacordo com as práticas tradicionais dos batistas. Se algum dia alguma dessas igrejas chamadas “batistas” cometer alguma estrepolia, serão responsabilizadas todas as outras igrejas realmente batistas?

8.Não é difícil admitir que muitos anabatistas tenham mesmo participado conscientemente da luta em Münster. Crentes novos foram submetidos ao tratamento mais desapiadado. De 1529 a 1533 foi como diz o Dr. Ernest Payne, um crescente horror de degolamentos e fogueiras na Holanda. Que essa gente, levada ao desespero, tenha, finalmente, reagido e replicado pela violência, poder-se-ia entender.

9.O total de homens existentes em Münster durante o malogrado reinado não foi além de 1.700, havendo entre 5 e 6 mil mulheres. Mas o movimento anabatista, na ocasião, contava com dezenas de milhares de adeptos. Assim, ainda que os munsteritas fossem todos anabatistas, formariam uma pequena minoria que rejeitou, por força das circunstâncias, o princípio batista da não-violência. Tem razão, portanto, Carew Hunt, citado e aprovado por A. J. Toynbee, quando diz “A revolta de Münster foi realmente uma caricatura do movimento (anabatista), que era essencialmente pacífico”.

10. O doloroso do acontecimento foi que, além de intensificar a perseguição, ele prejudicou a recepção da mensagem anabatista, essa bela mensagem de pacifismo, de tolerância e de respeito pelas Escrituras. Quanto à perseguição, diz o Dr. Rufus Jones que «nenhum outro movimento em favor da liberdade espiritual na História da Igreja teve um tão grande martirológico». Nos dez anos que medearam entre 1535, fim do reinado de Münster, até 1545, nada

menos que 30.000 anabatistas foram mortos só nos Países Baixos. Mas a matança se verificou também na Inglaterra, onde os primeiros anabatistas chegaram em 1530, na Suíça, na Alemanha, no Tirol, na Áustria, na Moràvia e na Itália.

VII

OS BATISTAS NA INGLATERRA

Era bastante confusa a situação religiosa na Inglaterra no início do Século XVII. A religião oficial era a Anglicana, firmemente estabelecida durante o longo reinado de Isabel. Mas ainda permaneciam muitos católicos romanos, apesar das leis existentes contra eles. Logo no início do reinado de Jaime I, que substituiu Isabel, houve uma terrível trama católica, a chamada conspiração das pólvoras, que pretendia fazer voar pelos ares, numa tremenda explosão, o rei e todo o parlamento. Essa conspiração, descoberta a tempo, provocou repressão maior e maior repulsa do povo inglês pelo catolicismo romano. Mas dentro da Igreja Anglicana havia também um grupo dissidente, os Puritanos. Estes aceitavam a doutrina oficial da Igreja Anglicana, mas não toleravam as pompas cerimoniais e o relaxamento dos costumes. Adotavam uma forma rígida de cristianismo que a alegre corte de Londres não podia suportar.

Além dos puritanos havia ainda um outro grupo, numeroso e espalhado, que, a falta de outro nome, recebia a designação de Separatistas. Estes eram evangélicos na doutrina, mas repudiavam o anglica-nismo. Queriam ter igrejas independentes do Estado e queriam cultuar a Deus como bem lhes parecesse. Não era um grupo organizado. Como dissemos, espalhava-se pela Inglaterra, e não arriscamos hipótese incerta se dissermos que nesse grupo estavam os antigos anaba-tistas, tão perseguidos no século anterior.

Foi do separatismo que surgiram os primeiros batistas ingleses, tendo como líderes John Smyth e Thomas Helwys.

JOHN SMYTH, O “SE-BAPTIST”

John Smyth nasceu por volta de 1568 e estudou na Universidade de Cambridge. Em 1594 foi nomeado “fellow” nessa Universidade e ordenado ao ministério cristão. Em 1598 deixou essa posição, por se ter casado, e em 1600 vamos encontrá-lo exercendo as funções de “leitor” na cidade de Lincoln. O leitor era um pregador pago pela cidade ou por um grupo de cidadãos, cuja função era ensinar as Escrituras suplementando assim as deficiências do culto anglicano. Durante dois anos John Smyth exerceu essas funções em Lincoln, mas em 1602 foi demitido porque algumas coisas que dizia nas suas pregações desagradaram seus ouvintes e mantenedores. Seguindo seus passos, vamos vê-lo lutando pela vida, até que em 1606 aliou-se a uma congregação separatista, que se reunia na cidade de Gainsborough. Dadas suas qualidades, essa congregação o escolheu para pastor. Entrementes, a perseguição do governo anglicano de Jaime I contra puritanos e separatistas tornava-se cada vez mais rigorosa. Grupos diversos desses perseguidos emigravam para a Holanda, a fim de poderem viver e cultuar a Deus em paz. Assim, em 1608 o grupo liderado por Smyth emigrou também, sendo que os fundos para a viagem foram providos por um membro ilustre da congregação chamado Thomas Helwys. Estabeleceram-se em Amsterdam, onde outros ingleses já se encontravam.

John Smyth era um estudioso permanente. Tinha a preocupação de formar uma igreja que fosse fiel ao padrão neotestamentário. E assim, examinando o Novo Testamento, chegou à conclusão de que o método para admitir pessoas numa igreja cristã era o batismo depois de profissão de fé. Viu que no Novo Testamento não se encontrava batismo de crianças, e daí concluiu que tanto ele como os membros de sua congregação tinham passado na infância por uma cerimônia destituída de valor. Noutras palavras: o batismo a que todos se tinham submetido não tinha nenhum significado. O que

deveriam fazer era começar tudo de novo e reconstituir a Igreja mediante o batismo de todos os seus membros. Parece que outros separatistas já haviam enfrentado esse problema, mas não foram mais adiante por receio de serem confundidos com os anabatistas. John Smyth, entretanto, convencido da verdade bíblica de sua posição, não era homem de se intimidar com o que os outros poderiam dizer. Assim, para começar de novo, Smyth pediu que Helwys o batizasse, mas o líder social do grupo preferiu que a iniciativa fosse do pastor. Assim, John Smyth batizou-se a si mesmo e depois batizou os outros. Eram cerca de quarenta. Dessa maneira foi organizada, em Amsterdam, em 1609, uma igreja batista de língua inglesa, que é considerada a primeira igreja batista dos tempos modernos. Não que tivesse esse nome. Mas porque adotou uma prática que é caracteristicamente batista: o batismo após profissão de fé como condição para a entrada na igreja.

THOMAS HELWYS

Ora, havia na Holanda vários grupos de anabatistas e, em particular, os menonitas. Smyth entrou em contato com eles e pretendeu até ligar-se a eles. Com isso Thomas Helwys não concordou. Por outro lado, achava Helwys que era tempo de regressar à Inglaterra. Sentia que era seu dever anunciar o evangelho a seus conterrâneos. Separaram-se, assim, Smyth e Helwys. Smyth morreu, pouco depois, em solo holandês e a igreja por ele dirigida diluiu-se nos menonitas. Helwys regressou à Inglaterra com mais dez companheiros e lá, nos arredores de Londres, num lugar chamado Spitalfields, organizou a primeira igreja batista em solo inglês. Foi isso em 1612.

Thomas Helwys era um advogado cuja casa tinha-se tornado, nos primeiros anos do Século XVI, lugar de reunião para os Puritanos. Mas quando Smyth se tornou pastor do grupo separatista de Gainsborough, Helwys juntou-se ao grupo. Já vimos que ele forneceu os fundos para a emigração. Ao emigrar, deixou sua esposa e filhos na Inglaterra, na expectativa de que eles não seriam afligidos pelas autoridades. Estas, entretanto, decepcionadas porque Helwys lhes havia escapado, aprisionaram-lhe a esposa.

Helwys era um homem preparado que liderava com firmeza seu grupo. Adotara a teologia arminiana de seu amigo Smyth no que diz respeito à obra redentora de Jesus Cristo, isto é, contrariando a doutrina calvinista, afirmava que Jesus Cristo morreu por todos os homens e que todos os que nele crerem serão salvos. Por essa razão, a igreja que fundou e as que dela derivaram receberam a designação de Igrejas Batistas Gerais, pois admitiam a redenção geral dos homens, caso cressem.

Mas Helwys não permaneceu muito tempo à frente da Igreja. Isto porque em 1612 escreveu um livro e em consequência foi preso, indo morrer na prisão aí por volta de 1615. Seu livro tinha como título Uma Breve Declaração Sobre o Mistério da Iniquidade. É obra notável, por ser a primeira publicada na Inglaterra que reivindicava liberdade de consciência para todos. Helwys declara, com toda a franqueza e ousadia, em seu livro: "... a religião do homem está entre Deus e ele: o rei não tem que responder por ela e nem pode o rei ser juiz entre Deus e o homem. Que haja, pois heréticos turcos ou judeus ou outros mais, não cabe ao poder terreno puni-los de maneira nenhuma".

O que Helwys escreveu concordava plenamente com as idéias de Smyth, que, numa confissão de fé, publicada na Holanda, havia também defendido a idéia da liberdade de consciência individual. Vemos, pois, nessa idéia, outro característico dos batistas defendido por esses dois pioneiros. Helwys pagou com sua liberdade a defesa da liberdade dos outros. Mas sua igreja continuou. Pode-se estudar a história dela até fins do Século XIX, quando desapareceu, mas não sem antes ter dado origem a muitas outras.

Em 1626 essa igreja e mais quatro outras entraram em correspondência fraternal com os menonitas da Holanda. Sabemos, assim, que, apesar da perseguição, os batistas continuavam e progrediam.

OS BATISTAS PARTICULARES

Um outro grupo de batistas surgiu na Inglaterra entre os anos de 1633 e 1638. Receberam a designação de Batistas Particulares, porque se atinham à doutrina calvinista da eleição. Esse grupo derivou também dos separatistas. Durante muito tempo os Batistas Gerais e os Particulares viveram separados, até que, em 1891, graças, humanamente falando, aos esforços de um pastor geral, o Dr. John Clifford, os dois grupos se uniram, formando a União Batista da Grã-Bretanha e Irlanda. Mas a história dos dois grupos é muito interessante. Não podemos contá-la em pormenores, mas mencionaremos os fatos mais importantes, pois neles há lições que nos convidam à meditação.

Os reinados de Jaime I (1603-1625) e Carlos I, seu filho, (1625-1647), foram de intensa perseguição. Os que não puderam ou não quiseram emigrar para a América sofreram discriminações, prisão e morte na Inglaterra. Mas, com a vitória da revolução de Cromwell houve doze anos de liberdade. A restauração monárquica em 1660, quando o rei Carlos II, filho de Carlos I assumiu o governo, trouxe de novo perseguições. Foi no tempo de Carlos II, que reinou de 1660 a 1685, que viveu João Bunyan, um dos mais ilustres heróis da História Batista. Bunyan (1628-1688) foi um pastor batista leigo, visto nunca haver tido oportunidade de fazer qualquer curso. Funileiro de profissão foi um extraordinário auto-didata. Convertendo-se aos 25 anos, depois de uma vida de dissolução, dedicou-se de corpo e alma à pregação do Evangelho. Ligou-se à Igreja Batista de Bedford. As leis persecutórias de Carlos II impediam-lhe os passos. Resistiu a essas leis porque, repetindo os apóstolos, (mais lhe importava obedecer a Deus do que aos homens) (Atos 5.29). Não conseguindo impedir-lhe a pregação, as autoridades o prenderam. Com um intervalo de dias, João Bunyan esteve preso no cárcere de Bedford por 12 anos. Hoje em frente ao cárcere há um monumento ao pastor que ali esteve preso e celebrizou a cidade. Porque, enquanto prisioneiro, Bunyan, já que não podia falar, escrevia. Um dos seus livros veio a ser reconhecido como uma obra-prima. Intitulou "Pilgrim's Progress", a Viagem do Peregrino. Nas traduções para o português é conhecido como "O Peregrino". A influência desse livro na literatura inglesa só é superada pela da Bíblia. Suas frases e seus personagens se tornaram comuns na experiência dos povos da língua.

Mas é sobretudo seu efeito na vida espiritual dos crentes que conta. Trata-se de uma alegoria em que a vida cristã é concebida como uma viagem inçada de perigos e sujeita a toda sorte de lutas e tentações. Cristão, o nome dado ao peregrino, fazendo uso de recursos espirituais como a leitura da Bíblia e a oração, consegue vencer, a duras penas, não sem muitas quedas e desvios de rota. Para Bunyan, ex-soldado do exército de Cromwell, o cristianismo é combate permanente, é sacrifício, é renúncia. Mas é também alegria e glória.

Ao morrer Carlos II, seu irmão Jaime II (1685-1688) continuou o regime de perseguição, mas com favorecimento aos católicos. Face a essa ameaça os ingleses se revoltaram e o trono passou a ser ocupado pelo príncipe holandês Guilherme e a princesa inglesa Maria, filha de Jaime II. Essa revolução, em 1688, foi a última da história da Inglaterra. Em 1689 foi publicado um edito de tolerância e os batistas começaram a gozar de tranqüilidade e paz. Mas, coisa estranha: se nos tempos de perseguição haviam-se multiplicado, agora, nesse tempo de paz, começaram a marcar passo.

Os Batistas Gerais decaíram à proporção que uma forte tendência centralizadora triunfava entre eles. Vitoriosa essa tendência, a autonomia das igrejas locais foi sacrificada. E é outro princípio batista, esse da autonomia da igreja local.

Por sua vez, os Particulares, com sua doutrina calvinista da eleição, perderam por completo o ímpeto evangelístico. Seus cultos e suas pregações eram só para os eleitos, e assim as igrejas perdiam a força na comunicação da mensagem do evangelho.

Mas nesse tempo a Inglaterra foi sacudida por um grande avivamento espiritual encarnado na pessoa de João Wesley. João Wesley, (1703-1791) era um pastor anglicano que se converteu após uma forte experiência espiritual, assistindo a uma reunião dos irmãos morávios, em 1738. Começou, então, a pregar o evangelho, cheio de poder espiritual, por toda a Inglaterra e abalou o país com sua mensagem. Após sua morte, seus discípulos organizaram uma igreja separada da Igreja Anglicana: é a Igreja Metodista. Mas tanto os anglicanos como os outros grupos religiosos ingleses receberam benefícios

espirituais da atividade de Wesley e, entre eles, os batistas. Correntes de despertamento começaram a circular também entre os batistas e um dos resultados desse despertamento foi o início da obra missionária com que, por sua vez, os batistas influíram nos outros grupos evangélicos.

O elemento humano usado por Deus para o início da obra missionária entre os batistas foi um jovem pastor chamado William Carey. Era ele sapateiro de profissão, mas, como tinha intensa curiosidade intelectual, extraordinária capacidade para aprender e grande vontade de pregar, logo se tornou conhecido das igrejas e foi ordenado ao ministério batista. Como as igrejas que pastoreava eram pobres e não lhe podiam dar sustento integral, permaneceu durante algum tempo como sapateiro. Junto à sua banca de sapateiro tinha mapas, por ele mesmo confeccionados, em que fitava constantemente os países do mundo até onde o Evangelho não tinha chegado. Sentia profundo amor no coração pelos pagãos que estavam morrendo sem Cristo. Finalmente conseguiu transmitir suas preocupações a diversos colegas de ministério, Batistas Particulares como ele, mas que já haviam deixado a rigidez calvinista, e assim foi fundada, em 1791, uma Sociedade de Missões no Estrangeiro. William Carey foi nomeado missionário, juntamente com um médico, John Thomas e em 1793 seguiram para a Índia, dando assim início às Missões Protestantes Modernas. A ida de Carey constituiu poderoso incentivo para os batistas ingleses, que tiveram, no Século XIX, grande desenvolvimento.

Em 1891 foi organizada a União Batista da Grã-Bretanha e da Irlanda. Em 1905 um outro grande acontecimento teve como palco a Inglaterra: foi a organização da Aliança Batista Mundial, cujo primeiro presidente foi o Dr. John Clifford.

VII

OS BATISTAS NA AMÉRICA DO NORTE

Já vimos que a perseguição contra os dissidentes no tempo do rei Jaime I obrigou muitos a abandonarem a Inglaterra. Muitos foram para a Holanda, porém o mais famoso desses grupos de fugitivos preferiu ir para a América do Norte, cuja colonização estava nos seus começos. Esse grupo era o dos (**Pilgrim Fathers**), os Pais Peregrinos, que fretou um pequeno navio, o (**Mayflower**), e desembarcou nas costas do atual Estado norte-americano de Massachussetts em 1620. Os Pais Peregrinos chamaram àquela região em que se estabeleceram a Nova Inglaterra, saudosos que estavam do torrão natal, apesar de toda a perseguição. Ali se estabeleceram e ali prosperaram. Cidades, depois famosas, foram iniciadas, como Boston e Salem. Religiosamente eram congregacionais e, conquanto vítimas da intolerância religiosa, ali organizaram um sistema intolerante também: só podia fazer parte da Colônia quem professasse a mesma religião. A Nova Inglaterra era uma teocracia.

Quando Jaime I morreu, em 1625, seu filho Carlos I continuou o regime de perseguição religiosa e ainda com mais dureza. Foi em virtude dessa nova onda de perseguição que um jovem pastor, formado pela Universidade de Cambridge, resolveu deixar a Inglaterra e buscar o clima religioso mais ameno da América. Chamava-se ele Roger Williams. Chegou a Boston em 1631, quando andava pelos 24 anos de idade. Impressionando bem aos colonos, obteve um pastorado em Salem. Mas as autoridades da Colônia não o viam com bons

olhos, porque ele já havia manifestado sua desaprovação àquele sistema de união entre Igreja e Estado. Daí a algum tempo foi ele citado a comparecer perante as autoridades em Boston e condenado ao banimento. A principal acusação contra ele foi a de que afirmava não terem os magistrados direito de infligir penas por faltas religiosas. A condenação a Williams se deu em pleno inverno, rigoroso naquele ano. Mas, como tivesse aprendido alguma coisa da língua dos índios e tivesse feito amigos entre eles, foi, graças a essas amizades, salvo da morte certa. Fundou um núcleo de colonização na Baía Narragansett com várias de suas ex-ovelhas de Salem, que lhe permaneceram fiéis. O documento de organização do Núcleo estabelecia claramente a não interferência das autoridades em matéria religiosa. Noutras palavras, estabelecia a separação entre Igreja e Estado e a liberdade religiosa. Essa disposição foi conservada na Carta Constitucional da Colônia, que o rei Carlos II reconheceu em 1663. Assim, esse foi o primeiro governo que estabeleceu a liberdade religiosa como básica. Outros países e governos, inclusive a colônia de refugiados católicos de Mary-land, já haviam determinado a tolerância religiosa. Vai diferença, entretanto, entre tolerância e liberdade, e assim a pequenina colônia fundada por Roger Williams detém essa glória e essa honra de ser a primeira nos tempos modernos a erigir como norma o princípio da absoluta liberdade religiosa.

Roger Williams era um estudioso das Escrituras, e assim foi que, pouco depois de ter organizado a sua Colônia, chegou à conclusão de que a aspersão de água numa criança não a tornava um cristão e que isso não era, de maneira nenhuma, cumprimento da ordem de Jesus Cristo, quando mandou seus discípulos batizarem. Vários outros de seu rebanho tinham chegado à conclusão idêntica. Assim, Roger Williams decidiu que deveria ser batizado. Mas como ser batizado se não havia, pelo menos a seu conhecimento, outros batistas na América? Decidiu, então, que um dos membros de seu grupo, Ezekiel Holliman, o batizaria, e assim foi feito. Em seguida, Roger Williams batizou Holliman e mais nove outros. Desse modo, presumivelmente em março de 1639, com onze membros fundadores, foi organizada a primeira Igreja Batista em solo americano. O nome que Roger Williams tinha dado ao local era

Providence. Até hoje existe a Primeira Igreja Batista de Providence no atual Estado norte-americano de Rhode Island, mas não há documentos suficientes que comprovem sua existência ininterrupta desde 1639.

Roger Williams, depois desses dois feitos tão importantes, o da fundação da colônia e o da fundação da igreja, entrou em dúvidas a respeito da validade de seu singular batismo. Começou a achar que, não tendo sido feito por um ministro qualificado, era duvidoso o valor desse batismo. Suas dúvidas foram tais que acabou deixando a igreja, mas não solicitou batismo de nenhum outro ministro ordenado. Os membros da igreja, entretanto, continuaram, mesmo sem seu pastor. Substituiu-o nessas funções Thomas Olney.

JOHN CLARKE

Há uma outra igreja que reivindica para si a glória de ser a primeira igreja batista em solo americano. Seu fundador foi outro homem de grande valor, o Dr. John Clarke. São poucos os dados que temos acerca de sua vida antes de emigrar para a América. Mas era homem de vasta cultura, sabedor de Hebraico e Grego, que deveria ter aprendido em alguma Universidade. Era também médico e viveu na Inglaterra algum tempo, exercendo essa profissão. Teve que emigrar para a América em virtude de suas convicções religiosas no tempo de Carlos I, mas, como diz Vedder, ao mudar-se da Inglaterra para a Nova Inglaterra, pulou do fogo para a frigideira, pois a teocracia dos colonos não o deixou em paz também. Assim, procurou outro lugar onde estabelecer uma colônia e adquiriu dos índios a Ilha de Aquidneck, à qual chamou de Ilha de Rodes, Rhode Island. Aí fundou o núcleo de Newport, onde também estabeleceu uma igreja. Não há, entretanto, documentação que prove ter sido essa uma igreja batista quando foi fundada. Aparentemente, o Dr. Clarke se tornou batista, após estudo da questão, talvez mediante contatos com Roger Williams. Sabemos com segurança que sua igreja era batista em 1648, pois há documentos que informam da existência de uma igreja batista em Newport nesse ano, com 15 membros. O Dr. John Clarke permaneceu nessa igreja até o fim de sua vida. Exerceu grande influência naqueles primeiros tempos da

colonização. Foi ele quem, dirigindo-se à Inglaterra, conseguiu o reconhecimento da Carta Constitucional da Colônia.

PERSEGUIÇÕES

Além de Williams e de Clarke houve outros batistas ilustres nesses tempos difíceis. Um deles foi Obadiah Holmes, o pastor que sucedeu Clarke no pastorado de Newport. Certo dia, na cidade de Lynn, estava ele com o Dr. Clarke em casa de um crente. Decidiram-se a realizar um culto. Enquanto Clarke estava pregando, dois meirinhos entraram na casa e aprisionaram o pregador e seu companheiro. Ambos foram condenados pelo juiz a pagar uma multa ou a serem açoitados. Um amigo pagou a multa que cabia a Clarke e como ninguém pagasse a de Holmes ele foi violentamente açoitado publicamente em Boston. Razão da condenação: falava contra o batismo infantil.

Outro batista importante da época foi Henry Dunster, o primeiro presidente do Colégio de Harvard, donde se originou a famosa Universidade, a primeira universidade norte-americana em ordem cronológica. Também formado por Cambridge, Dunster emigrou para a América a fim de escapar à perseguição. Chegou a Boston em 1640 e, dado seu preparo, foi escolhido, com grande alegria, para presidir ao Colégio que a Colônia de Massachusetts resolvera estabelecer. Por doze anos exerceu as funções com o maior brilhantismo. Mas em 1653 o nascimento de seu quarto filho trouxe-lhe um problema de consciência. De há muito vinha-se preocupando com o batismo infantil e agora, finalmente, chegara a uma conclusão: decidiu que seu filho não seria batizado. Expôs com franqueza sua convicção de que somente os crentes poderiam ser batizados. Deu suas razões em vários sermões, que provocaram grande excitação na Colônia. Em consequência disso, foi obrigado a abandonar suas funções e nem lhe permitiram ficar na casa do Colégio enquanto procurava outra ocupação. A Igreja oficial era também cruel. Onde a lei errada era tão enérgica, o amor desaparecia por completo.

As perseguições, entretanto, nada podiam fazer para deter o crescimento batista. Por outro lado, vários batistas de convicção viram-se forçados a abandonar a Inglaterra, já agora no regime de Carlos II. Um deles, John Myles, que fora o fundador da Primeira Igreja Batista em Gales, emigrando para escapar às leis inglesas, fundou a primeira igreja batista na Colônia de Massachussetts, vale dizer bem nas barbas dos perseguidores, em 1663. Dois anos depois, na própria cidade de Boston, um grande amigo de Henry Dunster, que pelo tempo já havia morrido, um certo Thomas Goold fundou em sua própria casa uma igreja batista. Essa igreja, composta de nove pessoas, das quais duas eram mulheres, sofreu a mais violenta pressão. Prisões e multas choveram sobre seus membros e, particularmente, sobre Goold, o pastor. Mas a igreja continuou e cresceu a ponto de adquirir um terreno para construir um templo. O Governo reagiu logo, colando um edital à porta da casa recém-construída, em que proibia sua abertura. Os crentes, entretanto, perseveraram e o edital não foi cumprido. Essa foi, aliás, a última manifestação persecutória contra os batistas de Boston. A firmeza dos crentes obteve a vitória.

EXPANSÃO NOUTRAS COLÔNIAS

Noutras colônias também se foram estabelecendo igrejas batistas, mas o núcleo mais forte foi o de Filadélfia, a cidade fundada pelos quacres, estes também grandes vítimas da perseguição. Quando William Penn fundou sua colônia, convidou a irem para lá todos os cristãos perseguidos. Desse modo, uma igreja batista foi organizada em Pennepk, que hoje é parte da cidade de Filadélfia, em 1688. O primeiro pastor da igreja foi Elias Keach, filho de Benjamin Keach, notável pastor batista inglês. Quando Elias Keach chegou à congregação batista que havia em Pennepeck não era crente. Mas, tendo-se apresentado como filho de pastor, convidaram-no a pregar. O jovem, que precisava de roupas e alimentos, aceitou o convite e tratou de lembrar-se de algum sermão que ouvira o pai pregar em Londres. Mas quando ia começar o sermão, o Espírito de Deus falou-lhe fortemente à consciência e ele caindo de joelhos confessou sua falta e manifestou de tal modo seu arrependimento que

o grupo o recebeu e, posteriormente, o fez pastor da igreja. Foi em Filadélfia que se organizou, em 1707, a primeira Associação Batista norte-americana, e essa Associação em 1742 votou a adoção de uma Confissão de Fé, reprodução de uma outra votada pelos batistas ingleses em 1689, notável documento doutrinário.

No Século XVIII, arrefecendo a perseguição, diminuiu também o crescimento batista. Mas estes foram grandemente beneficiados pelo notável movimento espiritual denominado “Grande Despertamento”, que varreu as igrejas evangélicas norte-americanas a partir de 1733.

OS BATISTAS E A CONSTITUIÇÃO NORTE AMERICANA

Anos mais tarde, arrebentou a Revolução Americana, em consequência da qual surgiu no mundo um novo país, os Estados Unidos da América do Norte. Um dos grandes feitos dos revolucionários foi a votação de uma Constituição em 1781, documento que permanece até o dia de hoje como a Lei Magna do país. Como se sabe, as emendas à Constituição norte-americana são adicionadas simplesmente ao documento original. A primeira dessas emendas é o chamado «Bill of Rights», a Lei dos Direitos. Nessa Lei é que está firmemente estabelecido o princípio de separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa, obra dos grandes estadistas James Madison e Thomas Jefferson. É fato reconhecido pelos historiadores que os batistas tiveram grande influência para a adoção desse princípio na Carta Constitucional norte-americana.

A OBRA MISSIONÁRIA

O Século XIX viu o aparecimento da obra missionária dos batistas norte-americanos. A história é muito interessante e merece ser contada. Como já vimos, William Carey havia iniciado o trabalho missionário dos batistas ingleses, indo para a Índia. Todavia, os comerciantes ingleses da Índia não

viam com bons olhos a obra dos missionários, porque temiam que, convertendo-se ao cristianismo, os indus se tornassem menos fáceis de serem explorados. A Companhia das Índias tudo fez para prejudicar os missionários e, finalmente, conseguiu um decreto pelo qual não era permitido mais o embarque de missionários da Inglaterra para a Índia. Nada impedia, entretanto, que os candidatos à obra missionária embarcassem para a América, e de lá, para a Índia. Foi o que eles começaram a fazer. Na América, enquanto esperavam navio que os levasse à Índia, punham-se em contato com as igrejas batistas norte-americanas e iam-nas incentivando e inspirando para a realização de um trabalho missionário próprio.

Todavia, foram os Congregacionais os primeiros que tiveram a idéia de enviar também missionários à Índia. Um jovem casal, Adoniram e Ana Judson, embarcou, em 1812, com destino a Calcutá. Antecipando o encontro que iriam ter na Índia com Carey e seus colegas batistas, Judson começou a estudar cuidadosamente, no Novo Testamento, a questão do batismo de crianças e do batismo por aspersão. Quanto mais estudava mais se convencia de que os batistas estavam certos. Sua esposa também chegara à mesma convicção. Quando desembarcaram, procuraram os missionários ingleses, obtiveram outros livros e continuaram a estudar a questão. Afinal, inteiramente convencidos do acerto da posição batista, pediram batismo, e o grande missionário William Ward, companheiro de Carey batizou-os em 6 de setembro de 1813. Pouco tempo depois, desembarcou em Calcutá outro missionário congregacional, Luther Rice. Enquanto viajava, enfrentou o mesmo problema de Judson e procurou também estudar a questão. Igualmente convencido de que não havia base bíblica nem para o batismo de crianças e nem para a aspersão, Rice também pediu batismo aos missionários ingleses. Enfrentavam agora outro problema: tinham que renunciar à ajuda dos congregacionais e os batistas norte-americanos não tinham trabalho de Missões Estrangeiras. Decidiram, então, que Judson permaneceria no Oriente e que Rice regressaria aos Estados Unidos, a fim de contar aos batistas o que havia acontecido e despertar entre eles o interesse missionário. Judson não

pôde permanecer na Índia porque a Companhia já referida não o permitiu. Prosseguiu a viagem um pouco mais para diante e inaugurou as missões evangélicas na Birmânia. Luther Rice regressou e começou a visitar as igrejas espalhadas pelo país a fim de atear nelas o ideal missionário. Humanamente falando, o tempo era mau, porque o país sofria as conseqüências de nova guerra com a Inglaterra. As igrejas eram pobres e espalhadas. Mas responderam entusiasticamente aos apelos de Rice com ofertas generosas e, a fim de dar mais estabilidade ao trabalho missionário, organizaram, em maio de 1814, uma Convenção. Fundada em Filadélfia, essa Convenção tinha o nome de «Convenção Geral da Denominação Batista nos Estados Unidos para Missões no Estrangeiro». Como tinha resolvido reunir-se de três em três anos e esse nome era muito grande, passou a ser chamada Convenção Trienal. Seu primeiro presidente foi um notável pregador de Carolina do Sul, Richard Furman. A primeira missão, como vimos, estabeleceu-se na Birmânia. Dentro em pouco, outros países receberam missionários também: na Índia, apesar dos ingleses, em diversos pontos da África, no Sião. Em 1845, quando a Convenção Trienal deixou de existir, havia 99 missionários no estrangeiro com 82 igrejas organizadas, graças a seu trabalho.

A CONVENÇÃO BATISTA DO SUL

A Convenção Trienal deixou de existir em virtude da separação havida entre os Estados do Sul e os do Norte. O pomo da discórdia foi a escravidão. O ponto de vista do Norte era a supressão drástica do sistema. Mas a economia do Sul repousava nele e uma medida violenta poderia levar aquela região à bancarrota. O problema era nacional, mas, quanto aos batistas, talvez se possa dizer que sua opinião era bem representada no ponto de vista expresso pelo Pastor Richard Fuller, um dos líderes batistas sulistas. Dizia ele que a escravidão deveria ser abolida, mas de tal maneira que não deixasse feridas permanentes na sociedade. Exemplificava, dizendo que uma enfermidade do sangue não será curada pela amputação de um braço ou de uma perna, mas pelo tratamento interior, até o mal ser completamente debelado. Todavia,

aquele era um tempo de paixões acesas, e as paixões são más conselheiras. A uma atitude radical da Sociedade de Missões, que se recusou a aceitar como missionário um dono de escravos, os batistas do Sul responderam com a fundação, em maio de 1845, em Augusta, Geórgia, da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Muitos anos mais tarde, os batistas do Norte também organizaram a Convenção Batista do Norte, que depois mudou o nome para Convenção Batista Americana e hoje se denomina «Igrejas Batistas Americanas nos Estados Unidos»¹⁹

Apesar desse começo um tanto difícil de explicar, a Convenção Batista do Sul veio, mais tarde, a progredir muito. O problema da escravidão foi resolvido com Lincoln e a guerra. O Sul, arrasado em consequência da luta, conseguiu recuperar-se. O sofrimento aproximou muita gente de Deus. E medidas diversas concorreram para estimular as igrejas. O trabalho de Missões no estrangeiro continuou, sendo a China o primeiro campo missionário. O apego à Bíblia caracterizou esses batistas sulistas e o amor à evangelização. Por outro lado, um seminário, fundado em Asheville e depois transferido para Louisville, entregava à Denominação ministros muito bem preparados. Um outro seminário, organizado em princípios do Século XX, em Fort Worth, Texas, logo se tornou uma extraordinária fonte de ministros bem preparados e empenhados de corpo e alma na evangelização.

Hoje a Convenção do Sul, com quase doze milhões de membros em suas igrejas, é o maior grupo evangélico dos Estados Unidos. Todos os grupos batistas lá existentes somam vinte e três milhões. Como grupo religioso só é suplantado pelos católicos, mas, como observou alguém, se os batistas contassem as famílias, como os católicos fazem, e não apenas os crentes batizados após profissão de fé, então o grupo batista ultrapassaria mesmo os católicos.

¹⁹ American Baptist Churches in the

IX

OS BATISTAS NO BRASIL

O primeiro pregador batista que trabalhou no Brasil chamava-se Thomas Jefferson Bowen. Era um missionário norte-americano que, durante vários anos, trabalhou entre os selvagens na África. Por razões de saúde, solicitou sua transferência para o Brasil e chegou ao Rio de Janeiro em 1859. Conhecedor da língua ioruba quis dedicar-se à evangelização dos escravos. Sua preocupação em falar com os escravos despertou as suspeitas da polícia, e chegou a ser preso. Sua saúde, entretanto, não melhorou aqui no Brasil, e assim, em 1861, retirou-se para sua terra, sendo, aparentemente, infrutíferos seus esforços.

OS COLONOS DE SANTA BÁRBARA

Um segundo marco na história batista no Brasil foi a vinda para cá de colonos norte-americanos, após a Guerra de Secessão. Derrotados pelas forças do Norte, muitos sulistas pensaram em reconstituir suas vidas noutro lugar, e o Brasil foi o escolhido. D. Pedro II os acolheu muito bem e eles se estabeleceram em várias regiões da então Província de São Paulo. Um grupo menor fixou-se no Norte do país, em Santarém. Do grupo que escolheu São Paulo, o mais bem sucedido foi o que ficou em Santa Bárbara, nas proximidades de Campinas. Esses colonos pertenciam a várias denominações evangélicas: presbiterianos, metodistas, batistas. Depois de bem assentados na nova terra, cuidaram de estabelecer também suas igrejas, e foi assim que o

grupo batista fundou, em 10 de setembro de 1871, a Igreja Batista de Santa Bárbara. Trata-se da primeira igreja batista organizada em solo brasileiro. Era, entretanto, uma igreja limitada em seu escopo: seus cultos, em língua inglesa, destinavam-se apenas aos colonos. Não tinha a igreja objetivos missionários, não visava à evangelização dos arredores. Os mesmos colonos, para atender a conveniências locais, fundaram, no lugar denominado Estação, uma segunda igreja batista em janeiro de 1879. Essas duas igrejas com o tempo desapareceram. Cumpriram sua missão e encerraram seus trabalhos. Eis por que nós as consideramos apenas como um marco, um estágio preliminar na história batista do Brasil e vamos colocar mais tarde a data inicial do trabalho batista brasileiro.

Vale dizer que, embora essa igreja de Santa Bárbara não fosse missionária, ela tinha o ideal missionário. Via o que o Brasil significava como campo de Missões. Assim, escreveram à Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, apelando-lhe no sentido de que enviasse missionários ao Brasil. A Convenção não teria dado, no entanto, muita atenção ao pedido dos colonos, não fosse a atuação de A. T. Hawthorne, um ex-general das forças sulistas, que se entusiasmara grandemente com a idéia de enviar colonos para o Brasil. Tinha estado aqui e tomara-se de amor por nossa Pátria. Queria fazer alguma coisa por este país, que fora tão generoso para com seus compatriotas. Uma experiência pessoal muito profunda levou-o à conversão. Começou, então, a visitar as igrejas e a pregar. E começou também a falar do Brasil e das suas possibilidades, caso lhe fosse trazido o evangelho de Jesus Cristo.

O MISSIONÁRIO PIONEIRO

Um dia um jovem pastor do Estado de Texas, William Buck Bagby, ouviu um dos sermões de Hawthorne e ficou profundamente impressionado. William Bagby estava noivo, e sua noiva, Ann Luther, tinha o ideal missionário. Os dois conversavam muito, pessoalmente ou por carta, sobre o assunto, e o moço estava orando a respeito da matéria. Não iria entregar-se a uma obra

missionária qualquer só para agradar à noiva. E a noiva, por sua vez, não iria deixar o ideal missionário só para agradar o noivo. Era assunto extremamente sério e só Deus poderia resolver o impasse. Estavam as coisas nesse pé, quando William Bagby ouviu Hawthorne. De repente o Brasil assumiu uma extraordinária importância no pensamento do jovem pastor, e ele entendeu que Deus o estava chamando para vir a esta nova terra pregar o evangelho. Conversou com a noiva, e os dois concordaram em se apresentar à Junta de Missões Estrangeiras da Convenção, indicando que o país para onde queriam seguir era o Brasil. A Junta, nesse tempo, estava muito mais interessada em enviar missionários à China, mas, ante a insistência dos dois jovens, acabou por nomeá-los. E foi num vagaroso navio veleiro que os dois, logo após o casamento, fizeram sua viagem de núpcias em demanda desta terra desconhecida.

Em aqui chegando, desembarcaram no Rio e logo depois seguiram para Santa Bárbara, onde pretendiam aprender a língua portuguesa. Em Santa Bárbara tiveram um encontro providencial: lá estava um ex-padre católico, Antônio Teixeira de Albuquerque. Este, que fora vigário em Maceió, convenceu-se do engano de sua posição, abandonou a batina, casou-se e mudou-se para São Paulo. Aí entrou em contato com os metodistas. Mas, prosseguindo no seu exame das Escrituras, convenceu-se de que a posição batista era mais fiel ao Novo Testamento e, buscando os batistas de Santa Bárbara, pediu-lhes o batismo. Foi batizado por um pastor, que era também colono, Robert Thomas, tornando-se, assim, o primeiro brasileiro a ser batizado. Albuquerque foi auxiliar precioso dos Bagby no seu aprendizado da língua e também nas informações sobre o Brasil. Menos de um ano decorrido depois que os Bagby aqui chegaram, apareceu em Santa Bárbara um segundo casal de missionários: Zachary e Kate Taylor. Eram agora cinco que se reuniam para estudar e sonhar com o início da obra batista entre os brasileiros. Bagby e Taylor fizeram uma longa viagem pelo Brasil a fim de verificar qual seria o melhor lugar para fincarem as primeiras estacas, e, após essa viagem e como resposta e muitas orações, decidiram-se pela cidade do Salvador, a capital da

Bahia, a cidade considerada a mais católica do Brasil. Para lá seguiram as três famílias: os Bagby, os Taylor e os Albuquerque, sendo que a mulher do ex-padre por esse tempo ainda não se havia convertido.

A PRIMEIRA IGREJA BATISTA BRASILEIRA

Assim, pois, com cinco membros fundadores, em 15 de outubro de 1882, foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia e primeira igreja batista brasileira. Os missionários e seu companheiro brasileiro esforçavam-se o máximo para comunicar a Boa-Nova, e dentro em pouco seus esforços foram abençoados, porque pessoas se converteram. Houve também alguma perseguição. Naqueles tempos do Império, a Igreja Católica era unida ao Estado, e muitas vezes as autoridades, atendendo a exigências de padres e frades entendiam de intervir nas atividades dos pregadores do evangelho. Doutras vezes, justiça lhes seja feita, intervinham para impedir que o povo amotinado pelos padres linchasse os pregadores. Houve na Bahia um incidente que poderia ter sido muito grave com Bagby. Estava ele pregando, quando começou a ser apedrejado. Uma pedra pontiaguda feriu-o na testa e ele caiu desmaiado. O atentado não foi, entretanto, além disso, mas durante toda a sua vida Bagby conservou a cicatriz forte daquela terrível pedrada.

A PRIMEIRA IGREJA DO RIO

Em 1884 a Missão na Bahia já se desenvolvera bastante e Zachary Taylor já se adestrara suficientemente no uso da língua. Desse modo, Bagby resolveu transferir-se para o Rio de Janeiro. Ele, sua esposa e uma convertida da Bahia, Miss Mary O'Rorke, vieram para o Rio de Janeiro e aqui encontraram uma senhora escocesa, Elizabeth Williams, que era batista, membro do Tabernáculo Batista de Londres, a famosa Igreja de Spurgeon. Reuniram-se em casa da Senhora Williams e acertaram os planos para a organização da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, que ocorreu em 24 de agosto de 1884.

NOVAS IGREJAS

Meses depois, era Antônio Teixeira de Albuquerque que deixava a Bahia, dirigindo-se para Maceió, a cidade onde fora vigário e donde praticamente fugira, quando deixou a batina. Agora, cheio de coragem e de amor, como crente em Jesus Cristo, retornava à sua província natal para comunicar-lhe as Boas-Novas. Auxiliou-o muito nesse empreendimento um amigo que muitos anos antes, sendo ele ainda padre, lhe falara do Evangelho. Esse amigo era Wandregesilo Melo Lins. Com Albuquerque e Melo Lins pregando, foi organizada, em 17 de maio de 1885, a Primeira Igreja Batista de Maceió, terceira do Brasil.

Melo Lins viera do Recife para ajudar Albuquerque em Maceió. Retornando ao Recife em companhia de um outro missionário, C. D. Daniel, fundou a Primeira Igreja Batista do Recife em 4 de abril de 1886.

Assim, em quatro anos já havia quatro igrejas batistas no Brasil. Todas nesses oitenta anos têm tido importância muito grande no progresso da obra batista no Brasil.

Outros missionários vieram juntar suas forças aos primeiros que aqui chegaram. Alguns, como C. D. Daniel, o fundador da Igreja do Recife e que, por sinal, era de uma das famílias de Santa Bárbara, demoraram pouco tempo. Outros, entretanto, tiveram uma longa, esforçada e gloriosa trajetória no Brasil. Entre esses pioneiros que aqui chegaram ainda no Século XIX, merecem especial referência Salomão L. Ginsburg, W. E. Entzinger e Eurico Alfredo Nelson.

SALOMÃO, ENTZINGER E NELSON

Salomão L. Ginsburg era um judeu, nascido na Polônia e criado na Alemanha e Inglaterra, que se convertera, sendo por isso completamente

repudiado por sua família. Sentindo-se chamado para a pregação do evangelho, estudou alguma coisa e, apresentando-se a uma Sociedade Missionária Interdenominacional, foi enviado a Portugal. Aí começou a aprender a língua portuguesa. De Portugal veio para o Brasil e trabalhava junto com os Congregacionais. Sabendo da existência dos batistas e do início da obra batista em Pernambuco, pretendeu discutir com o missionário Zacarias Taylor. Era, entretanto, um homem sincero. Não era desses que, entrando numa polêmica, querem vencer de qualquer maneira e que mesmo derrotados não mudam seus pontos de vista. Salomão impressionou-se com os argumentos de Taylor, leu cuidadosamente seu Novo Testamento e acabou pedindo batismo ao missionário. Tornou-se, então, pregador batista e durante quase quarenta anos esteve em diversos lugares do Brasil, pregando com uma extraordinária coragem e disposição. Sua autobiografia, a que ele mesmo intitulou *Um Judeu Errante no Brasil*²⁰, é um dos mais impressionantes documentos acerca da vida missionária. Além de pregar, Salomão cantava e escrevia. Foi dos primeiros a terem a idéia do valor da página impressa para a difusão do evangelho e a edificação dos fiéis. E foi um extraordinário tradutor de hinos. Suas letras, em número de mais de cem, hoje enfileiradas no Cantor Cristão, hinário dos batistas brasileiros, agradam imensamente.

W. E. Entzminger, homem de cultura, que tinha o grau de doutor pelo Seminário Batista de Louisville, nos Estados Unidos, foi especialmente o homem da página impressa. Além de escrever vários livros, que tiveram importância muito grande para o preparo dos fiéis naqueles tempos pioneiros, foi ele o fundador de *O Jornal Batista*, em 1901, e da Casa Publicadora Batista, a editora e tipografia batista que hoje é a maior tipografia evangélica da América Latina.

Eurico Alfredo Nelson, chamado pelos batistas "O Apóstolo da Amazônia", era sueco de nascimento, mas sua família se transferiu para os Estados Unidos quando ele era ainda muito criança. Sentindo a chamada irresistível para pregar no Brasil, veio para cá sem preparo e sem sustento garantido. Uma

²⁰ Salomão L. Ginsburg, *Um Judeu Errante no Brasil*, 2ª edição, Casa Publicadora Batista. Rio, 1970

extraordinária inteligência supriu-lhe a falta de preparo específico e, quanto ao sustento, após os primeiros tempos difíceis, seu trabalho impressionou tanto que a Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos nomeou-o missionário. Trabalhou no Amazonas e Pará especialmente. Mas visitou também o Acre, o Maranhão, o Piauí e o Ceará. Foi o fundador das Igrejas de Belém e de Manaus e de muitas outras na Amazônia. Dedicou quase cinquenta anos de vida à evangelização daquela região tão difícil e deixou um exemplo imorredouro de dedicação, amor e fé.

TOMAZ COSTA, TEODORO TEIXEIRA E F. F. SOREN

A esses primeiros missionários vieram juntar-se desde cedo alguns notáveis frutos de seus trabalhos de evangelização. Na Primeira Igreja do Rio, por exemplo, nos anos de 1889 a 1891 converteram-se três jovens, que iriam desempenhar grande papel na história posterior do trabalho batista brasileiro. Um deles foi Tomaz Lourenço da Costa, português de nascimento, que se tornou, no Brasil, além de grande cooperador de igrejas em vários lugares, um dos propulsores da obra de Missões Estrangeiras. Outro foi Teodoro Rodrigues Teixeira, filho de portugueses, nascido na Espanha e vindo muito jovem para o Brasil. Era uma pena bem dotada e durante mais de quarenta anos serviu primeiro como auxiliar, depois como redator e, finalmente, como redator-chefe de O JORNAL BATISTA.

Estava a seu cargo uma seção «Perguntas e Respostas», por meio da qual milhares de batistas brasileiros foram fielmente doutrinados. Esses dois, Tomaz Costa e Teodoro Teixeira, representam bem os chamados «leigos» que tanta importância tiveram no progresso batista brasileiro. Um dos segredos do crescimento batista no Brasil está no trabalho desses leigos. Tomaz e Teodoro não eram pregadores. Mas como diáconos e professores de Escola Bíblica Dominical e no exercício de outras funções nas igrejas a que pertenceram e, sobretudo, pelo testemunho sempre presente foram grandes líderes e propulsores do trabalho. Como eles, muitos outros que não nos é possível mencionar nome por nome.

O terceiro jovem convertido no Rio naqueles tempos chamava-se Francisco Fulgêncio Soren. Esse revelou logo qualidades para a pregação. Assim, não havendo possibilidade de preparar-se devidamente no Brasil, os missionários o enviaram aos Estados Unidos. Lá estudou durante oito anos e voltou em condições de assumir o pastorado da Primeira Igreja do Rio e de exercer no Brasil uma liderança entre os batistas que durou mais de trinta anos.

A CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

Em 1907, vinte e cinco anos após a fundação da primeira igreja batista brasileira, e também na cidade do Salvador, foi organizada a Convenção Batista Brasileira. Havia por esse tempo quatro mil batistas no Brasil. Francisco Fulgêncio Soren foi eleito presidente da Convenção e Teodoro Teixeira foi o secretário. Eram quarenta e cinco os mensageiros presentes. Quarenta e cinco homens e mulheres bem corajosos e cheios de visão em face das decisões que tomaram. Uma delas foi a criação de uma Junta de Missões Estrangeiras e outra a criação de uma Junta de Missões Nacionais. Visavam a evangelização de países estrangeiros e dos rincões mais distantes do território nacional. Foram também criadas outras juntas, como, por exemplo, a da Casa Publicadora, à qual ficou entregue a tarefa de preparar livros, opúsculos e folhetos e publicar O JORNAL BATISTA, órgão informativo e doutrinário já existente, criado por missionários e que a Convenção encampou.

A organização da Convenção Batista Brasileira foi a providência adequada para a realização de determinados empreendimentos que não seriam possíveis a igrejas isoladas. Como já vimos, cada igreja batista é uma entidade autônoma, que não está sujeita a nenhuma autoridade externa. Não se pode obrigar uma igreja batista a contribuir com qualquer importância para a manutenção de uma outra entidade como um seminário, por exemplo. Mas será possível a manutenção dessa e de outras instituições se várias igrejas unirem suas forças, cooperando, assim, para que a empresa se organize e se

mantenha. Cooperação voluntária é, portanto, o segredo dos batistas. A Convenção é um órgão de cooperação, formado pelas igrejas e ao qual elas enviam seus mensageiros. Estes, nas assembleias das Convenções, discutem e aprovam planos, aos quais depois as igrejas dão sua aprovação de modo a que possam ser levados a termo.

No decorrer dos anos a Convenção Batista Brasileira se vem fortalecendo cada vez mais. Suas assembleias se têm tornado motivo de inspiração e de estímulo. Novas agências de trabalho foram criadas, para melhor realização da obra. Por outro lado, convenções estaduais, para coordenar os esforços cooperativos das igrejas existentes em cada estado foram sendo também criadas em bases semelhantes às da Convenção nacional.

Assim, grandes e onerosos empreendimentos, como, por exemplo, o envio de missionários ao sertão do Brasil e a países estrangeiros, a criação de seminários e orfanatos, a evangelização intensa, se tornaram possíveis porque as igrejas têm unido seus esforços em favor da obra geral.

Mas é preciso dizer também que tem sido inestimável a cooperação das missões norte-americanas da Junta de Missões Estrangeiras da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, sediada em Richmond, Virgínia. Essa cooperação se notabilizou, especialmente, na aquisição de grandes e hoje valiosíssimas propriedades, onde estão instaladas instituições como os Seminários de Belém, Recife e Rio, os Colégios Batistas em várias cidades importantes, a Casa Publicadora no Rio. Os batistas brasileiros estão, entretanto, cômicos de que essa ajuda norte-americana não vai durar «ad aeternum» e têm esperança de que, ao se completar o primeiro centenário da fundação da primeira Igreja Batista Brasileira, em 1982, a obra batista no Brasil esteja sendo mantida inteiramente pelos brasileiros, sendo que a participação da Junta norte-americana será apenas no envio de missionários, que serão sempre bem recebidos, quer como professores de instituições teológicas quer como evangelistas.

TRINTA FATOS IMPORTANTES

Não é possível dizer num livro destas proporções, nem mesmo em resumo, tudo quanto tem ocorrido na história dos batistas brasileiros nestes noventa e seis anos. Mas vamos indicar quais os fatos mais importantes acontecidos. Cada um deles daria matéria para um ou mais capítulos de uma obra consagrada só à história batista do Brasil. O que apresentamos é apenas uma sinopse.

1. A fundação da Primeira Igreja Batista Brasileira, em 15 de outubro de 1882, na cidade de Salvador, Bahia, por William e Ann Bagby, Zachary e Kate Taylor e o ex-Padre Antônio Teixeira de Albuquerque.

2. A fundação da Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1884, por William e Ann Bagby, Mary O'Rorke e Elizabeth Williams.

3. A fundação de uma Associação de Igrejas Batistas do Rio de Janeiro e cidades próximas, em 1894. Essa foi a primeira Associação Batista criada no Brasil. Foi praticamente a origem das atuais Convenções Batistas Fluminense e Carioca.

4. A fundação do Jornal Batista e da Casa Publicadora Batista, em 1901.

5. A organização da Convenção Batista Brasileira, na Bahia, em junho de 1907, com a presença de 45 mensageiros. Além da criação de várias juntas, essa Convenção deliberou enviar um representante dos batistas brasileiros ao Chile, para ajudar na organização do trabalho batista naquele país. A cooperação dos batistas brasileiros com os chilenos durou até 1917.

6. A realização em 1908 da Segunda Convenção Batista Brasileira, no Rio. Nessa ocasião foram criados o Colégio e o Seminário do Rio. Foi também criada a União Feminina Missionária, órgão auxiliar da Convenção, destinado à coordenação e orientação do trabalho de senhoras, moças e crianças nas igrejas batistas do Brasil. É dessa Convenção também a decisão de enviar um representante dos batistas brasileiros a Portugal, com os mesmos objetivos daquele que no ano anterior foi ao Chile.

7. O envio, em 1911, do primeiro missionário dos batistas brasileiros a Portugal, o Pastor João Jorge de Oliveira.

8. A eclosão, em 1923, do movimento chamado radical no Nordeste do Brasil, com algumas ramificações efêmeras no Sul. Era um movimento de reação contra a liderança missionária.

9. A realização da Convenção Batista Brasileira no Rio, em 1925, quando foram votadas Bases de Cooperação entre missionários e brasileiros, objetivando o encerramento do episódio radical. A decisão convencional não foi inteiramente bem sucedida, mas, em geral, trouxe paz ao trabalho batista brasileiro. Os resquícios foram dissolvidos anos mais tarde.

10. O envio do casal Zacarias e Noemi Campelo ao sertão, com vistas à evangelização dos índios, em 1927. A morte de Noemi Campelo, em Carolina, Estado do Maranhão, não somente traumatizou o povo batista brasileiro, mas entusiasmou-o pela obra de Missões Nacionais.

11. A realização, em 1930, no templo recém-inaugurado da Primeira Igreja do Rio, do Congresso Batista Latino-Americano.

12. A criação, em 1933, durante a realização da Convenção Batista Brasileira, em Vitória, da Assembléia da Mocidade Batista Brasileira, primeiro esforço de arregimentação geral da mocidade batista do Brasil.

13. A votação, na Convenção realizada no Recife, em 1936, das Novas Bases de Cooperação, que estabelecia novos acordos entre missionários e brasileiros para sua cooperação no trabalho. Uma das conseqüências das Novas Bases foi a separação entre os Colégios e Seminários do Recife e do Rio. Em lugar de duas instituições apenas, passaram os batistas brasileiros a ter quatro.

14. O reingresso na Convenção, em 1938, das últimas igrejas que se haviam separado em virtude do movimento radical.

15. A recusa, pela Convenção, realizada em São Paulo, em 1946, da votação de um terceiro documento sobre cooperação entre missionários e brasileiros por considerá-lo desnecessário.

16. A realização do Primeiro Congresso da Mocidade Batista Brasileira, no Rio, em 1949.

17. A realização no Recife, em 1950, da Primeira Campanha Simultânea de Evangelização, que veio abrir novos horizontes para a efetivação do trabalho evangelístico cooperativo. Campanhas semelhantes foram realizadas depois noutros Estados do Brasil e particularmente no Rio, onde os batistas conseguiram lotar pela primeira vez o Mara-canãzinho.

18. A realização, no Rio, em julho de 1953, da IV Conferência Mundial da Mocidade Batista, que atraiu para o Brasil a atenção dos batistas do mundo.

19. Nas Convenções de 1954 e 1955 a votação dos novos Estatutos da Convenção Batista Brasileira e seu registro de modo que a Convenção passou a ser pessoa jurídica, encerrando, assim, um debate que se arrastava por vários anos nos plenários convencionais e na imprensa batista brasileira.

20. A apresentação, à Convenção de 1957, do Plano Cooperativo para a manutenção do trabalho geral dos batistas brasileiros. A idéia central do Plano Cooperativo é cada batista entregando seu dízimo, cada igreja dando ao trabalho geral o dízimo dos dízimos recebidos, cada junta estadual ficando para seu trabalho com metade das contribuições recebidas e entregando a outra metade ao trabalho nacional. O objetivo do Plano era garantir sustento das agências denominacionais mediante contribuições regulares das igrejas, e não por contribuições esporádicas, sem base numa proposta orçamentária realista. O Plano apresentado e discutido em 1957 e 1958 foi aprovado e posto em execução em 1959.

21. Decisão, após voto da Convenção de 1958, da realização de uma conferência periódica entre missionários e brasileiros, que mais tarde se veio a denominar Conferência de Relações Cooperativas.

22. Realização, no Rio de Janeiro, em julho de 1960, do 10º Congresso da Aliança Batista Mundial, quando batistas de todo o mundo se reuniram no Brasil. Na reunião de encerramento, em que falou o evangelista Billy Graham, o Estádio do Maracanã ficou lotado, o que aconteceu pela primeira vez numa reunião de caráter religioso. O brasileiro João Soren foi eleito Presidente do Congresso.

23. Na Convenção de 1963, realizada em Curitiba, a escolha de uma comissão, chamada Comissão dos Treze, para estudar um problema doutrinário e prático surgido entre as igrejas batistas do Brasil, face à eclosão de um movimento denominado “Renovação Espiritual”, de cores pentecostais.

24. Realização, durante o ano de 1965, da Campanha Nacional de Evangelização, que procurou envolver todas as igrejas batistas do Brasil.

25. Inspirada na Campanha anterior e sob a liderança do mesmo Presidente, o Pastor Rubens Lopes, de São Paulo, a realização, em 1969, após 4 anos de preparação, da Campanha das Américas, da qual participaram batistas de todos os países americanos.

26. Dentro da preparação da Campanha das Américas a realização, no Rio de Janeiro, do I Congresso Pan Americano de Homens Batistas; o terceiro também foi realizado no Brasil, em Niterói, em 1977.

27. Sob a inspiração das vitórias da Campanha das Américas na evangelização do Continente o lançamento pela Aliança Batista Mundial, no seu XII Congresso, realizado em Tóquio, em 1970, de uma campanha de evangelização mundial, que recebeu o nome de Missão de Reconciliação por meio de Cristo.

28. O lançamento pela Convenção Batista Brasileira, reunida no Recife, 1973, do PROIME, Programa Integrado de Missões e Evangelização, um projeto a ser executado em dez anos, de maneira que em 1982, ano do Centenário do início da obra batista no Brasil, haja um milhão de batistas no Brasil

distribuídos em mais de seis mil igrejas. O projeto prevê também crescimento nas áreas da educação teológica, das publicações e das Missões.

29. Criação, em 1976 da UBLA, União Batista Latino-Americana que é também resultado da realização da Campanha das Américas.

30. Lançamento na Convenção Batista Brasileira de 1977, em Curitiba, de uma Segunda Campanha Nacional de Evangelização, a ser realizada em 1980 e que deve acelerar o programa evangelístico do PROIME.

Sendo uma sinopse, muitos fatos que poderiam ser considerados importantes tiveram que ser omitidos. Serão indispensáveis num trabalho mais amplo sobre os batistas do Brasil. Há, por exemplo, a criação de novas agências pela Convenção Batista Brasileira; alguns aspectos excepcionais do trabalho batista estadual; a atuação no Brasil de grupos batistas estrangeiros, como os letos, os alemães, os russos e os húngaros; a vinda de outras juntas missionárias, uma da Inglaterra e várias dos Estados Unidos; a aquisição de mais propriedades para o trabalho e a construção de grandes templos e edifícios destinados à educação secular e teológica. Um ponto importante a salientar é que o crescimento numérico dos batistas brasileiros se deu paralelamente ao fortalecimento de uma infra-estrutura sólida. Refe-rimo-nos à presença dos Seminários e da Casa Publicadora Batista no Rio de Janeiro. Pastores bem preparados nos Seminários garantem liderança capaz e a página impressa leva instrução e doutrinação aos membros das igrejas. Isso explica por que, em 95 anos de história, apesar do individualismo característico dos batistas, só houve duas pequenas cisões, uma por razões administrativas, no movimento radical, e outra por razões doutrinárias, no movimento de «Renovação Espiritual».

X

OS BATISTAS NO MUNDO

Essa revificação do cristianismo neotestamentário que veio a ser conhecida como “batista” começou na Inglaterra com a fundação da Igreja de Spitalfield, em Londres, 1611, por Thomas Helwys e seus companheiros. Cerca de vinte e cinco anos depois foi fundada nas colônias inglesas da América do Norte a Igreja de Providência, por Roger Williams. Não havia relação entre a igreja de Williams e as igrejas batistas inglesas. Mas, no decorrer do século, muitos batistas ingleses se estabeleceram em território norte-americano. Já vimos que em 1742 as igrejas batistas de Filadélfia adotaram uma “Confissão de Fé” que era praticamente a mesma adotada por batistas ingleses no século anterior. Assim, o estilo de vida batista em fins do Século XVIII existe tanto na Inglaterra como nas Colônias.

Foi na Inglaterra que um pastor batista excepcionalmente dotado para as línguas, William Carey, teve a compreensão da necessidade das missões aos países pagãos. Após a organização da primeira Sociedade Missionária Batista, Carey partiu para a Índia como missionário, em 1792, e se tornou inspiração e estímulo permanente para o povo batista de todo o mundo. Vinte anos depois, em 1812, nas circunstâncias já referidas, foi a vez dos batistas norte-americanos se despertarem para a obra missionária. No correr do século vieram eles a se tornar os líderes dessa obra. Graças aos esforços dos batistas ingleses e norte-americanos, seus missionários, no fim do Século XIX já se tinham estabelecido em vários países da Ásia, da África, da América Latina e da Oceania.

Quanto ao Continente Europeu, o início da obra batista se deveu tanto aos esforços missionários como à conversão de pessoas que sem o saber, a

princípio, se tornaram batistas pela simples leitura do Novo Testamento. Vamos exemplificar, citando dois casos.

JOÃO GERALDO ONCKEN

João Geraldo Oncken nasceu na Alemanha em 1800. Nascido e criado na Igreja Luterana recebeu sua confirmação aos treze anos. Por esse tempo, acompanhando um negociante escocês, seguiu para a Escócia e lá passou vários anos. Viveu no ambiente presbiteriano sem que tivesse sofrido qualquer transformação. Mudando-se para Londres, entrou em contato com outros grupos evangélicos independentes e veio a se converter mesmo, depois de ouvir um pregador metodista falar sobre Romanos 8.1. Após sua conversão, pensou logo em dedicar sua vida ao serviço de Deus como evangelista de tempo integral em sua terra. Assim, em 1823 foi enviado à Alemanha por uma Sociedade Missionária inglesa. Começou a pregar, com o maior entusiasmo, em Hamburgo e depois numa livraria que achou prudente estabelecer, em face da intolerância das autoridades eclesiásticas locais. Continuava, entretanto, a estudar com cuidado as Escrituras, e foi assim que se impressionou com a falta de fundamento bíblico para o batismo infantil. Então decidiu não levar à pia batismal luterana seu filho primogênito. Entrou também em dúvidas acerca do seu próprio batismo, ocorrido na infância. Chegou à conclusão de que todo aquele que desejasse observar à risca o ensino bíblico deveria dar testemunho de sua fé pelo batismo. Mas não havia nenhum batista na Alemanha para quem Oncken pudesse apelar. Consultando amigos ingleses, estes o aconselharam a repetir João Smith, batizando-se a si mesmo, ou a voltar à Inglaterra a fim de ser batizado por um pastor batista. Oncken não estava disposto a seguir nenhuma das duas sugestões. Mas as notícias de seu trabalho e de seu problema chegaram aos Estados Unidos e, em consequência, o professor batista norte-americano Sears visitou a Alemanha e batizou, em 22 de abril de 1834, nas águas do Rio Elba, a Oncken, sua esposa e mais cinco. No dia seguinte, o grupo organizou a Primeira Igreja Batista na Alemanha.

Logo depois os batistas norte-americanos nomearam Oncken seu missionário oficial na Alemanha. “A história do movimento batista na Alemanha segue um padrão que parece ter sido seguido noutros países da Europa. Primeiro, há alguém que procura a Verdade, ao qual se agregam outros igualmente interessados. Logo que o movimento começa a espalhar-se, principia a oposição das igrejas estabelecidas, às vezes a Luterana, às vezes a Católica Romana, que apelam ao poder civil para estancar a nova heresia”.

João Geraldo Oncken, que descobriu a verdade bíblica pelo estudo do Novo Testamento, foi o instrumento humano usado por Deus para levar a mensagem batista, quer direta quer indiretamente, a vários países da Europa: a Dinamarca; a Suécia; a Noruega; a Holanda; a Suíça; a Letônia e a Lituânia, através de contatos com a Igreja de Memel, fundada por Oncken; a Hungria, cuja obra batista começou com trabalhadores húngaros que se converteram na Alemanha e foram batizados por Oncken.

OS BATISTAS NA RÚSSIA

O segundo caso que desejamos citar se prende ao início da obra batista na Rússia. Entre os alemães emigrados para a Rússia no século passado, havia muitos batistas cujas igrejas também se relacionaram com João Geraldo Oncken. Mas queremos referir-nos aos batistas russos propriamente ditos. Nikita Voronin, comerciante na cidade de Tiflis, converteu-se lendo as Escrituras e chegou à conclusão de que deveria ser batizado como o Evangelho ensina. Encontrando na cidade um pequeno grupo de batistas alemães, solicitou deles o batismo, e assim, em 1867, tornou-se o primeiro batista russo. Depois o movimento se expandiu e de tal modo que a comunidade batista russa é a maior da Europa, embora não se possa saber, exatamente, quantos são os seus membros. Assim, como resultado do exame sincero das Escrituras ou como resultado de trabalho missionário, os batistas surgiram em todos os países da Europa. Oncken, Voronin e o português Joseph Jones são exemplos do primeiro tipo; os países em que Oncken ou seus discípulos foram

pioneiros, bem como a Itália, a Espanha e a França são exemplos do segundo tipo.

A ALIANÇA BATISTA MUNDIAL

No início do Século XX, os batistas já eram suficientemente numerosos para pensar numa reunião da família batista mundial. De vários líderes da Inglaterra e dos Estados Unidos surgiu a idéia da criação de um organismo internacional, em que se representassem as organizações batistas do mundo inteiro e que fosse um instrumento de con-graçamento, de estudo e de projeção da voz batista no mundo. Assim, em 1905 efetuou-se em Londres um Congresso Batista Internacional, presidido pelo grande exegeta inglês Alexander MacClaren e, ao finalizar-se esse Congresso, foi organizada a Aliança Batista Mundial, que escolheu para seu primeiro presidente o pastor inglês John Clifford.

De lá para cá, a Aliança Batista Mundial já efetuou outras onze reuniões, a saber: em Filadélfia, 1911; Estocolmo, 1923; Toronto, 1928; Berlim, 1934; Atlanta, 1939; Copenhague, 1947; Londres, 1950; Cleveland, 1955; Rio de Janeiro, 1960; Miami Beach, 1965; Tóquio, 1970; Estocolmo, 1975.

Epílogo

Fizemos questão de começar esta breve história pela Igreja Cristã primitiva, procurando depois acompanhar os cristãos autênticos através dos séculos. Deve ter ficado bem claro na mente dos leitores que os nomes dados aos diferentes grupos de discípulos de Cristo durante estes dois mil anos de História são meras criações humanas. O próprio nome “cristão”, hoje tão amplo no seu significado, foi invenção dos habitantes da cidade síria de Antioquia. Para Jesus não havia tais nomes: ele se referiu apenas à sua Igreja. Não a chamou de católica nem de apostólica nem de romana nem de batista. É, simplesmente, a sua Igreja. Entendemos que todos aqueles que, através dos séculos, se converteram a Cristo tornaram a Cristo seu Senhor, serviram-no com obediência, fidelidade e amor, constituíram e constituem a sua Igreja. Ele o declarou: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estarei eu no meio deles” (Mat. 18.20). Para que duas ou três pessoas se reúnam em nome de Cristo, é necessário que elas estejam vivendo em Cristo. Noutras palavras, é necessário que tenham tido uma experiência de conversão e tenham recebido a Cristo como Salvador e Senhor. Quem assim o recebe cumpre a sua vontade, porque ele também disse: “Vós sereis meus amigos se fizerdes o que eu vos mando” (João 15.14).

Procuramos demonstrar, ao longo destas páginas, que sempre houve discípulos autênticos de Jesus Cristo, mesmo nos períodos mais obscuros. E procuramos demonstrar também que aqueles discípulos de Cristo que a partir do Século XVII são chamados de “batistas” são tão fiéis aos ensinamentos do Mestre como o eram os cristãos do 1º século. Por isso fizemos questão de comparar as doutrinas dos batistas de hoje com aquelas que, segundo o Novo Testamento, eram aceitas pelos cristãos primitivos.

Fazendo um rápido sumário, relembramos que as igrejas batistas têm, em comum com as outras denominações chamadas “protestantes”, a maioria de suas doutrinas. Por outro lado, repudiam, do sistema doutrinário católico

romano, inúmeros dogmas que não têm base nas Escrituras para serem adotados por servos de Jesus Cristo. Expondo as coisas com a maior clareza e franqueza, dizemos: os grupos protestantes são cristãos. Apenas, como observamos com relação a Lutero e Zuínglio, não obedeceram até o fim ou não tiveram a compreensão — ou quem sabe — a coragem de seguir com fidelidade absoluta o que se encontra no Novo Testamento. Mas, quanto à Igreja Romana, afastou-se demasiadamente do ensinamento bíblico: tem elementos cristãos no seu sistema doutrinário, mas adota determinadas doutrinas que são aberrantes, tais como o culto a Maria e aos santos, a transubstanciação, o purgatório, a infalibilidade papal e o sistema hierárquico. Os estudiosos da matéria sabem que há dentro da Igreja Romana um grande desassossego. Muitos dos seus teólogos já não estão aceitando as doutrinas que mencionamos acima. Há esperanças assim de que grande parte dos católicos venham a se tornar discípulos integrais de Jesus Cristo. Quando isso acontecer, irão encontrar os batistas na mesma posição, porque não temos o que mudar.

Retornando aos protestantes, também sabemos que, depois dos estudos de Karl Barth, muitos entraram em dúvidas a respeito da validade do batismo infantil. Quando adotarem a boa posição cristã, neotestamentária, do batismo só de regenerados, estarão bem perto dos batistas. Outras idéias, como, por exemplo, a autonomia das igrejas locais e a separação entre Igreja e Estado, estão a caminho. Cremos no valor do Novo Testamento e na orientação do Espírito Santo para esclarecer a todos e dirimir com o tempo essas diferenças. Entrementes, perseveramos em nossa fidelidade aos ensinamentos da Palavra de Deus, e não vamos abandoná-la por mero expediente.

APÊNDICE I

UMA CONFISSÃO DE FÉ BATISTA

I - DAS ESCRITURAS

Cremos que a Bíblia Sagrada foi escrita por homens divinamente inspirados; que é um tesouro perfeito de instrução celestial, tendo Deus por seu verdadeiro autor; que tem por objetivo a salvação dos homens; que o seu conteúdo é a verdade, sem qualquer mescla de erro; que revela os princípios pelos quais Deus nos julgará e por isso é, e continuará a ser, até o fim do mundo, o verdadeiro centro da união cristã e padrão supremo pelo qual toda conduta, credos e opiniões dos homens devem ser julgados (II Tim. 3.16,17; II Ped. 1.21; II Sam. 23.2; At. 1.16 e 3.21; João 10.35; Luc. 16.29-31; Sal. 119.111; Rom. 3.1,2; II Tim. 3.15; I Ped. 1.10-12; At. 11.14; Rom. 1.16; Mar. 16.16; João 5.38,39; Prov. 30.5,6; João 17.17; Apoc. 22.18,19; Rom. 3.4; Rom. 2.12; João 12.47,48; I Cor. 4.3,4; Luc. 10.10-16 e 12.47,48; Fil. 3.16; Ef. 4.3-6; Fil. 2.1,2; I Cor. 1.10; I Ped. 4.11; I João 4.1; Is. 8.20; I Tess. 5.21; II Cor. 13.5; At. 17.11; I João 4.6; Jud. 3; Ef. 6.17; Sal. 119.59,60; Fil. 1.9-11).

II- DO VERDADEIRO DEUS

Cremos que há um e somente um Deus vivo e verdadeiro, Espírito infinito e inteligente, cujo nome é Jeová, Criador e Senhor Supremo dos céus e da terra, indizivelmente glorioso em santidade e digno de toda honra, confiança e amor; que na Unidade Divina há três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, iguais em todas as perfeições divinas e que executam ofícios distintos, mas harmônicos na grande obra da Redenção (João 4.24; Sal. 147.5; Sal. 83.18; Heb. 3.4; Rom. 1.20; Jer. 10.10; Êx. 15.11; Is. 6.3; I Ped. 1.15,16; Apoc. 4:6-8; Mar. 12.30; Apoc. 4.11; Mat. 10.37; Jer. 12.2,13; Mat.

28.19; João 15.26; I Cor. 12.4-6; I João 5.7; João 10.30; João 5.17; 14.23 e 17.5,10; At. 5.3,4; I Cor. 2.10,11; Fil. 2.5,6; Ef. 2.18; II Cor. 13.13; Apoc. 1.4,5).

III - DA QUEDA DO HOMEM

Creemos que o homem foi criado em santidade, sob a lei do seu Criador, mas caiu desse estado santo e feliz por transgressão voluntária, em consequência da qual toda a humanidade tornou-se pecadora, não por constrangimento, mas por livre escolha, sendo por natureza destituída completamente daquela santidade que a Lei de Deus requer, e positivamente inclinada à prática do mal, estando, sem defesa nem excusa, condenada com justiça à ruína eterna (Gên. 1.27; I.31; Ecl. 7.29; At. 17.26; Gên. 2.16; Gên. 3.6-24; Rom. 5.12; Rom. 5.19; João 3.6; Sal. 51.5; Rom. 5.15-19 e 8.7; Is. 53.6; Gên. 6.12; Rom. 3.9-18; Ef. 2.1-3; Rom. 1.18,32 e 2.1-16; Gál. 3.10; Mat. 20.15; Ez. 18.20; Rom. 1.20; 3.19 e Gál. 3.22).

IV - DO MEIO DA SALVAÇÃO

Creemos que a salvação dos pecadores é inteiramente de graça, pela mediação do Filho de Deus, o qual, segundo o desígnio do Pai, assumiu livremente nossa natureza, mas sem pecado, honrou a lei divina pela sua obediência pessoal, e por sua morte realizou completa expiação dos nossos pecados; que, tendo ressurgido dos mortos, está agora entronizado nos céus e que, unindo em sua maravilhosa pessoa a mais terna simpatia com a perfeição divina, está completamente capacitado para ser o Salvador adequado, compassivo e todo-suficiente dos homens (Ef. 2.5,8 e 9; Mat. 18.11; I João 4.10; ICor. 3.5,7; At. 15.11; João 3.16; João 1.1-14; Heb. 4.14 e 12.24; Fil. 2.6,7; Heb. 2.9 e 2.14; II Cor. 5.21; Is. 42.21; Fil. 2.8; Gál. 4.4,5; Rom. 3.21; Is. 53.4,5; Mat. 20.28; Rom. 3.21 e 4.24,25; I João 4.10 e 2.2; ICor. 15.1-3; Heb. 9.13-15; Heb. 1.3,8; Heb. 8.1; Col. 3.1-4; Heb. 7.25; Col. 2.9; Heb. 2.18; 7.26; Sal. 89.19 e Sal. 34).

V - DA JUSTIFICAÇÃO

Creemos que a grande bênção do Evangelho, que Cristo assegura aos que nele crêem, é a Justificação; que esta inclui o perdão dos pecados e a promessa da vida eterna, baseada nos princípios da justiça; que é conferida, não em consideração de quaisquer obras justas que tenhamos feito, mas exclusivamente pela fé no sangue do Redentor; que, em virtude dessa fé, a perfeita justiça de Cristo nos é livremente imputada por Deus; que ela nos leva ao estado da mais abençoada paz e favor com Deus e nos assegura todas as outras bênçãos necessárias para o tempo e a eternidade (João 1.16; Ef. 3.8; At. 13.39; Is. 53.11,12; Rom. 8.1; Rom. 5.9; Zac. 13.1; Mat. 9.6; At. 10.43; Rom. 5.17; Tito 3.5,6; I João 2.25; Rom. 5.21; Rom. 4.4,5; 5.22; 6.23; Fil. 3.8,9; Rom. 5.19; 3.24-26; 4.23-25; I João 2.12; Rom. 5.1-3,11; I Cor. 1.30,31; Mat. 6.33; I Tim. 4.8).

VI - DA GRATUIDADE DA SALVAÇÃO

Creemos que as bênçãos da salvação cabem gratuitamente a todos por meio do Evangelho; que é dever imediato de todos aceitá-las com fé obediente, cordial e penitente, e que nada impede a salvação, ainda mesmo do maior pecador da terra, senão sua perversidade inerente e sua voluntária rejeição do Evangelho, a qual agrava a sua condenação (Is. 55.1; Apoc. 22.17; Luc. 14.17; Rom. 16.26; Mar. 1.5; Rom. 1.5,17; João 5.40; Mat. 23.27; Rom. 9.32; Prov. 1.24; At. 13.46; João 3.19; Mat. 11.20; Luc. 19.27; II Tess. 1.8).

VII - DA GRAÇA DA REGENERAÇÃO

Creemos que os pecadores para serem salvos precisam ser regenerados, isto é, nascer de novo; que a regeneração consiste na outorga de uma santa disposição à mente, e que isso se efetua pelo poder do Espírito Santo de um modo que transcende a nossa compreensão, em conexão com a verdade divina, de maneira a assegurar-nos nossa obediência voluntária ao Evangelho;

que a evidência da regeneração transparece nos frutos santos do arrependimento e da fé e em novidade de vida (João 3.3,6,7; ICor. 2.14; Apoc. 21.27; II Cor. 5.17; Ez. 36.26; Deut.30.6; Rom.2.28,29; Rom.5.5; I João4.7; João 3.8; João 1.13; Tiago 1.16-18; ICor. 1.30; Fil. 2.13; IPed. 1.22-25; I João 5.1; ICor. 12.3; Ef. 4.20-24; Col. 3.9-11; Ef. 5.9; Rom. 8.9; Gál. 5.16-23; Ef. 2.14-21; Mat. 3.8-10; 7.20; I João 5.4).

VIII- DO ARREPENDIMENTO E DA FÉ

Creemos que o arrependimento e a fé são deveres sagrados e também graças inseparáveis, originados em nossas almas pelo Espírito regenerador de Deus; que, sendo por essas graças convencidos profundamente de nossa culpa, perigo e incapacidade, bem como do caminho da salvação por Cristo, voltamo-nos para Deus com sincera contrição, confissão e súplica por misericórdia, recebendo, ao mesmo tempo, de coração o Senhor Jesus Cristo como nosso Profeta, Sacerdote e Rei, e confiando somente nele como o único e todo-suficiente Salvador (Mar. 1.15; At. 11.18; Ef. 2.8; I João 5.1; João 16.8; At. 2.37,38; At. 16.30,31; Luc. 18.13; 15.18-21; Tiago 4.7-10; II Cor. 7.11; Rom. 10.12,13; Sal. 51; Rom. 10.9-11; At. 3.22,23; Heb. 4.14; Sal. 2.6; Heb. 1.8 e 7.25; II Tim. 1.12).

IX - DO PROPÓSITO DA GRAÇA DE DEUS

Creemos que a Eleição é o eterno propósito de Deus, segundo o qual ele gratuitamente regenera, santifica e salva pecadores; que esse propósito, sendo perfeitamente consentâneo com o livre arbítrio do homem, compreende todos os meios que concorrem para esse fim; que é gloriosa manifestação da soberana bondade de Deus e que é infinitamente livre, sábia, santa e imutável; que exclui inteiramente a Jactância e promove a humildade, o amor, a oração, o louvor, a confiança em Deus, bem como a imitação ativa de sua livre misericórdia ; que encoraja o uso dos meios de santificação no grau mais

elevado e pode ser verificada por seus efeitos em todos aqueles que realmente crêem no evangelho; que é o fundamento de segurança cristã e que o verificá-la a respeito de nós mesmos exige e merece a nossa maior diligência (II Tim. 1.8,9; Ef. 1.3-14; I Ped. 1.1,2; Rom. 11.5,6; João 15.16; I João 4.19; II Tess. 2.13,14; At. 13.48; João 10.16; Mat. 20.16; At. 15.14; Êx. 33.18,19; Mat. 20.13; Ef. 1.11; Rom. 9.23,24; Jer. 31.3; Rom. 11.28,29; Tiago 1.17,18; II Tim. 1.9; Rom. 11.32-36; I Cor. 4.7; 1.26,31; Rom. 3.27; 4.16; Col. 3.12; I Cor. 3.5,7; 15.10; I Ped. 5.10; At. 1.24; I Tess. 2.13; I Ped. 2.9; Luc. 18.7; João 15.16; Ef. 1.16; I Tess. 2.12; IITim. 2.10; ICor. 9.22; Rom. 8.28,30; João 6.37-40; II Ped. 1.10; I Tess. 1.4-10; Tiago 2.18; João 14.23; Rom. 8.28-30; Is. 42.16; Rom. 11.29; II Ped. 1.10,11; Fil. 3.12; Heb. 6.11).

X - DA SANTIFICAÇÃO

Creemos que a Santificação é o processo pelo qual, de acordo com a vontade de Deus, somos feitos participantes de sua santidade; que é uma obra progressiva que se inicia na regeneração; que é continuada nos corações dos crentes pela presença e poder do Espírito Santo, o Confirmador e Confortador, no uso contínuo dos meios indicados, especialmente a Palavra de Deus, o exame próprio, e renúncia, a vigilância e a oração (I Tess. 4.3; 5.23; II Cor. 7:1 e 13.9; Ef. 1.4; Prov. 4.18; Heb. 6.1; II Ped. 1.5-8; I João 2.29; Rom. 8.5; João 3.6; Fil. 1.9-11; Ef. 1.13,14; Fil. 2.12,13; Ef. 4.11,12; I Ped. 2.2; II Ped. 3.18; II Cor. 13.5; Luc. 11.35 e 9.23; Mat. 26.41; Ef. 6.18 e 4.3).

XI - DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Creemos que só são crentes verdadeiros aqueles que perseveram até o fim; que a sua ligação perseverante com Cristo é o grande sinal que os distingue dos que professam superficialmente; que uma Providência especial vela pelo seu bem-estar e que são guardados pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação (João 8.31; I João 2.27,28; 3.9; 5.18; I João 2.19; João

13.18; Mat. 13.20,21; João 6.66-69; Rom. 8.28; Mat. 6.30-33; Jer. 32.40; Sal. 91.11,12 e 121.3; Fil. 1.6; 2.12,13; Jud. 24; Heb. 1.14; 13.5; I João 4.4; I Ped. 1.5; Ef. 4.30).

XII- DA HARMONIA ENTRE A LEI E O EVANGELHO

Creemos que a Lei de Deus é a regra eterna e imutável de seu governo moral; que é santa, justa e boa, e que a incapacidade atribuída pelas Escrituras ao homem decaído para cumprir os seus preceitos deriva inteiramente do amor que ele tem pelo pecado; que um dos grandes objetivos do Evangelho e dos meios da graça relacionados com o estabelecimento da Igreja visível é o de libertar os homens do pecado e restaurá-los, através de um Mediador, à obediência sincera à santa Lei (Rom. 3.31; Mat. 5.7; Luc. 16.17; Rom. 3.20; 4.15; Rom. 7.12; 7.7,14,22; Gál. 3.21; Sal. 19.7-11; Rom. 8.7,8; Jos. 24.19; Jer. 13.23; João 6.44; 5.44; Rom. 8.2-4; 10:4; I Tim. 1.5; Heb. 8.10; Jud. 20,21; Mat. 16.17,18; I Cor. 12.28).

XIII- DA IGREJA EVANGÉLICA

Creemos que uma igreja visível de Cristo é uma congregação de crentes batizados que se associam por um pacto na fé e na comunhão do Evangelho; que observam as ordenanças de Cristo e são governados por suas leis; que usam os dons, direitos e privilégios a eles concedidos pela Palavra; que seus únicos oficiais, segundo as Escrituras, são os bispos ou pastores e os diáconos, cujas qualificações, direitos e deveres estão definidos nas Epístolas a Timóteo e a Tito (Mat. 18.17; I Cor. 1.1-13; At. 5.11 e 8.1; At. 11.21; I Cor. 4.17 e 14.23; III João 9; ITim. 3.5; At. 2.41,42; II Cor. 8.5; At. 2.47; I Cor. 5.12,13; I Cor. 11.2; II Tess. 3.6; Rom. 16.17-20; I Cor. 11.23; Mat. 18.15-20; I Cor. 5.5; II Cor. 2.17; I Cor. 4.17; Mat. 28.20; João 14.15; João 15.10; I João 4.21; I Tess. 4.2; II João 6; Gál. 6.2; Ef. 4.7; I Cor. 14.12; Fil. 1.27; I Cor. 12 e 14; Fil. 1.1; At. 14.23; I Tim. 3; Tito 1).

XIV - DO BATISMO E DA CEIA

Cremos que o batismo cristão é a imersão do crente em água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, para simbolizar, em belo e solene emblema, sua fé no Senhor crucificado, sepultado e ressuscitado, com seus efeitos em nossa morte para o pecado e ressurreição para uma vida nova; que esse ato é um pré-requisito para o usufruto dos privilégios da Igreja e para a participação na Ceia do Senhor, na qual os membros da Igreja, pelo uso sagrado do pão e do vinho, comemoram juntos o amor de Cristo em sua morte, devendo sempre ser precedida de solene exame íntimo (At. 8.36-39; Mat. 3.5,6; João 3.22,23 e 4.1,2; At. 8.12; 16.32-34; 18.8; Mat. 28.19; At. 10.47,48; Gál. 3.27; Rom. 6.4; Col. 2.12; I Ped. 3.20,21; At. 2:41,42; Mat. 28.19,20; I Cor. 11.26; Mat. 26.26-29; Mar. 14.22-25; Luc. 22.14-20; ICor. 11.18-25; I Cor. 11.28,29; João 6.26-71).

XV - DO SÁBADO CRISTÃO

Cremos que o primeiro dia da semana e o Dia do Senhor ou sábado cristão e que deve ser consagrado a propósitos religiosos, com abstenção de todo trabalho secular e recreações mundanas e pela observância piedosa de todos os meios de graça, quer privados quer públicos, e também pela preparação para aquele repouso que resta para o povo de Deus (At. 20.7; Gên. 2.3; Col. 2.16,17; Mar. 2.27; João 20.19; I Cor. 16.1,2; Êx. 20.8; 31.14-18; Apoc. 1.10; Sal. 118.24; Is. 58.13,14; Gên. 46.2-8; Sal. 118.15; Heb. 10.24 e 26; At. 11.26; 13.44; Lev. 19.30; Luc. 4.16; At. 17.2,3; Sal. 25.8; 86.3; Heb. 4.3-11).

XVI - DO GOVERNO CIVIL

Cremos que o governo civil é de ordenação divina para os interesses e a boa ordem da sociedade humana e que os magistrados devem ser objeto de nossas orações, bem como devem ser conscientemente honrados e

obedecidos, exceto, exclusivamente, nas coisas que se opõem à vontade de nosso Senhor Jesus Cristo, que é o único Senhor da consciência e o Príncipe dos reis da terra (Rom. 13.1-7; Deut. 16.18; II Sam. 23.3; Êx. 18.23; Jer. 30.21; Mat. 22.21; Tito 3.1; I Ped. 2.13; I Tim. 2.1-3; At. 5.29; Mat. 10.28; Dan. 3.15-18; 6.7-10; At. 4.18-20; Mat. 23.10; Rom. 14.4; Apoc. 19.16; Sal. 71.11; Rom. 14.9-13; Sal. 2 e 9).

XVII - DOS JUSTOS E DOS ÍMPIOS

Cremos que há uma diferença radical e essencial entre os justos e os ímpios; que somente aqueles que pela fé são justificados em o nome do Senhor Jesus e santificados pelo Espírito do nosso Deus são verdadeiramente justos à face de Deus, enquanto todos aqueles que continuam na impenitência e na incredulidade são ímpios aos seus olhos e se encontram sob a maldição; que essa distinção permanece entre os homens, quer na morte quer após a morte (Mat. 3.18; Prov. 12.26; Is. 5.20; Gên. 18.23; Jer. 18.24; Jer. 15.19; At. 10.34,35; Rom. 6.16; Rom. 1.17; 7.6; I João 2.29; 3.7; Rom. 6.18,22; I Cor. 11.32; Prov. 11.31; I Ped. 4.17,18; I João 5.19; Gál. 3.10; João 3.36; Is. 57.21; Sal. 10.4; Is. 55.6,7; Prov. 14.32; Luc. 16.25; João 8.21-24; Prov. 10.24; Luc. 12.4,5 e 9.23-26; João 12.25,26; Ecl. 3.17; Mat. 7.13,14).

XVIII - DO MUNDO VINDOURO

Cremos que se aproxima o fim do mundo; que no último dia Cristo descera dos céus e levantará os mortos do túmulo para a recompensa final; que ocorrerá então uma solene separação; que os ímpios serão entregues à punição sem fim e os justos à bem-aventurança para sempre; e que esse julgamento, baseado nos princípios da justiça, determinará o estado final dos homens no céu ou no inferno (I Ped. 4.7; I Cor. 7.29,31; Heb. 1.10-12; Mat. 25.31; I João 2.17; Mat. 28.20 e 13.39,40; II Ped. 3.3-13; At. 1.11; Apoc. 1.7; Heb. 9.28; At. 3.21; I Tess. 4.13-17 e 5.1-11; At. 24.15; I Cor. 15.12-58;

Luc. 14.14; Dan. 12.2; João 5.28,29; 6.40; 11.25,26; II Tim. 1.10; At. 10.42; Mat. 13.49; 13.37-43; 24.30,31 e 25.21-33; Mat. 25.31-46; Apoc. 22.11; I Cor. 6.9,10; Mar. 9.43-48; II Ped. 2.9; Jud. 7; Fil. 3.19; Rom. 6.22; II Cor. 5.10,11; João 4.36; II Cor. 4.18; Rom. 3.5,6; II Tess. 1.6-12; Heb. 6.1,2; I Cor. 4.5; At. 17.31; Rom. 2.2-16; Apoc. 20.11,12; I João 2.28 e 4.17).

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

Baker, Robert A. — Los Bautistas en la Historia — Trad, y adapt, de Cecil Moore, Casa Bautista de Publicaciones, El Paso, Texas, 1ª ed. I MS.

Christian, John T. — A History of the Baptists — Sunday School Board Of the Southern Baptist Convention, Nashville, Tenn., 1922.

Crabtree, A.R. — Baptists in Brazil — Casa Publicadora Batista, Rio de Janeiro, 1953.

Cramp, J. M. — Baptist History: From the Foundation of the Christian Church to the Close of the Eighteen Century — American Baptist Publication Society, Philadelphia, 1968.

Estep, W. R. — The Anabaptist History — Broadmann Press, Nashville, Tennessee, 1963.

Iliscox, Edward T. — The New Directory for Baptist Churches — The Judson Press, Philadelphia, 1951.

Latourette, Kenneth Scott — A History of Christianity — Harper & Brothers, New York, 1953.

Lumpkin, William L. — Baptist Confessions of Faith — The Judson Press, Philadelphia, 1959.

Newmann, Albert H. — A Manual of Church History, 2 vols. — American Baptist Publication Society, Philadelphia, 1903.

Kousseau, Georges — Histoire des Eglises Baptistes dans le Monde — Societe de Publications Baptistes, Paris, 1951.

Barnes, Irwin — Truth is Immortal (The Story of Baptists in Europe) — The Carey Kingsgate Press, London, 1955.

■chaff, Philip — History of the Christian Church, 7 vols. — Charles Scribner's Sons, New York.

Torbet, Robert G. — A History of the Baptists, Revised Edition — The Judson Press, Valley Forge, 1965.

Underwood, A.C. — A History of the English Baptists — The Baptist Union Publication Dept., London, 1947.

Vedder, Henry C. - A Short History of the Baptists, Fifth Ed. - The American Baptist Publication Society, 1963.

Wenger, John Christian — Even unto Death — John Knox Press, Richmond, Virginia, 1961.

A capa deste livro evoca alguns vultos e algumas cenas da História que contamos.

Da esquerda para a direita, como que seguindo o movimento dos ponteiros de um relógio, vemos George W. Truett, considerado um dos maiores pregadores evangélicos do Século XX; Menno Simons, o reformador anabatista do Século XVI, na Holanda; John Clifford, pastor batista inglês, que foi o primeiro Presidente da Aliança Batista Mundial, em 1905; William B. Babgy, missionário pioneiro no Brasil; Roger Williams, o fundador da primeira Igreja Batista em solo americano e João Geraldo Oncken, o grande missionário batista alemão do século passado.

Na mesma ordem, as cenas: Adoniram Judson, primeiro missionário batista norte-americano estudando o Novo Testamento Grego enquanto viajava para a Índia, em 1813; Miguel Sattler, o mártir anabatista alemão ao ser queimado pelos católicos, em Rotemburgo, 1527, fazendo o sinal para indicar que seus sofrimentos eram suportáveis; João Bunyan, no cárcere de Bedford, escrevendo uma obra-prima, O PEREGRINO; Obadias Holmes, pastor batista norte-americano sendo açoitado publicamente em Boston; Charles H. Spurgeon, o maior pregador batista do Século XIX, pregando no Tabernáculo Batista de Londres. A cena central mostra Guilherme Carey, primeiro missionário batista dos tempos modernos, trabalhando em sua banca de sapateiro e contemplando o mapa-múndi que fizera para fixar sempre a necessidade de pregar o evangelho aos pagãos.